

# O TRABALHADOR VOLANTE NA AGRICULTURA

Luiz Sérgio Pires Guimarães \*  
Ney Rodrigues Innocencio \*  
Sebastiana Rodrigues de Brito \*

## SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *Características gerais da agricultura*
- 3 — *A área de estudos*
- 4 — *O trabalhador assalariado volante*
- 5 — *Anexo*
- 6 — *Bibliografia*

## 1 — INTRODUÇÃO

O presente estudo resulta de uma primeira tentativa de caracterização do trabalhador agrícola volante — comumente, também, denominado “bóia-fria” — através de dados levantados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo Demográfico de 1980.

Embora a utilização de trabalhadores temporários não seja fenômeno novo no setor rural brasileiro, o aparecimento da categoria trabalhador volante está diretamente relacionado às transformações pelas quais vem passando a agropecuária nas últimas décadas, deflagradas a partir da ampliação do domínio do capital urbano sobre o campo. A constatação de problemas derivados das condições concretas de inserção desses trabalhadores nas atividades produtivas tem dado origem a um crescente interesse pelo estudo do fenômeno, numa constante busca de fatores causais que possam explicá-lo. Todavia, faltando ainda uma abordagem mais ampla da questão, capaz de dar conta desta realidade, a nível nacional, considerou-se pertinente a realização do presente estudo, visto que se dispunham das informações censitárias, pela primeira vez investigadas pelo IBGE.

---

\* Analistas Especializados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Denise Viviane Bacharach, Eduardo Peterson, Tereza Maria R. de Oliveira, Edna Oliveira Barreto, Elcy Teixeira A. e Silva, Iaci Leandro Ferreira, Everardo M. Travassos, Ana Maria Borges de Freitas e Solange Maria Batista pela colaboração prestada a este trabalho.

A preocupação central que orientou a análise foi a de situar o trabalhador agrícola volante no âmbito das relações sociais de produção que se estabelecem na agricultura, objetivando entender o significado de sua presença nas atividades produtivas. A partir desta perspectiva foram retomadas, inicialmente, algumas características que vêm definindo a agricultura, ao longo do tempo, sobretudo nas últimas décadas, quando o processo de industrialização do campo começa a assumir proporções mais significativas. O passo seguinte concretizou-se numa análise sobre as especificidades da relação de trabalho volante, assim como da distribuição desta mão-de-obra no espaço rural do País, para em seguida, centrar-se em aspectos sócio-econômicos concernentes à mesma, revelados pelas informações disponíveis.

Embora o estudo tenha como preocupação o conhecimento de características dos volantes, a nível nacional, foi necessário delimitar uma área específica — formada pelos Estados do Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Estados nordestinos, à exceção do Piauí e Maranhão — para a análise da categoria, tendo em vista que alguns dos dados considerados, procedentes das tabulações avançadas do Censo Demográfico, estão sujeitos a algumas limitações devidas ao levantamento amostral utilizado (Anexo). No entanto, este procedimento não invalida o estudo, dado que no conjunto de Estados selecionados se encontra a grande maioria dos trabalhadores volantes do País, conforme será visto quando da análise de sua distribuição no espaço.

## **2 — CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AGRICULTURA**

As condições que possibilitaram o aparecimento do trabalhador volante na agricultura brasileira estão vinculadas, diretamente, às características que vem assumindo o processo de desenvolvimento da economia, sobretudo a partir das últimas décadas. O processo de industrialização pesada, que se acelera a partir de meados da década de 50, modificou, de forma incisiva, o quadro geral das atividades agrícolas do País; em decorrência, a inter-relação dos setores urbano e rural aprofunda-se por força do próprio processo de desenvolvimento capitalista, dado que a industrialização no campo também se acentua. As principais modificações deflagradas a partir da ampliação do domínio do capital industrial sobre o setor agrícola deram-se, não somente em relação à estrutura fundiária como também em termos de organização da produção, que deu origem a novos padrões nas relações sociais de produção. A categoria trabalhador volante, que tem aumentado à medida em que se aceleram as formas de exploração agrícola modernas, representa, pois, o produto social típico dessas transformações.

Para a melhor compreensão do problema retomam-se, a seguir, algumas características que vêm definindo o setor de produção agrícola, ao longo do tempo, mas precisamente, a partir do período em que o processo de industrialização começa a assumir proporções de grande significado. Para tanto, serão utilizados, nesta análise, alguns dados censitários, que servirão para mostrar aspectos da evolução da agricultura brasileira, onde estão implícitas condições que propiciaram a reprodução da relação de trabalho baseada no emprego do volante.

Os resultados expressos pelo Censo de 1940 refletem, em grande medida, o comportamento de alguns setores do agropecuário num período — a década de 30 — em que se consolida a hegemonia do capital urbano em detrimento dos interesses da aristocracia agrária, até então predominantes.

De fato, no período em questão, ocorreram rupturas, de certo modo estruturais, que se refletiram sobre o setor agropecuário, cujo processo produtivo teve que se adequar às exigências e possibilidades decorrentes das formas assumidas pelo modo de produção dominante. Vale relembrar que, desde a década de 20, já se registravam problemas estruturais e conjunturais implícitos na economia primária exportadora. As freqüentes crises registradas no setor agropecuário, sobre tudo em relação à cafeicultura — responsável por 80% das exportações — evidenciavam a vulnerabilidade dos moldes em que se assentava o sistema econômico brasileiro. Nesse contexto, a formação de grupos sociais urbanos, com interesses distintos daqueles ligados à agropecuária e, principalmente, a depressão econômica mundial de 1929-33, desempenham papel decisivo. Todos os segmentos sociais, inclusive a aristocracia rural, vêem-se na contingência de se conscientizarem — mesmo que de modo parcial — das limitações inerentes a uma economia voltada, fundamentalmente, para o mercado externo. Nesses termos, a década de 30 vai se caracterizar, fundamentalmente, por importantes transformações na estrutura produtiva da economia, onde o Estado vai emergir como elemento concretizador das mesmas.

Se, ao final da década de 30, a produção industrial tinha aumentado substancialmente, chegando a alcançar níveis superiores em 60% aos de 1929, as exportações de produtos primários mantiveram-se, contudo, fundamentais, demonstrando que poucas mudanças ocorreram no campo. Assim, tal qual na década de 20, a cafeicultura continuou a ser responsável pelo maior volume das exportações. A permanência do caráter dependente da economia brasileira, configurado na imprescindibilidade das exportações primárias como principal fonte geradora de divisas, se consubstancia no fato de o novo padrão de política econômica ter se iniciado na esfera da exportação, através da criação do Conselho Federal do Comércio Exterior. A primazia desta produção fica, também, patenteada na criação, por parte deste Conselho destinado ao planejamento global da economia brasileira, de órgãos vinculados diretamente ao setor agropecuário, quais sejam, Conselho Nacional do Café, Instituto do Cacau da Bahia (1931), Departamento Nacional do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool (1933) e Instituto Nacional do Mate (1937). Tais órgãos, atuando, sobretudo a nível da comercialização, buscavam não só regular a formação de estoques, mas também a defesa da renda, externa e/ou interna, obtida pela venda de alguns daqueles produtos, que sustentavam a demanda de manufaturados.

Essas medidas não acarretaram maiores alterações na organização agrária, uma vez que, no setor agropecuário, de modo geral, a ação do Estado se fez presente mais a nível da comercialização de alguns produtos tradicionais, que permaneceram sob o domínio dos setores oligárquicos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De acordo com os dados do Censo Econômico de 1940, os produtos que mais contribuíram para o valor total da produção agrícola foram: café, algodão, milho, arroz e mandioca.

Nesse contexto, a estrutura fundiária permaneceu concentrada, dado que a convergência dos interesses fundamentais da aristocracia rural e da burguesia impediu que se cogitasse de qualquer projeto implicando mudanças naquele quadro, daí a inexpressiva redução da área média dos estabelecimentos, sobretudo a dos maiores, se considerarmos o período 1920-1940 (Tabela 1).

TABELA 1

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1920-1940**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1920			1940		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	15 708 314	463 879	33,86	36 005 599	1 629 995	22,09
100 a menos de 1 000....	48 415 737	157 959	306,51	66 184 999	243 818	271,45
1 000 a menos de 10 000.	65 487 928	24 647	2 657,03	62 024 817	26 539	2 337,12
10 000 e mais.....	45 492 696	1 668	273,80	33 504 832	1 273	26 319,58

FONTE — Censo Econômico — 1940 — Brasil, IBGE.

Entretanto, os dados referentes à década seguinte refletem um desempenho do setor agropecuário, profundamente afetado pelas alterações da política econômica até então em vigor. No período de vigência da grande guerra há uma brusca redução das exportações primárias — café, cacau, madeira, laranja, banana, etc. —, devido ao *débâcle* de importantes mercados externos, gerando, em consequência, um enorme crescimento de estoques e uma baixa de preços<sup>2</sup>.

No entanto, paradoxalmente, é nesta década que as atividades produtivas se expandem e se diversificam não só devido à crescente demanda de produtos agropecuários, inerentes ao processo de urbanização e industrialização, cujo ritmo foi superior ao da década de 30, como também, da necessidade do processo de produção brasileiro adaptar-se às exigências de uma economia de guerra. Dado o agravamento das dificuldades de importação, foi incentivada a formação de indústrias, para suprir as necessidades do mercado interno, sobremaneira as relacionadas aos setores têxtil e alimentar. A este fator aliam-se, também, novos estímulos à exportação de produtos extrativos — minerais e vegetais — que vieram contribuir para a diversificação das atividades econômicas do País. Além do desenvolvimento das atividades extrativas, particularmente a da borracha, o setor agropecuário acusa um significativo incremento da cultura de uma série de produtos, até então pouco expressivos, como a do trigo, arroz e outras culturas, destinadas a complementar a cesta de alimentos das populações citadinas (Tabela 2).

<sup>2</sup> Ianni, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*.

**TABELA 2**  
**QUANTIDADE E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS — 1940-1950**

PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADE E VARIAÇÃO			
	Quantidade (t)		Variação	
	1940	1950	Absoluta (t)	Relativa (%)
Cana-de-açúcar.....	17 920 711	22 920 101	4 999 390	27,90
Café.....	1 201 186	1 952 774	751 588	62,57
Cacau.....	108 076	146 728	38 652	35,76
Arroz.....	1 196 500	2 784 989	1 588 489	132,76
Milho.....	5 359 863	6 660 680	1 300 817	24,27
Mandioca.....	7 000 000	11 037 247	4 037 247	57,67
Feijão.....	681 147	1 240 075	558 928	82,06
Algodão.....	1 284 895	769 528	-515 367	-40,11
Trigo.....	96 885	364 108	267 223	264,45

**FONTE** — Censo Econômico — 1940 — Brasil e Censo Agrícola — 1950 — Brasil, IBGE.

A pecuária apresentou também um forte incremento nesta década, passando seu efetivo de 34.457.576 cabeças, em 1940, para um total de 47.088.595, em 1950. Inclusive, ao se considerar a área total dos estabelecimentos, constata-se que as pastagens, com uma variação de 19.491.310 hectares, foram as principais responsáveis pelo aumento espacial destas unidades produtivas, da ordem de 34.490.859 hectares, pois, apesar de uma produção agrícola expressiva, a expansão da área cultivada foi de apenas 259.627 hectares.

As modificações no quadro da composição da produção sucedem-se também aquelas relativas ao regime de exploração da terra. Assim, enquanto aumentam número e área dos estabelecimentos explorados diretamente pelo proprietário, reduzem-se aqueles cujos responsáveis são arrendatários ou parceiros que, comumente, utilizam o trabalho da família na sua unidade de produção. O aumento do trabalho familiar na década de 40 — de 5.715.134 em 1940 para um total de 6.022.033 indivíduos em 1950 —, correlaciona-se, portanto, ao incremento de pequenos proprietários e, sobretudo, de ocupantes (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1940-1950**

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1940		1950	
	Estabelecimentos		Estabelecimentos	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Proprietário.....	1 376 602	127 276 879	1 553 349	154 460 678
Arrendatário (1).....	221 505	19 117 981	186 949	12 946 538
Ocupante.....	109 016	5 278 125	208 657	9 947 607

**FONTE** — Censo Agrícola — 1950 — Brasil, IBGE.

(1) Estão incluídos nessa condição os produtores parceiros, que não foram pesquisados separadamente pelo Censo de 1950.

Depreende-se, portanto, que, no período 1940-1950, a organização agrária apresentou algumas tendências diferentes às do período anterior. Como se pode observar, a redução do arrendamento e parceria incorreu num processo de concentração da terra no qual, inversamente ao observado nas décadas de 20-40, todas as categorias de estabelecimentos, à exceção dos menores de 100 hectares, acusaram um aumento da área média (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS**  
**RURAI, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1940-1950**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1940			1950		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	36 005 599	1 629 995	22,09	38 588 119	1 763 491	21,88
100 a menos de 1 000....	66 184 999	243 818	271,45	75 520 717	268 159	281,63
1 000 a menos de 10 000.	62 024 817	26 539	2 337,12	73 093 482	31 017	2 356,56
10 000 e mais.....	33 504 832	1 273	26 319,59	45 008 788	1 611	27 938,42

**FONTE** — Censo Agrícola — 1950 — Brasil, IBGE.

Conclui-se, assim, que as conotações assumidas pelo setor de produção agropecuário, a partir do processo de industrialização, que possibilitou a hegemonia da cidade sobre o campo, alteraram o quadro da força de trabalho inserida nas atividades agrícolas. Desta maneira, dadas as características da produção voltada, em primeiro lugar, para atender às demandas do mercado externo, assim como a concentração da propriedade da terra, foram liberados fortes contingentes do pessoal ocupado na agricultura e, por isso mesmo, as décadas de 40-50 se caracterizaram como período de esvaziamento do campo; considerando-se o conjunto da força de trabalho, verificou-se que ela apresentou crescimento negativo, em torno de  $-3\%$ . Por outro lado, tomando-se o total da população rural, neste mesmo período, a taxa média geométrica de seu crescimento anual perfazia apenas 1,58, enquanto a da população urbana era de 3,84.

Em termos das relações sociais de produção prevalentes no setor agropecuário, houve modificações substanciais, tendo em vista o processo de expropriação de trabalhadores camponeses, principalmente aqueles vinculados à terra, através de formas de exploração baseadas no pequeno arrendamento e na parceria. Tanto assim que a categoria responsável e membros não remunerados da família não apresentou crescimento expressivo, apesar dela ser, de longe, a de maior importância no conjunto da força de trabalho.

A retomada da política de incentivos ao setor industrial na década seguinte, vai contribuir para ampliar a articulação campo/cidade, o que trará efeitos importantes em termos da organização da produção agropecuária e, logicamente, das relações de trabalho. Uma primeira decorrência, neste sentido, foi o acentuado incremento do processo de mecanização das atividades agrícolas, como se verá a seguir (Tabela 5).

TABELA 5

**VARIAÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE TRATORES — BRASIL  
1950-1960**

BRASIL	VARIAÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE TRATORES			
	Ano		Variação	
	1950	1960	Absoluta	Relativa
<b>TOTAL.....</b>	8 372	61 345	52 973	632,74

FORTE — Censo Agrícola — 1960 — Brasil, IBGE.

Entre outros fatores, a mecanização, bem como a crescente utilização de insumos, contribuíram para que houvesse uma intensificação do processo produtivo nos estabelecimentos durante esta década, de tal forma que se verificou um aumento da área produtiva superior a dos estabelecimentos. Enquanto o crescimento anual da área destes últimos foi da ordem de 1.765.103 hectares, o do espaço produtivo foi de 2.526.031 hectares ao ano<sup>3</sup>. Em relação à estrutura fundiária, verificou-se uma redução da área média dos estabelecimentos, mas o incremento das atividades produtivas foi expressivo (Tabela 6).

TABELA 6

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS  
RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1950-1960**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS					
	1950			1960		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	38 588 119	1 763 491	21,88	53 518 871	2 986 435	17,92
100 a menos de 1 000....	75 520 717	268 159	281,63	86 029 455	314 831	273,26
1 000 a menos de 10 000.	73 093 482	31 017	2 356,56	71 420 804	30 883	2 312,63
10 000 e mais.....	45 008 788	1 611	27 938,42	38 893 112	1 597	24 353,86

FORTE — Censo Agrícola — 1960 — Brasil, IBGE.

Apesar de um desempenho menos expressivo da pecuária, que o verificado na década anterior, o crescimento das pastagens girou em torno de 14.702.343 hectares, e o efetivo do rebanho bovino em 11.441.148 cabeças. O desempenho da lavoura foi, ainda, mais significativo, tendo sido o seu incremento em área — 9.417.152 hectares — bem mais expressivo do que o verificado nas décadas de 40-50. Vários cultivos tradicionais figuraram com aumentos apreciáveis, sobretudo aqueles destinados, primordialmente, à comercialização (Tabela 7).

<sup>3</sup> Mesquita, Olindina Vianna & Brito, Maristella de Azevedo. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75.

**TABELA 7**  
**QUANTIDADE E VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS**  
**PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS — 1950-1960**

PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADE E VARIAÇÃO			
	Quantidade (t)		Variação	
	1950	1960	Absoluta (t)	Relativa (%)
Cana-de-açúcar.....	22 920 101	39 857 707	16 937 606	73,90
Café.....	1 952 774	4 069 493	2 116 719	108,40
Cacau.....	146 728	169 050	22 322	15,21
Arroz.....	2 784 989	3 762 212	977 223	35,09
Milho.....	6 660 680	8 374 406	1 713 726	25,73
Mandioca.....	11 037 247	15 442 094	4 404 847	39,91
Feijão.....	1 240 075	1 419 602	179 527	14,48
Algodão.....	769 528	1 103 194	333 666	43,36
Trigo.....	364 108	503 715	139 607	38,34

**FONTE** — Censo Agrícola — 1950 e 1960 — Brasil, IBGE.

Em relação ao regime de exploração da terra, verificou-se fenômeno diferente do registrado na década anterior, ou seja, os estabelecimentos explorados por produtores arrendatários, parceiros e ocupantes tiveram aumentos expressivos, sobretudo no caso dos últimos; o número daqueles, cujos responsáveis eram proprietários, continuou a crescer, tal como ocorrera nas décadas de 40-50 (Tabela 8).

**TABELA 8**  
**NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO A**  
**CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1950-1960**

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS			
	1950		1960	
	Estabelecimentos			
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Proprietário.....	1 553 349	154 460 678	2 234 960	161 102 822
Arrendatário (1).....	186 949	12 946 538	579 969	18 109 824
Ocupante.....	208 657	9 947 607	356 502	9 087 028

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960 — Brasil, IBGE.

(1) Estão incluídos nessa condição, os produtores parceiros que não foram pesquisados separadamente pelo Censo de 1960.

Constata-se, ainda, que o aumento das formas de exploração da terra em regime de parceria, arrendamento e ocupação se deu sobretudo graças à expansão da fronteira agrícola, especialmente nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Nordeste Ocidental. A ocupação destes espaços ocorreu, primordialmente, pela formação de pequenos estabelecimentos, que acusaram aumento considerável — cerca de 69% — em relação à década anterior, ou seja, houve, no setor rural, um acréscimo de mais de 1.200.000 unidades produtivas, de área inferior a 100 hectares, entre 1950-60.

Os principais fenômenos registrados nesses anos — incremento das atividades e área produtivas, sobretudo da lavoura, expansão das formas de exploração baseadas no arrendamento, parceria e ocupação da terra — repercutiram, notoriamente, sobre as relações de trabalho. Assim, o contingente de trabalhadores por conta própria, ou seja, o trabalho em regime familiar, cresceu em todas as áreas, o que está relacionado ao grande aumento dos estabelecimentos de menos de 100 hectares.

O processo de expropriação dos trabalhadores acentua-se, sobretudo no Sudeste, que acusou a menor taxa média geométrica de incremento do pessoal ocupado no setor agrícola do País. Os excedentes populacionais formados nas áreas mais capitalizadas vão se adaptando aos movimentos do capital, e buscam outras oportunidades de emprego; daí as Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul, como áreas de fronteira agrícola, acusaram os maiores acréscimos de mão-de-obra na década em questão. Na década seguinte, algumas características que, até então definem o setor agropecuário, se acentuaram, mas assistiu-se, também, à mudanças significativas em relação às políticas econômicas adotadas, que vão repercutir diretamente sobre a agricultura no seu conjunto.

As transformações políticas instauradas em 1964 incorreram em profundas alterações nas diretrizes da economia nacional, através da adoção de um modelo cuja lógica estava fundada na primazia a ser dada às exportações. Se o processo de acumulação, caracterizado pela intensa concentração e centralização de capital, baseava-se em um mercado interno restrito, tornava-se necessário buscar o mercado externo para manutenção do modelo de crescimento adotado. Nesse contexto, dadas as novas exigências, o setor agropecuário cresce e se diversifica, a fim de atender a certos requisitos, entre os quais menciona-se: “a - suprimento de agrodólares para o financiamento do modelo de industrialização, via substituição de importações; b - geração de excedente econômico, internamente, para o abastecimento de uma população crescente nos pólos urbano-industriais; c - provimento de mão-de-obra emigrante da agricultura para os setores secundário e terciário da economia”<sup>4</sup>.

Tais demandas condicionaram expressivos aumentos no que se refere ao volume da produção agrícola, onde, dos produtos de maior projeção, somente o café acusou forte decréscimo quanto à tonelagem. Este resultado, deveu-se à política de erradicação de cafezais economicamente não viáveis, concretizou-se numa substituição de culturas, favorecendo às do milho, do algodão, do trigo e, sobretudo, à da soja, cujo cultivo até então era inexpressivo (Tabela 9).

<sup>4</sup> Moreira, Roberto M. & Castro, Paulo R. — A agricultura de exportação. In: Carneiro, Dionísio Dias, coord. *Brasil: Dilemas da Política Econômica*.

TABELA 9

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS — 1960-1970**

PRINCIPAIS PRODUTOS	QUANTIDADE E VARIAÇÃO			
	Quantidade (t)		Variação	
	1960	1970	Absoluta (t)	Relativa (%)
Cana-de-açúcar.....	39 857 707	67 759 180	27 901 473	70,00
Café.....	4 069 493	1 140 510	-2 928 983	-71,97
Cacau.....	169 050	204 478	35 428	20,96
Arroz.....	3 762 212	5 271 272	1 509 060	40,11
Milho.....	8 374 406	12 770 216	4 395 810	52,49
Mandioca.....	15 442 094	14 588 768	-853 326	-5,53
Feijão.....	1 419 602	1 518 846	99 244	6,99
Algodão.....	1 103 194	1 408 323	305 129	27,66
Trigo.....	503 715	1 905 961	1 402 246	278,38
Soja (1).....	—	1 884 227	—	—

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960 e Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

(1) O Censo de 1960 não registra a tonelagem da produção de soja.

Esta expansão não se limitou aos produtos agrícolas, refletindo-se também na atividade pecuária, tendo o rebanho bovino aumentado em mais de 40%, e os pastos em mais de 30 milhões de hectares. O desenvolvimento das atividades produtivas deu-se “paripassu” a um processo de concentração fundiária em que foram privilegiados os estabelecimentos de 10.000 hectares e mais, uma vez que os demais, sobretudo os pequenos, apresentaram uma redução de suas áreas médias (Tabela 10).

TABELA 10

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CLASSES DE ÁREA — 1960-1970**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1960			1970		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Menos de 100.....	53 518 671	2 988 435	17,92	69 153 200	4 454 022	15,53
100 a menos de 1 000....	86 029 455	314 831	273,26	108 742 676	414 746	262,19
1 000 a menos de 10 000.	71 420 904	30 883	2 312,63	80 059 162	35 425	2 259,96
10 000 e mais.....	38 893 112	1 597	24 353,86	36 190 429	1 449	24 979,14

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

A concentração fundiária ocorreu tanto pela absorção dos menores estabelecimentos pelos maiores, como, também, pela incorporação de novas áreas ao processo produtivo. A adoção de políticas agrárias, sobretudo a partir do segundo quinquênio desta década, vieram estimular, de modo sistemático, o desenvolvimento do capitalismo no campo, o que facilitou a concentração da terra, assim como dos demais fatores de produção, e conseqüentemente, da renda. O Estado, em

primeiro lugar, estimulou a produção nas áreas onde já existia uma agricultura capitalista organizada, através da maior utilização de técnicas agrícolas modernas e, por isso mesmo, o processo de mecanização foi mais expressivo nas Regiões mais capitalizadas, o Sul e o Sudeste (Tabela 11).

**TABELA 11**  
**TRATORES UTILIZADOS E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS**  
**AGROPECUÁRIOS — 1960-1970**

BRASIL E MACRORREGIÕES	1960		1970	
	Área total (ha)	Tratores	Área total (ha)	Tratores
<b>BRASIL</b> .....	249 862 142	61 345	294 145 466	165 870
Norte.....	24 453 086	430	23 182 144	1 127
Nordeste.....	62 990 438	3 130	74 298 713	7 281
Sudeste.....	64 438 763	34 135	69 500 950	83 517
Sul.....	38 993 290	21 456	45 458 035	64 605
Centro-Oeste.....	59 986 565	2 194	81 705 624	10 340

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960 e Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

Além disso, o Estado incentivou a incorporação de novas áreas ao processo produtivo onde era irrisória a composição orgânica do capital; neste caso destacam-se o Nordeste e o Centro-Oeste<sup>5</sup>. Nestas Regiões, a expansão horizontal dos estabelecimentos, não significou, muitas vezes, que a terra aí incorporada tivesse sido integrada ao processo produtivo, dado que, freqüentemente, era mantida como “reserva de valor” e/ou adquirida como meio de acesso a outras riquezas a ela associadas, tais como a captação de benefícios dos incentivos fiscais.

Portanto, as modificações ocorridas na segunda metade da década de 60 não romperam com o padrão de alta concentração fundiária. Ao mesmo tempo, verificou-se uma retração acentuada da área média dos estabelecimentos explorados sob a forma de arrendamento e parceria, uma vez que se tornou mais rentável a exploração direta da terra, pelos proprietários; conseqüentemente, as propriedades acusaram um expressivo aumento de sua área média (Tabela 12).

Todas essas transformações, quer as que dizem respeito à questão da concentração da terra como aquelas vinculadas às formas de organização da produção, vão incidir sobre a capacidade de absorção da força de trabalho. Tanto a redução da área média dos pequenos estabelecimentos, sobretudo daqueles explorados sob o regime de parceria e arrendamento, como o próprio ritmo de modernização das atividades agrícolas, visando à ampliação da produção para o mercado externo, vão contribuir para a liberação de mão-de-obra. A capacidade de criação de empregos modifica-se, agravando as diversidades regionais em ter-

<sup>5</sup> Em relação à Região Norte, que apresentou uma redução da área total dos estabelecimentos, infere-se que tal situação decorreu, sobremaneira, de uma alteração conceitual no Censo Agropecuário.

TABELA 12

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CONDIÇÕES DO PRODUTOR — 1960-1970**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1960			1970		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Proprietário.....	161 102 822	2 234 960	72,08	254 425 898	3 094 851	82,21
Arrendatário (1).....	18 109 824	579 869	31,23	16 195 544	993 167	16,31
Ocupante.....	9 087 028	356 502	25,49	18 955 220	792 972	23,90

**FONTE** — Censo Agrícola — 1960 e Censo Agropecuário — 1970 — Brasil, IBGE.

(1) A título de comparabilidade, inclui-se nesse total, em 1970, os parceiros que foram somados ao total de arrendatários em 1960.

mos de absorção da força de trabalho. As Regiões Centro-Oeste, Norte e Sul mantiveram seu papel de frentes pioneiras, daí o forte crescimento do contingente de pessoal ocupado, enquanto o Sudeste e o Sul vão acusar um esvaziamento do campo nos Estados de São Paulo e Paraná, dadas não somente as taxas médias geométricas de incremento anual negativo da sua mão-de-obra, como também do total da população rural.

Na década de 70-80, acentuaram-se as condições propiciadoras da ampliação da escala do processo de reprodução do capital no campo, verificadas no decênio anterior. Uma série de fatores favoreceram diretamente tal processo como, por exemplo, insuficiência do valor das exportações na manutenção da política de substituição das importações (a partir de 1971), elevação do preço internacional do petróleo (1973) e, conseqüentemente, dificuldades de colocação de produtos industrializados, de base não agrícola, em mercados internacionais, devido à política protecionista adotada por diferentes países. O Estado viu-se, assim, impelido a favorecer a instalação e ampliação de empresas agropecuárias, e, para tanto, criou uma rede de favores e estímulos creditícios, que beneficiaram o médio e, principalmente, o grande empresário rural. De acordo com Alberto Passos Guimarães, "... entre 75 e 90% do valor dos créditos concedidos vão para a mão dos grandes e médios proprietários de estabelecimentos agropecuários"<sup>6</sup>.

Assim, foi expressivamente maior o aumento da área dos estabelecimentos, que apresentaram uma variação absoluta da ordem de 75.442.406 hectares; neste particular, foram as unidades produtivas de 10.000 hectares e mais as que figuraram com o mais significativo aumento, tendo seu total ampliado de 36.190.429 para 63.545.030 hectares. Sob o estímulo do programa oficial de incentivos, foi, também, nesta década que a demanda de máquinas e equipamentos agrícolas tomou maior impulso, ao ponto de, nesses dez anos, o número de tratores, utilizados no setor agropecuário, ter aumentado de 165.870 para 530.691 unidades. A intensificação de algumas características do processo de capitalização do espaço rural brasileiro incorreu na continuidade do processo de expropriação de pequenos produtores, principalmente, aqueles sujeitos ao regime de arrendamento e parceria, e no aumento do efetivo de ocupantes (Tabela 13).

<sup>6</sup> Guimarães, Alberto Passos. *A Crise Agrária*.

TABELA 13

**ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO CONDIÇÃO DO PRODUTOR — 1970-1980**

CLASSES DE ÁREA (ha)	ÁREA TOTAL, NÚMERO E ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS					
	1970			1980		
	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)	Área total (ha)	Número de estabelecimentos	Área média (ha)
Proprietário.....	754 425 898	3 094 861	82,21	319 037 425	3 316 446	96,20
Arrendatário.....	13 740 860	637 600	21,55	14 616 476	600 647	24,33
Parceiro.....	4 781 440	380 191	12,58	5 533 051	332 047	16,66
Ocupante.....	21 197 268	811 367	26,12	26 579 581	898 184	29,59

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

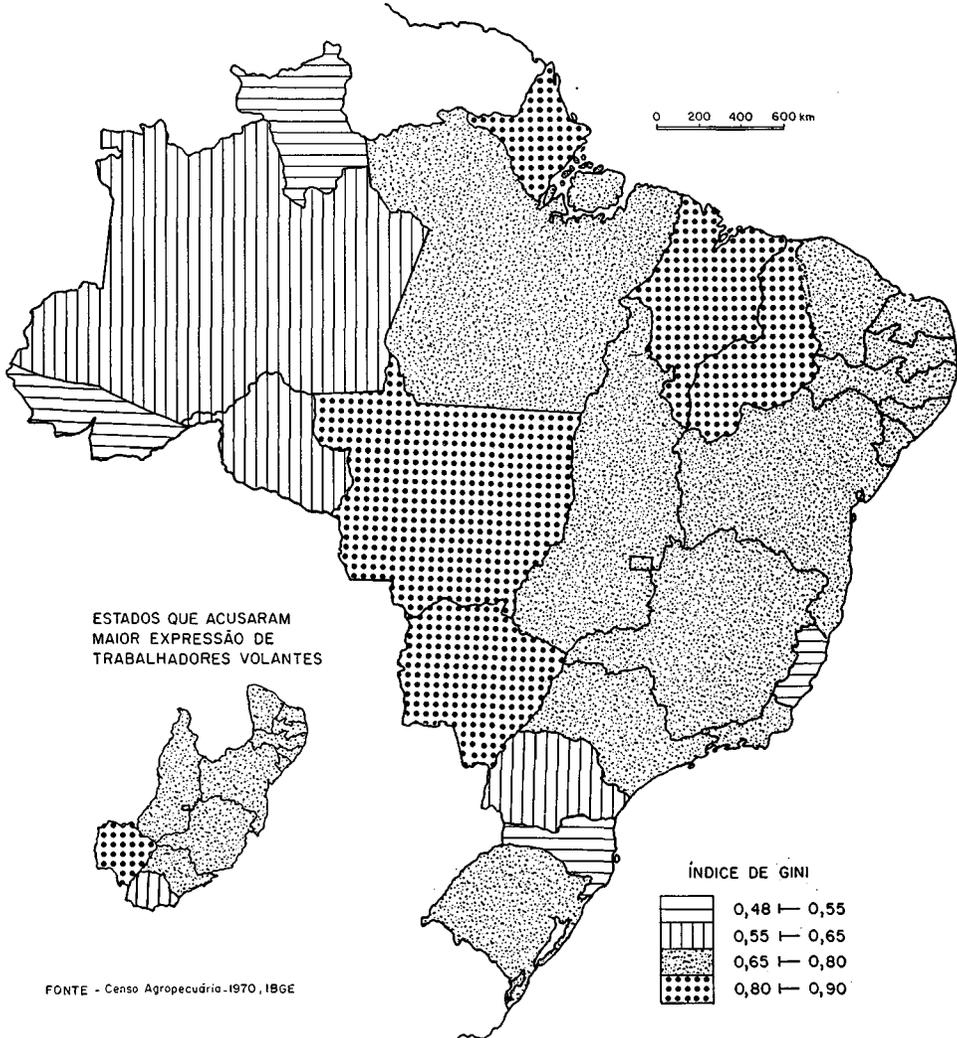
Na medida em que se acentuou e se generalizou o processo de expropriação dos pequenos produtores, parte deles foi aumentar o contingente de força de trabalho, comumente assalariada, de baixo custo, à disposição dos empreendimentos agropecuários. O efetivo dessa mão-de-obra, que só é utilizada em determinados períodos do ano, vem sendo crescente, o que tem levado à deteriorização de suas condições de existência; muitos dos antigos produtores de subsistência, não tendo mais condições de determinar os níveis de produção necessários à reprodução de sua mão-de-obra, vão permanecer sujeitos às leis de mercado de trabalho.

### 3 — A ÁREA DE ESTUDO

#### 3.1 — O quadro agrário

A análise do quadro agrário dos Estados de maior incidência de mão-de-obra volante, para o período 1970-80, revela algumas características diferenciadas entre os mesmos, embora persistam traços comuns que vêm se mantendo ao longo do tempo. Assim, numa visão global desse quadro agrário verifica-se, por exemplo, que em termos da estrutura fundiária, o padrão de alta concentração da terra revelado no Censo de 1970, comum à área como um todo, não mudou substancialmente, até ao final da década; pelo contrário, manteve-se em quase todos os Estados, tendendo a uma maior concentração, como no caso do Paraná, cujo índice de Gini, inferior a 0,65% em 1970, revelou-se mais elevado em 1980, dada a expansão dos grandes estabelecimentos em detrimento dos menores. De modo geral verifica-se pois, que a expansão horizontal dos grandes estabelecimentos vem se mantendo, tendo em vista o papel fundamental da terra no processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, onde ela, muitas vezes, é utilizada não como meio de produção, mas sobretudo como meio de acesso a outros recursos (Cartogramas 1 e 1a).

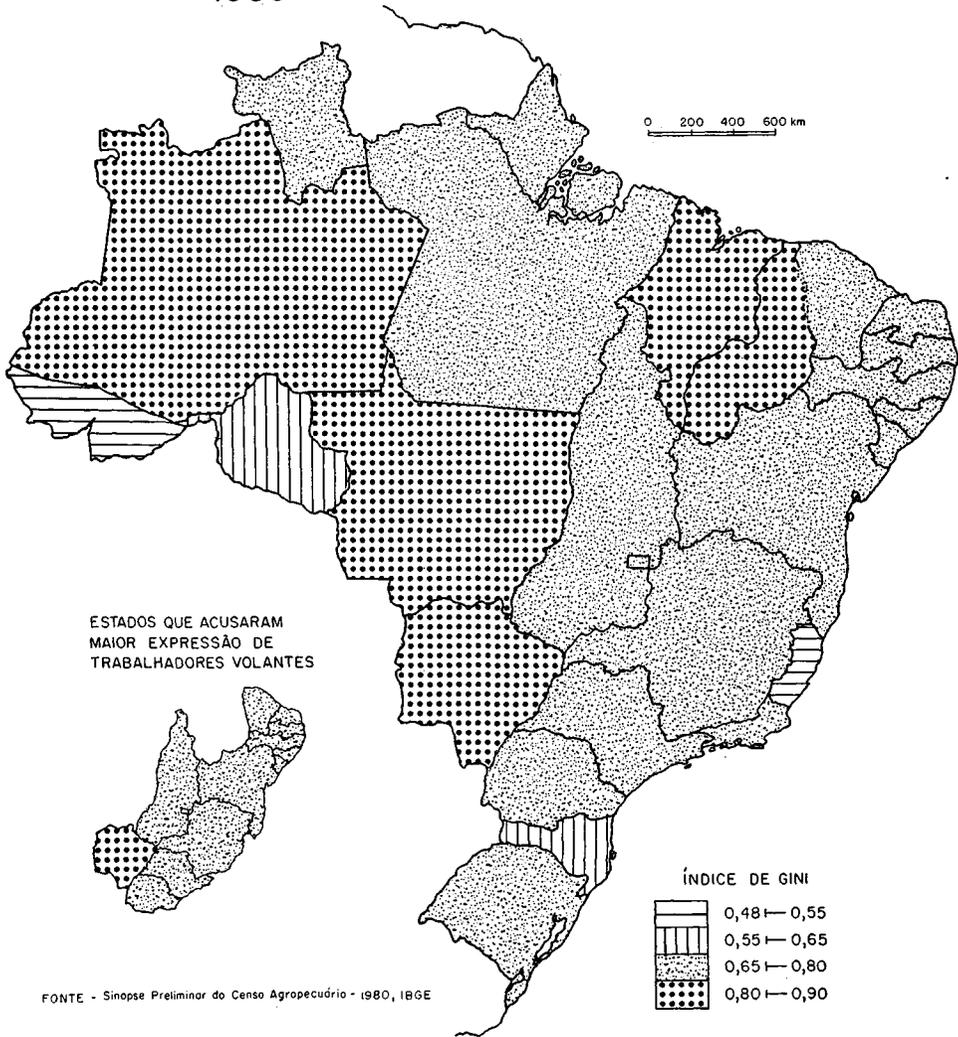
# CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA 1970



FONTE - Censo Agropecuário-1970, IBGE

CARTOGRAMA 1

# CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA 1980



FONTE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - 1980, IBGE

CARTOGRAMA 1a

As características inerentes a esse processo de concentração, na década de 70-80, são assim, melhor apreendidas ao se analisar as variações dos estabelecimentos, segundo as diferentes classes de área. Neste sentido, ao considerar a área e o número total das unidades produtivas, constata-se que, na maioria dos Estados, houve um aumento do tamanho médio dos estabelecimentos. Na Paraíba, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso do Sul foram registrados tanto uma redução em número dos estabelecimentos como um aumento em área; a concentração se deu, primordialmente, pela absorção de pequenos estabelecimentos, em virtude dessas Unidades da Federação (UF) apresentarem, nesta década, uma fronteira agrícola mais ou menos consolidada (Tabela 14).

TABELA 14

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1970-1980

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA							
	Total				Menos de 10 ha			
	Variação				Variação			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	633	0,26	-193 832	-1,60	-2 237	-1,86	-10 538	-2,24
Rio Grande do Norte.....	2 980	2,88	-62 597	-1,37	2 099	3,28	10 011	5,38
Paraíba.....	-2 106	-1,24	338 824	7,40	-3 805	-3,28	-27 321	-7,34
Pernambuco.....	-326	-0,10	274 374	4,29	-10 121	-3,94	7 676	1,10
Alagoas.....	13 118	12,47	170 944	7,64	12 786	16,21	16 944	7,33
Sergipe.....	802	0,84	159 855	9,17	-972	-1,31	9 612	5,80
Bahia.....	97 305	17,97	7 908 341	35,53	51 727	17,41	199 218	19,11
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	27 156	5,98	4 440 614	10,57	13 883	11,17	58 787	9,31
São Paulo.....	-53 198	-16,28	-42 647	-0,21	-34 507	26,31	-193 164	-28,61
<b>Sul</b>								
Paraná.....	-99 625	-17,97	1 987 807	13,59	-79 852	27,04	-467 633	-29,69
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	-11 978	-19,96	2 183 024	7,67	-11 145	45,77	-52 220	-44,92
Goiás.....	8 736	6,02	12 920 508	36,11	906	5,55	-91	-0,09

Nos Estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Goiás os estabelecimentos acusaram um aumento, proporcionalmente, maior em área que em número. Com exceção do primeiro Estado, nos demais, o aumento da área dos estabelecimentos reflete a expansão da fronteira agrícola tendo, portanto, o processo de concentração da terra se caracterizado, também, em função da absorção de novas áreas. Em São Paulo, cuja agricultura é a mais capitalizada do País e, de há muito, com uma fronteira agrícola consolidada, o processo de concentração fundiária se caracterizou, especificamente, pela absorção dos estabelecimentos menores pelos maiores; enquanto estes últimos se reduziram em número, a área total manteve-se numa relativa estabilidade. Nos Estados de Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte verificou-se uma redução da área média dos estabelecimentos, o que, em certa medida, poderá indicar uma ligeira desconcentração fundiária (Tabelas 14 a e 14 b).

TABELA 14a

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS,  
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1970-1980

(continua)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA							
	10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Variação				Variação			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	-1 343	-1,32	83 123	2,50	366	1,66	90 595	1,69
Rio Grande do Norte.....	1 081	3,40	16 164	1,58	-186	-2,59	-22 604	-1,21
Paraíba.....	806	1,99	61 651	4,77	692	8,82	178 248	9,19
Pernambuco.....	8 688	13,81	194 863	10,54	485	4,42	52 936	1,84
Alagoas.....	-256	-1,13	10 243	1,60	438	13,09	121 963	13,32
Sergipe.....	1 411	7,89	50 891	9,24	259	8,92	41 348	5,50
Bahia.....	37 774	18,64	971 071	15,00	6 296	15,86	1 802 025	18,83
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	6 242	2,54	80 519	0,88	4 760	6,05	1 352 540	6,60
São Paulo.....	-20 094	-12,59	-435 766	-8,45	1 023	3,04	332 220	3,74
<b>Sul</b>								
Paraná.....	-25 918	-10,76	-223 174	-3,66	5 443	31,72	1 530 943	36,27
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	-5 562	-24,89	-79 271	-12,05	3 670	43,71	1 435 834	46,89
Goiás.....	3 485	-5,01	-2 682	-0,09	8 389	15,83	2 702 524	16,69

TABELA 14b

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA

VARIÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS,  
POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1970-1980

(conclusão)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Variação				Variação			
	Número		Área		Número		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	-115	-9,45	-238 235	-9,51	-1	-4,76	-118 776	-27,34
Rio Grande do Norte.....	-9	-1,52	-27 249	-2,14	-2	-15,38	-38 899	-18,08
Paraíba.....	43	8,16	97 212	10,29	0	0,00	29 134	82,70
Pernambuco.....	13	2,57	44 489	4,97	-2	-50,00	-25 590	-35,38
Alagoas.....	37	17,37	76 541	19,89	-1	-50,00	-54 787	-83,42
Sergipe.....	38	28,15	69 498	26,35	-	-	-	-
Bahia.....	1 026	47,61	2 441 217	56,38	96	218,18	2 494 811	296,15
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	623	13,12	1 302 712	13,17	85	96,59	1 646 056	87,69
São Paulo.....	197	8,21	311 631	6,33	-2	-4,08	-57 569	-7,40
<b>Sul</b>								
Paraná.....	507	47,21	935 816	40,78	16	123,08	211 855	48,41
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	951	21,83	1 996 426	15,61	-40	-7,27	-1 117 745	-9,43
Goiás.....	2 509	41,26	6 035 983	44,68	98	75,38	4 184 774	145,57

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Verificando-se, ainda, a questão fundiária sob o prisma das diferentes categorias de estabelecimentos, segundo estratos de área, constata-se que, somente nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte não se registrou um incremento significativo dos médios e, sobretudo, dos grandes estabelecimentos, revelando-se como tais, os de 100 a menos de 1.000 hectares e os de 1.000 a menos de 10.000 hectares. Nesse sentido, em termos de evolução, os dados mostraram que, na maioria dos Estados, ocorreram expressivos aumentos dos estabelecimentos de estratos de área intermediários e reduções, em número e área, naqueles situados nos pontos extremos, ou seja, nos de menos de 100 hectares e nos de 10.000 hectares e mais (Tabela 15). Em relação às unidades produtivas menores, constatou-se que sua diminuição, sobretudo as de menos de 10 hectares, foi mais significativa em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, Estados, onde, praticamente, não existem áreas de fronteira a serem ocupadas, e em Goiás, cuja participação dos pequenos estabelecimentos é pouco expressiva. Já os estabelecimentos muito grandes, os de 10.000 hectares e mais, acusaram substanciais reduções nos Estados do Nordeste (exceção da Paraíba e Bahia), São Paulo e, sobretudo, Mato Grosso do Sul, onde as unidades produtivas, em questão, perderam um total de 1.117.745 hectares.

Assim, as variações observadas em relação às diferentes categorias de estabelecimentos, revelaram que o processo de concentração fundiária, ocorrido nesta década, se deu tanto pela incorporação de novas áreas, como de parte das grandes unidades produtivas ou das pequenas e, em alguns casos, até pela absorção dos estabelecimentos cujas dimensões variavam de 100 a menos de 1.000 hectares. Convém salientar, ainda, que a concentração de terra se deu mais ao nível dos estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 hectares; tanto que estas unidades produtivas aumentaram em todos os Estados, e foi nesta categoria que se verificou o maior incremento relativo em área.

A expansão mais significativa desta categoria de estabelecimentos, associa-se à forma historicamente assumida pela reprodução do capital no espaço rural brasileiro. Nestes termos “pode-se dizer que, no processo de ocupação de novas terras, inicialmente, o minifúndio e o grande latifúndio inexplorado são as formas que se multiplicam. Depois os minifúndio são “engolidos”, e os latifúndios por dimensão se fracionam, cedendo lugar às empresas e aos latifúndios menores. O importante desse processo é que a colonização de novas áreas tende a se ajustar ao mesmo padrão de concentração da posse da terra que se encontra nas regiões mais antigas, onde a fronteira agrícola já se encontra consolidada”<sup>7</sup>.

Além das questões relativas à estrutura fundiária, consideram-se, a seguir, alguns dados que possam identificar tendências fundamentais que concretizam a forma de organização da produção no setor agropecuário considerado, tais como os relativos à condição do produtor, ao emprego de técnicas e aos usos da terra.

Considerando-se a totalidade dos estabelecimentos, segundo a condição dos produtores, verificou-se que, na maioria dos Estados, foram as categorias de proprietários que acusaram os maiores aumentos, enquanto, em contrapartida, as de ocupantes apresentavam as mais significativas reduções. No tocante à parceria e arrendamento, consta-

---

<sup>7</sup> Silva, José Graziano da et alii. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*.

TABELA 15

**ESTRUTURA FUNDIÁRIA  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS, POR  
CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO  
1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA (%)											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	1970		1980		1970		1980		1970		1980	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
<b>Nordeste</b>												
Ceará.....	48,91	3,89	47,88	3,87	41,49	27,48	40,84	28,63	8,99	44,34	9,12	45,83
Rio Grande do Norte.....	61,72	4,07	61,97	4,35	30,67	22,36	30,83	23,03	6,93	40,97	6,56	41,04
Paraíba.....	68,28	8,12	66,86	7,01	26,77	28,19	27,65	27,50	4,62	42,31	5,09	43,02
Pernambuco.....	77,54	10,90	74,56	10,57	18,98	28,91	21,62	30,64	3,31	45,05	3,46	43,99
Alagoas.....	75,01	10,33	77,50	10,30	21,60	28,64	18,99	27,03	3,18	40,90	3,20	43,06
Sergipe.....	78,03	9,51	76,37	9,22	18,77	31,58	20,08	31,61	3,05	43,11	3,29	41,67
Bahia.....	54,85	4,68	54,59	4,12	34,82	29,09	37,63	24,68	7,33	42,99	7,20	37,70
<b>Sudeste</b>												
Minas Gerais.....	27,38	1,50	28,72	1,49	54,16	21,74	52,40	19,83	17,33	48,75	17,43	47,00
São Paulo.....	40,13	3,31	35,32	2,37	48,83	25,25	50,98	23,17	10,28	43,52	12,66	45,24
<b>Sul</b>												
Paraná.....	53,25	10,77	47,36	6,67	43,45	41,69	47,27	35,36	3,08	28,86	4,97	34,62
<b>Centro-Oeste</b>												
Mato Grosso do Sul.....	40,58	0,41	27,49	0,21	37,24	2,31	34,94	1,89	13,99	10,75	25,12	14,67
Goiás.....	11,24	0,28	11,19	0,20	47,96	8,68	42,97	6,37	36,51	45,26	39,89	38,80

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CLASSES DE ÁREA (%)							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	1970		1980		1970		1980	
	Número	Área	Número	Área	Número	Área	Número	Área
<b>Nordeste</b>								
Ceará.....	0,50	20,69	0,45	19,03	0,01	3,59	0,01	2,85
Rio Grande do Norte.....	0,57	27,90	0,56	27,68	0,01	4,71	0,01	3,91
Paraíba.....	0,31	20,61	0,34	21,17	0,00	0,77	0,00	1,31
Pernambuco.....	0,15	14,01	0,16	14,10	0,00	1,13	0,00	0,70
Alagoas.....	0,20	17,19	0,21	19,15	0,00	2,93	0,00	0,45
Sergipe.....	0,14	15,13	0,18	17,51	0,00	0,66	—	—
Bahia.....	0,40	19,45	0,50	22,44	0,01	3,78	0,02	11,06
<b>Sudeste</b>								
Minas Gerais.....	1,05	23,54	1,12	24,09	0,02	4,47	0,04	7,59
São Paulo.....	0,73	24,12	0,95	25,70	0,01	3,81	0,02	3,53
<b>Sul</b>								
Paraná.....	0,19	15,69	0,35	19,45	0,00	2,99	0,01	3,91
<b>Centro-Oeste</b>								
Mato Grosso do Sul.....	7,26	44,92	11,05	48,23	0,93	41,61	1,06	35,00
Goiás.....	4,19	37,75	5,58	40,13	0,09	8,03	0,15	14,49

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

tou-se que os estabelecimentos explorados em tais condições reduziram-se, também, com mais frequência, em número, sobretudo no caso dos últimos. Convém, no entanto, salientar que foram estas unidades produtivas que, de modo geral, neste período, figuraram com as maiores incorporações relativas de área, embora, espacialmente, as propriedades continuassem a predominar (Tabela 16).

**TABELA 16**  
**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS**  
**POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO AS UNIDADES DA**  
**FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR							
	Proprietário				Arrendatário			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	10 686	67,38	130 620	1,26	5 089	23,79	12 024	3,68
Rio Grande do Norte.....	500	0,80	-132 848	-3,34	-4 625	-26,40	-10 368	-65,12
Paraíba.....	-6 956	-64,27	216 108	5,29	-7 680	-22,91	-13 371	-67,58
Pernambuco.....	8 670	42,71	197 423	3,54	-20 719	-35,07	-58 740	-14,64
Alagoas.....	5 368	72,41	69 372	3,40	-6 714	-36,96	43 821	33,74
Sergipe.....	5 435	76,46	145 389	8,66	-8 479	-54,34	10 988	58,46
Bahia.....	92 853	20,52	7 386 601	35,06	-5 720	-32,52	12 321	9,02
Minas Gerais.....	27 532	71,07	4 496 142	11,81	-556	-2,68	104 383	6,63
São Paulo.....	-25 284	-12,16	-430 727	-2,35	-18 379	-37,60	198 627	18,58
Paraná.....	-15 910	-50,87	2 219 802	18,25	-22 553	-32,81	152 573	23,59
Mato Grosso do Sul.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás.....	8 722	78,57	12 043 885	38,75	2 136	34,98	345 151	70,74

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR							
	Parceiro				Ocupante			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-9 344	-33,65	-185 929	-38,48	-7 362	-19,52	-313 412	-33,50
Rio Grande do Norte.....	5 167	22,22	24 597	24,11	1 661	7,78	11 288	3,44
Paraíba.....	1 383	24,98	28 266	46,89	10 565	47,21	63 110	26,19
Pernambuco.....	4 940	48,96	14 637	17,67	5 891	9,94	84 935	25,92
Alagoas.....	1 356	73,18	5 416	110,50	12 685	115,19	28 839	46,07
Sergipe.....	1 121	270,12	400	18,16	500	42,18	-8 631	-19,47
Bahia.....	-1 617	-19,91	50 476	32,63	9 428	12,94	82 887	9,21
Minas Gerais.....	-1 252	-11,28	27 208	7,74	-1 619	-5,23	-843 454	-41,64
São Paulo.....	-9 338	-18,24	43 251	7,85	-1 057	-5,63	-6 306	-1,38
Paraná.....	-56 927	-46,31	-288 701	-28,00	-5 340	-10,67	-157 272	-20,96
Mato Grosso do Sul.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás.....	2 821	211,00	192 441	254,21	-5 683	-21,32	-29 477	-0,71

Fonte — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Ao estabelecer a correlação entre a variação dos estabelecimentos, segundo estratos de área, e a que diz respeito à condição do produtor, verifica-se que, na maioria dos Estados, ocorreu uma redução das unidades produtivas de até menos de 100 hectares, independentemente da condição de seus responsáveis. No caso dos proprietários e ocupantes, as diminuições ficaram mais centradas entre os estabelecimentos de área de 10 a menos de 100 hectares; os de menos de 10 hectares apresentaram reduções somente em Goiás, onde a sua participação relativa já era residual, e em São Paulo e Paraná que, com poucas áreas a serem ocupadas, a expansão das empresas maiores se deu, praticamente, pela absorção de pequenos estabelecimentos (Tabelas 17 e 18).

TABELA 17

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS  
EXPLORADOS POR PROPRIETÁRIOS, POR CLASSES DE ÁREA,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PROPRIETÁRIOS											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	2 568	4,39	13 700	5,35	6 958	8,72	216 267	7,91	1 205	6,32	270 259	5,80
Rio Grande do Norte..	1 067	3,60	-4 287	-14,46	-463	-1,78	-10 989	-1,27	-90	-1,43	243	0,01
Paraíba.....	-7 452	-12,06	-31 522	-13,10	61	-0,16	35 130	3,09	537	7,53	138 615	7,82
Pernambuco.....	1 963	1,44	2 519	0,55	5 976	10,69	14 456	8,86	407	4,11	44 191	1,74
Alagoas.....	5 749	11,54	9 575	5,68	-747	-3,56	-7 861	-1,31	235	7,59	65 361	7,76
Sergipe.....	3 700	7,28	9 700	6,84	1 422	8,20	51 749	9,67	253	8,95	39 474	5,40
Bahia.....	49 283	219,81	184 511	21,54	36 264	19,27	946 049	15,54	5 990	15,80	1 713 981	18,74
Minas Gerais.....	8 773	8,89	39 254	7,59	11 324	5,30	327 287	4,11	6 697	9,51	1 905 681	10,34
São Paulo.....	-11 099	-20,84	-56 513	-20,26	-14 181	-11,69	-383 821	-9,10	-143	-0,46	20 378	0,25
Paraná.....	-10 175	-9,19	-94 147	-14,64	-10 933	-5,90	-27 622	-0,55	4 752	29,94	1 361 037	34,79
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	-917	-10,04	-5 875	-10,59	-916	-1,73	51 209	2,10	8 272	19,07	2 832 365	21,26

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PROPRIETÁRIOS							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-116	-10,47	-247 319	-10,82	-1	-5,00	-122 286	-28,90
Rio Grande do Norte..	-900	-1,70	-78 987	-6,82	-2	-15,38	-38 919	-18,09
Paraíba.....	17	3,42	44 750	4,98	0	—	29 134	82,90
Pernambuco.....	17	3,79	26 848	3,27	-2	-50,00	-25 590	-15,18
Alagoas.....	28	13,93	57 084	15,68	-1	-50,00	-54 787	-83,42
Sergipe.....	32	24,06	55 979	21,62	—	—	—	—
Bahia.....	933	44,94	2 228 794	53,52	89	211,90	231 326	282,64
Minas Gerais.....	615	13,79	1 137 897	12,19	60	72,29	1 085 932	60,34
São Paulo.....	118	5,10	122 560	2,57	-7	-14,58	-133 330	-17,45
Paraná.....	440	43,48	79 110	36,61	14	107,69	189 422	43,28
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	2 190	39,65	5 225 597	41,91	88	69,84	3 940 588	140,39

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Dos estabelecimentos de até menos de 100 hectares foram, no entanto, entre aqueles explorados por arrendatários e parceiros que se constataram as mais generalizadas reduções (Tabelas 19 e 20). Tal situação revela a vulnerabilidade desses produtores, cujas condições de produção são mais ou menos semelhantes, uma vez que o arrendatário não-capitalista e o pequeno parceiro têm muito mais elementos comuns que dispares no que se refere à sujeição ao capital, uma vez que ambos estão sujeitos a uma dupla forma de exploração. Sendo,

TABELA 18

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS  
EXPLORADOS POR OCUPANTES, POR CLASSES DE ÁREA,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR OCUPANTES											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-4 310	-16,90	-15 564	-17,05	-3 167	-27,93	-99 443	-31,30	-768	-44,83	-168 690	-43,03
Rio Grande do Norte..	1 547	9,04	6 455	14,66	185	5,04	497	0,50	-68	-14,38	-12 127	-10,42
Paraíba.....	9 688	50,94	21 409	45,80	762	25,62	17 994	23,86	63	17,55	12 879	15,00
Pernambuco.....	3 381	6,17	22 535	19,07	2 360	58,01	39 871	41,70	44	12,50	12 571	14,22
Alagoas.....	12 202	119,62	20 580	90,45	495	68,09	9 324	52,54	-11	-13,41	-788	-4,41
Sergipe.....	572	5,04	1 522	11,13	-52	-11,74	-2 369	-19,73	-20	-39,22	-5 428	-39,82
Bahia.....	8 265	16,39	24 810	18,30	1 123	9,67	10 453	3,38	1	0,08	-12 245	-3,96
Minas Gerais.....	3 691	31,39	14 571	28,04	-3 120	-20,97	-178 804	-32,91	-2 132	-52,25	-589 956	-55,60
São Paulo.....	-41	-0,35	-4 731	-9,35	-939	-14,95	-30 176	-16,34	-87	-12,22	-12 692	-7,68
Paraná.....	-829	-2,34	-14 559	-9,09	-4 342	-31,24	-104 836	-31,90	172	24,75	-38 381	-22,43
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	-181	-4,86	-3 915	-17,33	-4 530	-33,28	-131 164	-23,55	1 171	13,27	-491 537	-18,57

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR OCUPANTES							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-26	-37,14	-44 476	-33,06	1	—	14 840	—
Rio Grande do Norte..	12	37,50	16 462	24,05	—	—	—	—
Paraíba.....	—	—	10 884	33,07	—	—	—	—
Pernambuco.....	—	—	9 857	39,02	—	—	—	—
Alagoas.....	-1	-50,00	-277	-6,58	—	—	—	—
Sergipe.....	—	—	-2 537	-47,10	—	—	—	—
Bahia.....	18	31,58	57 630	47,02	—	—	—	—
Minas Gerais.....	-96	-52,17	-140 093	-41,43	1	50,00	50 828	156,39
São Paulo.....	6	19,35	41 923	72,64	—	—	—	—
Paraná.....	1	2,44	-10 773	-11,92	—	—	—	—
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	181	37,95	485 970	56,61	5	166,67	111 169	209,76

Fonte — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Síntese Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

praticamente, impossível ao pequeno arrendatário e parceiro se reproduzirem com o que lhes cabe de sua produção, estes, se vêem obrigados, juntamente com sua família, a vender sua força de trabalho. Assim, em uma situação de mercado cada vez mais restrita, sujeitos a condições de exploração cada vez mais intensivas — perda da autonomia, redução do período de contrato — esses produtores, em franco processo de expropriação, e sem nenhum poder de barganha, colocam-se à disposição dos empreendimentos capitalistas.

TABELA 19

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS  
EXPLORADOS POR PARCEIROS, POR CLASSES DE ÁREA,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PARCEIROS											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-6 712	-32,78	-24 344	-33,03	-2 344	-36,10	-62 939	-37,75	-275	-35,48	-70 734	-36,52
Rio Grande do Norte..	3 873	287,96	12 078	269,78	1 324	169,74	27 064	104,35	-24	-12,97	-9 204	-19,18
Paraíba.....	878	18,78	8 930	28,05	452	58,93	10 086	53,71	49	53,26	6 473	26,57
Pernambuco.....	4 548	49,25	13 683	62,60	408	56,82	6 847	39,91	-16	-12,31	-10 042	-28,10
Alagoas.....	1 338	73,88	3 037	113,45	12	32,43	410	55,33	6	120,00	1 968	132,61
Sergipe.....	1 126	284,34	1 168	229,47	-2	-13,33	-97	-22,93	-3	-75,00	-671	-52,83
Bahia.....	-1 451	-22,47	-2 309	-13,30	-165	11,98	-5 922	-14,40	-20	-7,19	-2 770	-3,96
Minas Gerais.....	265	4,06	457	1,72	-1 361	-34,45	-46 637	-37,38	-176	-28,81	-46 259	-30,74
São Paulo.....	-7 576	-21,30	-47 989	-24,83	-2 072	-13,50	-25 198	-8,40	259	93,84	71 556	120,96
Paraná.....	45 449	48,54	-250 253	-49,80	-11 684	-40,18	164 674	-32,73	183	81,33	51 779	113,45
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	1 749	227,73	9 616	224,25	781	181,20	22 453	160,44	242	192,06	86 734	258,25

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR PARCEIROS							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	-13	-54,17	-27 911	-56,94	—	—	—	—
Rio Grande do Norte..	-6	-40,00	-5 342	-22,62	—	—	—	—
Paraíba.....	4	133,33	7 777	228,74	—	—	—	—
Pernambuco.....	-1	-14,29	3 969	50,85	—	—	—	—
Alagoas.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Bahia.....	18	163,64	31 453	119,68	—	—	—	—
Minas Gerais.....	2	11,76	16 858	55,05	4	400,00	102 788	540,50
São Paulo.....	22	550,00	38 873	757,61	—	—	—	—
Paraná.....	22	275,00	64 448	400,77	—	—	—	—
Mato Grosso do Sul..	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	31	258,33	73 636	308,92	—	—	—	—

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

As significativas incorporações, em área média, desses estabelecimentos, registradas em relação ao total, estão antes associadas ao aumento da grande parceria e, sobretudo, do grande arrendamento capitalista. Tanto assim que os Estados onde se verificaram os maiores incrementos dos estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 hectares e de 10.000 hectares e mais explorados por arrendatários e parceiros foram os de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Nesses Estados, o controle do processo de produção agrícola pelo capital é bastante significativo, ou, então, a atividade pecuária, de característica extensiva, tem ainda importância.

TABELA 20

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR ARRENDATÁRIOS, POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1970-1980**

ESTADOS	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR ARRENDATÁRIOS											
	Menos de 10 ha				10 a menos de 100 ha				100 a menos de 1 000 ha			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	4 441	26,78	12 434	24,75	773	18,71	13 469	12,37	8	1,52	804	0,66
Rio Grande do Norte..	-4 534	-28,58	-4 646	-16,85	-50	-3,60	-3 310	-8,30	-37	-15,04	-11 137	-16,64
Paraíba.....	-7 259	-23,92	-22 114	-31,23	-428	-14,74	-7 197	-11,64	-10	-3,82	3 249	5,79
Pernambuco.....	-20 499	-36,45	-32 581	-33,48	-209	-9,43	-6 015	-12,32	4	0,60	-8 945	-4,20
Alagoas.....	-6 789	-39,83	-16 930	-45,53	-111	-11,67	4 523	20,38	180	111,80	46 699	86,54
Sergipe.....	-6 483	-54,91	-3 053	-30,97	-5	-5,32	-110	-3,79	6	27,27	1 900	31,47
Bahia.....	-5 584	-34,99	-11 602	-35,15	-148	-10,30	-2 899	-7,54	1	0,54	3 539	7,35
Minas Gerais.....	789	10,83	2 763	7,80	-1 197	-8,93	-43 867	8,79	1	0,03	34 211	4,11
São Paulo.....	-16 046	-52,49	85 089	55,83	-3 244	-19,48	-9 374	-2,06	858	54,03	201 994	56,81
Paraná.....	-23 798	-42,87	110 719	41,10	629	4,90	61 442	23,79	591	161,04	132 267	144,13
Goiás.....	204	7,60	232	1,40	1 002	37,37	46 557	49,89	850	127,25	202 447	104,97

ESTADOS	ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS POR ARRENDATÁRIOS							
	1 000 a menos de 10 000 ha				10 000 ha e mais			
	Estabelecimentos		Área		Estabelecimentos		Área	
	1970/1980		1970/1980		1970/1980		1970/1980	
	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
Ceará.....	2	13,33	-3 474	-9,89	-1	-100,00	-11 300	-100,00
Rio Grande do Norte..	-1	-7,14	8 725	35,14	—	—	—	—
Paraíba.....	9	1,50	12 690	139,05	—	—	—	—
Pernambuco.....	-9	-27,27	-11 199	-26,60	—	—	—	—
Alagoas.....	5	50,00	9 530	57,64	—	—	—	—
Sergipe.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Bahia.....	12	109,00	23 284	137,10	—	—	—	—
Minas Gerais.....	15	17,24	47 384	26,12	8	400,00	132 315	509,14
São Paulo.....	30	60,00	55 747	60,08	2	200,00	35 348	262,89
Paraná.....	29	223,08	58 428	231,91	—	—	—	—
Goiás.....	49	71,01	65 421	38,43	1	100,00	30 998	208,49

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

No que tange à redução verificada para a área total dos estabelecimentos explorados por ocupantes, registrou-se diminuição, em número e área, tanto dos pequenos como, também, dos médios e grandes. Ressalte-se, no entanto, que a retração desses estabelecimentos, embora decorrente de um mesmo processo, o da expansão e/ou intensificação do capitalismo no campo tem como causa direta, diferentes fatores daí derivados. Mesmo admitindo que, como os pequenos, muitos dos grandes estabelecimentos explorados por ocupantes sejam absorvidos por empresas capitalistas, infere-se que, em grande medida, a sua redução

generalizada, sobretudo daqueles de 1.000 a menos de 10.000 hectares, seja ocasionada pela legalização das terras por parte dos produtores responsáveis.

O incremento ou a redução dos estabelecimentos grandes e, sobretudo, muito grandes, quer sejam explorados por ocupantes ou por proprietários, relaciona-se também à questão da comercialização da terra, na medida em que muitos produtores que vendem suas terras, vão adquirir outras, geralmente em áreas de fronteira agrícola, a menores preços, aí recriando o mesmo padrão de concentração de terra existente em áreas de fronteira já consolidada. Neste sentido, entre os Estados considerados, foram aqueles com áreas de fronteira agrícola — Bahia, Minas Gerais e, sobretudo, Goiás — que, acusaram os maiores aumentos dos estabelecimentos de 10.000 hectares e mais.

Portanto, constatou-se, pela análise precedente, que na área objeto de estudo, a estrutura fundiária não só se manteve concentrada, como também ocorreu uma ampliação deste padrão de concentração, penalizando assim, ainda mais, as condições de sobrevivência dos estabelecimentos menores. Ressalte-se, porém, que o desenvolvimento desse processo não foi uniforme, dado que a expansão da modernização vem se dando de maneira lenta e desigual, segundo as diferentes regiões e as próprias categorias de estabelecimentos.

Essas desigualdades podem ser compreendidas ao se considerar que a expansão da produção capitalista implica em uma intensificação do processo produtivo, o que vai provocar maior utilização de máquinas e insumos destinados a aumentar a produtividade do trabalho mas que, dadas as condições sob as quais vem ocorrendo tal processo, a utilização desses recursos tem se limitado, em grande parte, aos estabelecimentos maiores, que captam expressiva parcela do volume total dos créditos destinados à agricultura. Em consequência, os pequenos estabelecimentos, cuja produção objetiva a subsistência, são submetidos a uma economia de trocas onde, em face de um processo de concorrência imperfeita, não conseguem acumular, podendo ser mesmo absorvidos pelos maiores. Assim, por exemplo, nos Estados de São Paulo e Paraná, de agricultura bastante capitalizada, nos anos 1970-1980, registraram-se não só as maiores variações absolutas do número de tratores utilizados — respectivamente 70.493 e 61.063 unidades — como, também, uma redução de, praticamente, todas as categorias de estabelecimentos de menos de 100 hectares (Tabela 21).

Constatou-se, por outro lado, que em relação às atividades produtivas, entre 1970 e 1980, a área das lavouras apresentou notável expansão no espaço rural brasileiro, da ordem de 15.281.506 hectares. Tal expansão se deveu, mais especificamente, aos resultados observados nos Estados em análise, nos quais, excetuando-se Sergipe, foram constatados acréscimos sempre superiores a 300 mil hectares, tendo chegado mesmo, nos casos de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás, a se situarem acima de 1 milhão de hectares.

Ao se analisar tais variações espaciais da lavoura, considerando-se as culturas permanentes e temporárias, constata-se que foram estas as principais responsáveis pelo substancial incremento acima mencionado, tanto que acusaram um aumento de área da ordem de 7.688.191, contra apenas 1.651.280 hectares daquelas.

**TABELA 21**  
**TRATORES UTILIZADOS, SEGUNDO AS UNIDADES DA**  
**FEDERAÇÃO — 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRATORES UTILIZADOS		
	1970	1960	Variação absoluta 1970—1980
Ceará.....	734	3 359	2 625
Rio Grande do Norte.....	570	2 811	2 241
Paraíba.....	822	2 720	1 898
Pernambuco.....	1 519	4 556	3 037
Alagoas.....	965	3 536	2 571
Sergipe.....	420	1 764	1 344
Bahia.....	1 838	11 371	9 533
Minas Gerais.....	10 187	47 123	36 936
São Paulo.....	67 213	67 213	70 493
Paraná.....	18 619	79 682	61 063
Goiás.....	5 692	26 875	21 183

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Na realidade, tanto o crescimento do comércio exportador, estimulado pelo modelo econômico implantado no País, como o do comércio interno, impulsionado pelo vertiginoso aumento do consumo, decorrente do grande desenvolvimento urbano-industrial ocorrido nas últimas décadas, levaram o Estado a adotar políticas agrícolas que resultaram num incremento muito mais acentuado de produtos da lavoura temporária. Conforme se pode observar na tabela 22, na grande maioria dos Estados em análise, a lavoura temporária apresentou expansão bem mais acentuada do que a permanente, a qual, no Paraná e na Paraíba chegaram mesmo a acusar redução da área cultivada.

**TABELA 22**  
**VARIAÇÃO DAS ÁREAS DE LAVOURAS, SEGUNDO AS UNIDADES**  
**DA FEDERAÇÃO, NO PERÍODO 1970-1980**

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA TOTAL DE LAVOURA	VARIAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURA PERMANENTE	VARIAÇÃO DA ÁREA DE LAVOURA TEMPORÁRIA
<b>TOTAL.....</b>	<b>9 321 500</b>	<b>1 651 280</b>	<b>7 670 220</b>
Ceará.....	564 135	197 125	367 010
Rio Grande do Norte.....	378 323	84 809	293 514
Paraíba.....	195 739	-81 883	277 622
Pernambuco.....	364 901	7 824	357 077
Alagoas.....	314 654	14 532	300 122
Sergipe.....	46 213	27 860	18 353
Bahia.....	995 076	494 755	500 321
Minas Gerais.....	1 182 837	552 230	630 607
São Paulo.....	1 208 294	639 733	568 561
Paraná.....	1 365 921	-352 225	1 718 146
Goiás.....	1 567 265	53 277	1 513 988
Mato Grosso do Sul.....	1 138 142	13 243	1 124 899

**FONTE** — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

O Estado do Paraná, por sinal, foi o que mais se salientou quanto ao aumento da área cultivada com lavoura temporária, graças, principalmente, ao grande desenvolvimento da cultura da soja. Este produto, em face da elevada cotação alcançada no comércio mundial, na década em análise, adequou-se plenamente aos objetivos do modelo econômico implantado no País. Com isso, sua cultura sofreu um processo de acelerada expansão que, no caso dos Estados da área em estudo, foi mais intenso no Paraná. Por outro lado, o fato de que esta expansão tenha se verificado, em grande medida, através da substituição de antigas culturas, explica a acentuada redução da área de lavoura permanente, neste Estado, pois, a cultura do café foi a que se viu mais afetada com este processo.

No caso de Mato Grosso do Sul e Goiás, onde o excepcional crescimento da área de lavoura também se deveu, primordialmente, à expansão das culturas temporárias, a influência da soja foi menos relevante. Nestes Estados, as culturas do arroz e do milho pesaram, ponderavelmente, e tiveram seu crescimento relacionado ao desenvolvimento da pecuária, pois o sistema de criação predominantemente empregado se baseia no cultivo de um daqueles cereais, antecedendo à implantação do pasto.

Nos Estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo, a grande expansão da área de lavoura se processou segundo um crescimento equitativo das culturas permanentes e temporárias. Nestas UFs, a existência de lavouras permanentes, como as do cacau e do café, de grande valor comercial e importância no comércio exportador do País, concorreu para que não se verificasse grande defasagem entre o crescimento das áreas das duas culturas. Tal fenômeno ocorreu apesar da implantação de programas como o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), que ocasionou excepcional desenvolvimento da atividade canavieira em São Paulo, e da política de incentivo à pecuária que, em Minas Gerais e Bahia, gerou resultados idênticos aos constatados em Mato Grosso do Sul e Goiás.

Nos demais Estados da área, em análise, localizados no Nordeste, a expansão da lavoura foi menos expressiva e, com exceção de Sergipe, deveu-se, basicamente, ao crescimento das culturas temporárias. Em tais áreas, menos capitalizadas que as anteriores, a lavoura temporária destinada à subsistência desempenhou papel importante, porém, culturas comerciais como a do algodão herbáceo e, principalmente, a da cana-de-açúcar, favorecida pelo PROALCOOL, também influenciaram, de forma substancial.

Quanto à atividade da pecuária, a política de incentivos que lhe foi concedida propiciou, na área em estudo, um crescimento expressivo do rebanho bovino, o qual se revelou bastante diferenciado através dos diferentes Estados que a compõem. Nos Estados em que a fronteira agrícola ainda se encontra em expansão, as políticas de incentivo à pecuária surtiram efeito de forma bem mais acentuada, conforme se pode constatar pelo aumento do rebanho bovino em Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia e Minas Gerais. Em outros, como São Paulo e Paraná, embora de fronteira agrícola já consolidada, a existência de grandes extensões campestres e a intensificação do sistema de criação permitiram um substancial aumento do rebanho. Com relação às áreas do Nordeste, os resultados foram menos expressivos, pois, apesar dos incentivos à pecuária, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), os resultados são menos auspiciosos

devido, entre outros fatores, às limitações criadas pelas condições naturais, quais sejam, o fenômeno da seca e a qualidade inferior das pastagens.

Em conclusão, a expansão do capital no setor agrícola tem pois, levado não somente à intensificação da concentração da propriedade da terra, como também a modificação no uso do solo, onde a produção tende, cada vez mais, a ser especializada em certos cultivos, concomitantemente, à utilização de moderna tecnologia. Esse movimento, que não é nem harmônico nem uniforme, tem sido estimulado pelas políticas agrícolas até então em vigor, que privilegiam os grandes empreendimentos empresariais. Conseqüentemente, os pequenos produtores, sejam proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros são atingidos por tal processo de tal forma que, se expropriados, vão engrossar as fileiras dos assalariados quando na falta de outras opções. Dependendo das condições de exploração a que estão submetidos, esses produtores podem também se tornar apenas assalariados temporários, mantendo-se, ainda, vinculados aos meios de produção, mas obrigados a vender, periodicamente, sua força de trabalho para complementar seus rendimentos. Em outras circunstâncias, o produtor, quando completamente expropriado, pode integrar-se na classe dos assalariados permanentes ou como trabalhador volante, onde a venda da sua força de trabalho tem caráter sazonal. A análise mais detalhada dos dados referentes ao conjunto do pessoal ocupado, na última década, servirá para uma visão mais ampla desse problema.

### 3.2 — A força de trabalho

O maior dinamismo verificado no processo de transformação da produção agrícola em determinadas regiões, assim como o menor ritmo em outras, conforme constatações precedentes, repercutiram sobre a capacidade de geração ou de destruição de oportunidades de emprego no setor rural. De fato, a expansão do capital no setor agropecuário acentuou, nos últimos anos, as diferenciações observadas, ao longo do tempo, nos níveis de inserção do contingente de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, tendo em vista que, nas áreas mais modernas, os excedentes de mão-de-obra aí formados são transferidos para outras regiões, sobretudo para as áreas de fronteira agrícola ou para os centros urbanos. Nesse sentido, os dados do Censo Agropecuário de 1980 são reveladores, uma vez que as diferenciações regionais, em termos do total de pessoal ocupado, são bem nítidas. Enquanto nas Regiões de capitalismo mais avançado — Sudeste e Sul — a capacidade de criação de empregos foi reduzida, as outras apresentaram incrementos mais expressivos da força de trabalho, sobretudo a do Nordeste e Norte. Ressalte-se, ainda, que entre as próprias UFs, que compõem as macrorregiões, foram registrados diferentes níveis de absorção de mão-de-obra, dados os diversos graus de desenvolvimento das forças produtivas em cada uma delas.

Considerando, especificamente, o conjunto de Estados, objeto deste estudo, a dinâmica do emprego rural foi bastante heterogênea, repercussão simultânea das modificações na estrutura fundiária, na condição do responsável pelos estabelecimentos, nos produtos cultivados e nas próprias práticas agrícolas prevaletentes. Enquanto os Estados do Paraná e São Paulo acusavam, entre 1970 e 1980, variação negativa no

contingente de pessoal ocupado, —8,4 e —2,5%, respectivamente, em outros Estados como Goiás, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia as variações relativas foram expressivas, embora, em termos absolutos, nem sempre significaram aumento muito grande do total da mão-de-obra (Tabela 23).

TABELA 23

**VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO 1970-1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO			
	1970	1980	Variação absoluta 1970/1980	Variação relativa 1970/1980
Ceará.....	1 021 712	1 064 091	42 379	4,15
Rio Grande do Norte.....	307 881	428 249	120 368	39,10
Paraíba.....	584 656	654 012	69 356	11,86
Pernambuco.....	1 128 264	1 212 336	84 072	7,45
Alagoas.....	430 279	547 823	117 544	27,32
Sergipe.....	268 782	293 672	24 890	9,26
Bahia.....	2 125 809	2 657 497	531 688	25,01
Minas Gerais.....	1 979 935	2 274 171	294 236	14,86
São Paulo.....	1 420 040	1 383 347	—36 693	—2,58
Paraná.....	1 981 471	1 813 528	—167 943	—8,48
Goiás.....	547 647	771 859	224 212	40,94

FONTE — Censo Agropecuário — 1970 — Brasil e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário — 1980 — Brasil, IBGE.

Considerando-se os dados sobre a composição do pessoal ocupado, nessas áreas, verifica-se, também, grande diversidade entre elas no que concerne às relações, de trabalho, embora seja possível identificar algumas tendências gerais, mais ou menos comuns a certas UF's, conforme resultados dos Censos de 1970 e 1975 (a análise restringe-se unicamente a este período, uma vez que os dados para 1980 não são ainda disponíveis). Assim, nos Estados do Nordeste, excetuando-se a categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família, que aumentaram em toda a Região, as demais categorias variaram, segundo as ocorrências de mudanças na conjuntura econômica nesses Estados. Constatou-se, por exemplo, que para os Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, onde é numeroso o contingente de mão-de-obra rural assalariada empregado na cultura do açúcar, foi da maior relevância a crise que afetou o mercado mundial deste produto, no quinquênio em análise. Tanto assim que, embora estes Estados tenham acentuado o processo de modernização, os assalariados temporários, muito utilizados nas fases de pico de trabalho, viram-se menos solicitados, particularmente nos médios e grandes estabelecimentos, em face do aumento da ociosidade da capacidade produtiva das usinas. Os assalariados permanentes viram-se mais absorvidos nestes Estados; todavia, com exceção de Alagoas, o aumento do seu emprego não compensou a redução ocorrida com os temporários, o que significou uma perda de expressão da categoria dos assalariados em Pernambuco e Paraíba. No Ceará e Rio Grande do Norte, os empregados assalariados apresentaram, no período, variação

semelhante à que foi observada nos Estados anteriormente analisados. Contudo, tais variações devem ser explicadas por outros fatores já que a atividade canavieira tem aí expressão bem menor.

O incremento do emprego da parceria foi, particularmente, importante nos médios e grandes estabelecimentos dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Tal fenômeno se explica uma vez que, sobretudo, nas extensas áreas sertanejas dos três primeiros Estados, onde a modernização das atividades agrícolas ainda se revela pouco intensa, esta categoria de mão-de-obra permanece amplamente utilizada nas duas atividades mais importantes, a criação de gado e a cotonicultura.

Situação anômala no Nordeste é a apresentada pela Bahia, que, pela forma como ocorrem as transformações na composição da mão-de-obra entre 1970 e 1975, identificou-se mais os Estados de Minas Gerais e Goiás. Nesses Estados, dotados ainda de grande disponibilidade de terras, o capital aí penetrou, de forma acentuada, promovendo notável expansão da fronteira agrícola, como se pode avaliar pelo aumento da área total dos estabelecimentos, que foi da ordem de 2.613.829 hectares em Minas Gerais, 3.002.719 hectares na Bahia e 7.343.829 hectares em Goiás; ao mesmo tempo, o incremento do número de tratores serve como indicador do processo de modernização aí ocorrido. Conseqüentemente, foi bastante expressivo o aumento observado no emprego da mão-de-obra assalariada, verificando-se tanto com relação aos trabalhadores permanentes como temporários, que ocorreu de forma quase generalizada pelas diversas classes de estabelecimentos. Em relação à categoria dos responsáveis e membros da família, houve um aumento acentuado em todos os extratos de área, revelando uma variação absoluta mais elevada, na classe de área inferior a 10 hectares, na Bahia, e de 10 a menos de 100 hectares, em Minas Gerais e Goiás. Quanto aos empregados parceiros, sua absorção acusou declínio de forma generalizada, em todos os estratos, tendo em vista que a utilização desta categoria de mão-de-obra tem caráter provisório em muitas atividades ligadas à pecuária ou mesmo à lavoura.

Os Estados do Paraná e São Paulo, por terem apresentado uma intensificação do processo de modernização muito mais acentuada que a observada nas demais UFs, revelaram alterações na composição da mão-de-obra com características distintas das até então observadas. Nestes Estados onde, no quinquênio em estudo, ocorreu intenso desenvolvimento de culturas de elevado valor comercial, tendo uma delas, a soja, se transformado num dos principais produtos da pauta de exportação do País, o processo de modernização ocorreu pari passu com uma intensa absorção das unidades produtivas de menos de 10 hectares. Assim, verificou-se uma acentuada redução da mão-de-obra familiar neste estrato, de tal forma que os aumentos observados nas outras classes de estabelecimentos não impediram que, no cômputo geral, esta categoria de pessoal ocupado se visse reduzida nos dois Estados.

Com relação aos trabalhadores assalariados, verificou-se uma redução dos empregados temporários em quase todas as classes de estabelecimentos do Estado de São Paulo, assim como nos grandes, do Paraná; esta redução pode ser entendida pelo próprio caráter mais antigo da expansão da modernização nestas UFs, sobretudo em São Paulo, onde o esvaziamento do campo já se fazia expressivo, mesmo antes da década de 70. No que se refere à utilização dos parceiros, enquanto no Estado de São Paulo este contingente diminuiu de forma generalizada,

no Paraná houve aumento significativo, o que pode ser explicado por fenômenos conjunturais; de fato, a incidência de geadas tem levado os proprietários a preferirem a parceria como forma de relação de trabalho, a fim de reduzir os prejuízos que incidem sobre seus empreendimentos.

Em linhas gerais pôde-se, então, verificar que, na década de 70, a aceleração do processo de transformação das atividades agropecuárias acentuou as diferenciações observadas na capacidade de criação de emprego para a população rural, e que o próprio caráter das relações de trabalho vigentes expressam, incontestavelmente, o modo como vem se dando a expansão do capital, uma vez que a estrutura do mercado de trabalho evolui no sentido de atender aos interesses das forças dominantes da economia. É neste sentido que se entende, em termos mais amplos, porque determinadas formas de relações de trabalho têm sido substituídas por outras, ao longo do processo de evolução da economia agrícola do País, tal como o trabalho escravo, o colonato, e, finalmente, o assalariado puro; em épocas mais recentes dentro das próprias relações sociais de produção capitalista puras, no caso do trabalho temporário, o aparecimento do trabalho volante é o resultado concreto dos padrões de desenvolvimento que têm sido adotados, nos últimos anos, para o setor agrícola ou, em última instância, para a economia em sentido global. A partir do momento em que a utilização de trabalhadores com vínculos de caráter permanente não mais respondem aos interesses econômicos dos produtores, passa-se à adoção de empregado temporário, que vem a ser a forma mais lucrativa; esta questão será aprofundada a seguir.

#### **4 — O TRABALHADOR ASSALARIADO VOLANTE**

Conforme observações precedentes, pôde se averiguar que o panorama da agricultura brasileira mudou, significativamente, no decorrer das últimas décadas. Em termos concretos, as principais modificações daí decorrentes, deflagradas a partir da ampliação do domínio do capital urbano sobre o setor agrícola, deram origem a novos padrões na organização do trabalho e nas relações sociais de produção, de onde emerge a categoria de trabalhador assalariado volante, que representa um expressivo contingente de mão-de-obra utilizado na agricultura. Ligado, portanto, ao avanço da modernização no campo, esse contingente de força de trabalho faz parte do conjunto de população excedente, disponível para atender às necessidades de mão-de-obra em determinados momentos do ciclo produtivo.

Embora não seja fenômeno novo a utilização de trabalhadores temporários nas atividades agrícolas do setor rural brasileiro, a preocupação com a questão relativa à mão-de-obra volante aparece em período mais recente. A constatação de problemas derivados das condições sob as quais esta categoria de trabalhador se insere no sistema de produção, e suas dimensões, de âmbito nacional, provocaram, então, um crescente interesse pelo fenômeno, dando origem a uma vasta produção acadêmica a esse respeito. Nesse sentido, nas várias tentativas de explicar as causas do aparecimento do volante, são realizadas análises que, por vezes, quando não puramente descritivas, restringem-se aos aspectos parciais da questão, escamoteando, não raro, elementos

essenciais do problema. Ressalte-se, no entanto, que, em muitos outros estudos, o enfoque adotado nas suas análises tem contribuído para a compreensão mais ampla do fenômeno uma vez que buscam, no processo de conhecimento, encontrar o significado das relações estruturais implícitas nas diferentes partes que compõem a totalidade concreta.

A perspectiva que procura apreender, de preferência, o significado da presença do trabalhador volante na agricultura brasileira, em contraposição àquele que se restringe ao nível da simples constatação da realidade aparente, levanta questões essenciais do problema, uma vez que parte das vinculações estabelecidas entre esta fração da classe trabalhadora e o sistema de produção no qual ela está inserida. É, portanto, dentro da ótica das relações estruturais que se estabelecem no sistema de produção capitalista da economia brasileira, e, mais particularmente no setor agrícola, que se vai compreender o processo de geração da categoria trabalhador volante e de seu aumento, sobretudo em determinadas áreas.

Tal abordagem remete, necessariamente, à consideração de que a relação de trabalho volante, como específica relação de trabalho assalariado, tem suas origens no próprio processo de desenvolvimento econômico em vigor no País. Em outros termos, “. . . o trabalho volante é gerado e reproduzido pelo tipo de desenvolvimento da economia brasileira através de seu caráter capital intensivo que alcança, há poucos anos, a agricultura. E, como é próprio do capital, este processo se realiza de forma anárquica, desorganizando as relações de trabalho preexistentes, sem construir, devidamente, a relação social que lhe é própria: o assalariamento real”<sup>8</sup>. O pressuposto básico no processo de expansão do capital é a transformação dos trabalhadores diretos em trabalhadores livres, isto é, uma vez separados dos meios de produção, eles não têm outra alternativa senão a venda de sua força de trabalho, que passa a ser, conseqüentemente, apropriada pelo capital. Assim, à medida em que o capital vai se apossando do processo de produção, vai criando o contingente de mão-de-obra assalariada de que necessita. No entanto, o processo de expropriação dos trabalhadores, além de não implicar na eliminação completa das relações de produção preexistentes — no caso, a produção camponesa — tem se concretizado no aparecimento e na intensificação das formas de assalariamento de caráter descontínuo, representadas pela categoria trabalhador volante que é, aparentemente, constituída de assalariados, como outra qualquer. Algumas diferenças se interpõem quando uma análise das relações sociais de produção das quais participam tais categorias de trabalhadores e, por isso mesmo, o trabalho volante se define por certas especificidades, como se verá ao longo deste estudo.

É importante relevar, também, que o trabalho volante e, como tal, identificada no interior das relações sociais de produção de caráter temporário, se distingue daquelas formas de assalariamento ocasional, nas quais o trabalhador ainda mantém vínculos com os meios de produção. Enquanto a parcela de trabalhadores ligados à terra, mas cujas condições objetivas de trabalho não lhe permitindo satisfazer as necessidades de sua reprodução, têm que se assalariar apenas temporariamente, os volantes, como integrantes de um contingente de força de trabalho expropriado, não encontrando outras formas de emprego, integram-se nas atividades produtivas no campo, como diaristas, sua

---

<sup>8</sup> Bastos, Maria Inez et alli. *O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná*.

única alternativa de sobrevivência. Isto significa que, se para os primeiros, o assalariamento tem apenas o caráter de complementaridade, para os últimos, a relação assalariada se estabelece na sua essência, dado que dependem exclusivamente da venda de sua força de trabalho, embora esta adquira conotações distintas da relação de emprego formalizada que garante, em certa medida, a certeza do salário.

A reprodução do emprego volante, de proporção significativa na agricultura brasileira, se inserindo nos limites impostos pelo capital, com vistas à extração do trabalho excedente está, pois condicionada à existência de determinados fatores que vão incidir sobre sua viabilidade, tanto no tempo como no espaço. Em primeiro lugar, a geração do emprego volante está estreitamente vinculada à existência de uma população excedente, disposta a aceitar a barganha de sua força de trabalho, sem vínculos permanentes. A formação desta população excedente, por seu lado, se dá como resultado da própria tendência do capital, que é o apossar-se de todos os ramos e setores da produção, tendo em vista seus interesses. Para compreender esse processo, vale relembrar que o capital, na medida em que vai definindo as condições de existência e as formas históricas que assumem as relações de produção não capitalista, cria mecanismos para delas extrair trabalho excedente, além de obter, também, um reservatório de mão-de-obra, com a função precípua de exército industrial de reserva, quando consegue expropriá-la.

Embora a população excedente não seja constituída de apenas trabalhadores anteriormente inseridos na exploração direta da terra, as transformações verificadas na agricultura brasileira e a consequente dominação do capital sobre as formas de produção não capitalistas têm acelerado o crescimento daquele reduto de mão-de-obra. A dominação do capital sobre a produção camponesa se define pela apropriação do excedente aí gerado, através de relações econômicas, de modo geral se concretizando no pagamento da renda da terra, das taxas e juros, no lucro obtido pelos comerciantes nas transações efetivadas com os camponeses, ou, mesmo através dos impostos que pagam ao Estado. Os mecanismos utilizados nessas relações de apropriação do excedente se diferenciam, segundo as várias situações em que se realiza a produção camponesa, o que possibilita a identificação de distintas condições de subordinação da agricultura não capitalista. Em termos concretos, estas distintas condições de submissão acarretam conseqüências sobre os níveis de possibilidade de sua permanência enquanto formas de produção não capitalistas, no interior de uma formação social capitalista. Assim, dependendo do grau de inserção da produção camponesa na economia de mercado, sua inferioridade em relação aos empreendimentos capitalistas, se manifesta tanto em relação à terra disponível, como na utilização de práticas agrícolas propiciadoras de maior produtividade, ou, mesmo no processo de mercantilização da produção e nas condições de acesso ao crédito.

Mesmo numa tentativa de superação desta situação de inferioridade, através do aumento do trabalho na exploração da terra, de modo geral, o pequeno produtor não consegue ultrapassar o nível de uma reprodução simples de sua unidade de produção, vivendo com sua família em precárias condições de existência. As conseqüências advindas do processo de expropriação a que está submetido, quando não se concretizam na separação completa do pequeno produtor dos seus meios de produção, levam-no a encontrar estratégias de sobrevivência além do prolongamento do trabalho na exploração. É, assim, que a venda da

força de trabalho, em determinados períodos do ano, adquire sentido, dado que ela vai permitir ganhos eventuais para complementar o sustento da família. Desta maneira, o capital, não conseguindo a homogeneização das formas de organização produtivas e, como tal, a sobrevivência de relações de trabalho de configurações distintas das assalariadas típicas, não é destituída de significado. Os segmentos de população nelas inseridos, não desprezíveis ao processo geral de ampliação do capital, transferem excedentes para o setor dominante, da economia, não somente pela viabilidade da agricultura de subsistência, mas também, fazendo parte do contingente de força de trabalho disponível para necessidades eventuais das empresas.

Esta dupla referência, a posse dos meios de produção em contrapartida à fraca capacidade de explorar, de modo eficiente sua terra, e a conseqüente necessidade de assalariar-se para garantir a sobrevivência, pode acarretar, ao longo do tempo, mudanças significativas nas condições de inserção dos camponeses no sistema de produção. Em primeiro lugar, o processo de proletarização desses trabalhadores tem aí sua origem, quando da inviabilidade total da produção familiar, até então levada a efeito, mesmo que se utilizem de estratégias de sobrevivência, como a do assalariamento ocasional, por exemplo. Assim, expulsa da terra, essa mão-de-obra, que antes produzia diretamente para sua reprodução, vai buscar formas alternativas de trabalho, seja em outras áreas do setor agrícola ou nas cidades. Não raro, a estreiteza do mercado de trabalho urbano leva-a a retornar ao campo, em busca de emprego, viável, muitas vezes, apenas na condição de volantes.

O processo de geração dos trabalhadores volantes atinge, ainda, os assalariados que residiam nos estabelecimentos, e deles foram expulso, quando da redução das necessidades de mão-de-obra para as atividades agrícolas. Geralmente, parte dos assalariados permanentes tende a ser substituída pelos temporários, que atendem mais diretamente aos interesses dos empresários, dadas as necessidades sazonais dos cultivos. A redução do emprego permanente, e sua contrapartida, a preferência pelos trabalhadores temporários na agricultura, no caso, pelo volante, está, portanto, correlacionada a outro fator, o da especificidade das atividades agrícolas, cujo tempo de produção não obedece aos mesmos fatores determinantes do tempo de produção no setor industrial. Em outras palavras, as condições naturais, interferindo mais diretamente ao longo do processo de produção agrícola, vão acarretar aí diferenças bem mais acentuadas, entre o período de trabalho e o de não trabalho, que na indústria. O período de trabalho necessário à produção agrícola vai variar, não somente segundo a natureza do produto cultivado, como, também, segundo o grau de intensidade do processo de cultura. É, por isso mesmo que quando o capital passa a controlar o processo de produção agrícola e, conseqüentemente, a dominar as forças da natureza, ele vai interferir, também, sobre o tempo de trabalho necessário para a consecução do produto final, dependendo do tipo de espécie cultivada. Quando o capital começa a interferir no processo produtivo, através da introdução de meios de produção que levam à intensificação das práticas agrícolas, tais como máquinas, fertilizantes, defensivos químicos, etc., tende de um lado, a reduzir o tempo de trabalho necessário e, de outro, a aumentar a intensidade do trabalho. Em resumo, a introdução de práticas modernas nas atividades agrícolas, embora não leve, necessariamente, à redução do tempo de produção, incide sobre o tempo de trabalho, reduzindo-o

e, de maneira simultânea, aumentando o tempo de não trabalho. A variação sazonal da demanda de mão-de-obra para as lides agrícolas ocorre, pois, como resultado da interrupção ou do aumento do processo de trabalho dentro do tempo de produção. Do lado do empresário, a possibilidade de contratar mão-de-obra, ao longo do processo produtivo, apenas nos momentos em que se faz necessária, representa a oportunidade de não pagamento do tempo de não-trabalho, o que não ocorreria, naturalmente, no caso de estar comprometido com a reprodução da força de trabalho dos assalariados conforme estabelecido pelos padrões legais vigentes.

No caso específico da agricultura brasileira, a presença da mão-de-obra volante, de produção significativa em relação ao total de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, tem sido reforçada pelas características próprias, definidoras do processo de desenvolvimento econômico do campo. De fato, segundo constatação averiguadas na primeira parte deste estudo, vários fatores têm contribuído para a geração e ampliação de empregos, de duração limitada, dentro do tempo de produção na agricultura. Em primeiro lugar, em termos da estrutura fundiária, o alto padrão de concentração da terra, que tem se mantido como característica do setor rural, contribui para reduzir as possibilidades de acesso a esse meio de produção por parte significativa dos trabalhadores rurais. De fato, a presença do grande capital no campo tem feito com que, nas últimas décadas, a incorporação de extensas áreas às atividades produtivas se dê de preferência pelo aumento das áreas dos estabelecimentos, e não pelo incremento, paralelo do número de unidades produtivas; este fenômeno vem se reproduzindo, não somente nas áreas de fronteira agrícola, mas, também, naquelas de ocupação mais antiga, onde as atividades rurais se caracterizam por altos níveis de modernização. O processo crescente de expropriação dos pequenos produtores é, pois, em parte, derivado da concentração fundiária, atingindo, primordialmente, aqueles que trabalham a terra sob formas precárias de posse da terra como, por exemplo, os parceiros, pequenos arrendatários e posseiros.

Outro fator relevado inicialmente, e que interfere sobre o processo de geração do emprego volante, refere-se à questão dos usos da terra. A expansão horizontal das áreas de lavouras, especialmente as temporárias, corresponde uma substituição crescente das culturas de subsistência por outras destinadas à comercialização, o que vai implicar numa reorganização das formas de exploração da terra e, em consequência, das relações sociais de produção. Verifica-se que esta substituição de culturas incide numa nítida especialização de alguns produtos nos estabelecimentos, eliminando, assim, as possibilidades de deslocamento da mão-de-obra para outros cultivos, quando interrompe o período de trabalho de um determinado produto. Para evitar a manutenção desta mão-de-obra liberada nos estabelecimentos, os produtores preferem a criação de relações de emprego sem vínculos formais não tendo, portanto que se comprometer com a reprodução dos trabalhadores nos períodos de não trabalho. Além disso, a substituição de produtos se dá, não raro, por culturas pouco absorvedoras de mão-de-obra, sobretudo porque a expansão da agricultura comercial ocorre, paralelamente, à intensificação das práticas agrícolas, em função do uso crescente de máquinas e insumos modernos.

A modernização das atividades produtivas na agricultura, ao favorecer o aumento da diferença entre tempo de produção e tempo de trabalho concorre, portanto, para reduzir as necessidades de mão-de-obra,

especialmente em certas fases do ciclo produtivo. Assim, a sazonalidade do emprego, estimulada pela difusão de tecnologia e insumos modernos, constituiu-se em fator decisivo para a dispensa de mão-de-obra, até então residente nos estabelecimentos, que vai abandonar as práticas agrícolas que serviam para sua própria reprodução. Dessa forma, sobretudo em determinadas áreas de monoculturas, as oscilações sazonais de demanda de mão-de-obra aceleram o êxodo rural, além de afirmar o estabelecimento de relações de emprego que atendem às necessidades de fases específicas do ciclo produtivo. Vale relembrar que a modernização da agricultura brasileira, de caráter parcial, dado que se restringe a alguns produtos e regiões, reforça esse aumento da sazonalidade do trabalho, gerando escassez temporária de mão-de-obra em certas épocas do ano, e subemprego e desemprego em outras<sup>9</sup>.

Embora a intensificação do processo produtivo nas atividades agropecuárias esteja se difundindo, especialmente a partir dos últimos dez anos, nas demais Regiões do País, a aceleração da modernização da agricultura tem se concentrado mais nas Regiões Sul e Sudeste, e vem, assim, se mantendo, ao longo das últimas décadas. Tal processo, estimulado, até meados da década de 50, por políticas de proteção à importação de máquinas agrícolas, viu-se consolidado a partir da implantação da indústria nacional, na década seguinte. Nesse sentido, as normas de crédito rural, favorecendo à aquisição de máquinas e insumos agrícolas vieram reforçar a dinamização de tal processo. O crédito rural subsidiado para a agricultura tem, pois, o papel de "... grande elemento viabilizador da modernização e, mais que tudo, do tipo de tecnificação a ela associado. A falta de um planejamento mais justo na distribuição dos recursos do crédito favoreceu as grandes propriedades, as regiões mais desenvolvidas e algumas culturas específicas"<sup>10</sup>. Com isso, a expulsão da mão-de-obra e a conseqüente proliferação de emprego temporário, vão incidir naquelas áreas onde o crédito subsidiado penetrou com maior intensidade, concorrendo, assim, para a redução das oportunidades de encontrar trabalho nas atividades agrícolas em todos os dias úteis do ano.

Finalmente, outro fator que tem reafirmado o estabelecimento de relações de emprego volante na agricultura concerne à legislação trabalhista em vigor. De fato, embora a extensão da legislação trabalhista da cidade para o campo tenha oferecido, teoricamente, algumas vantagens aos trabalhadores rurais, ela exclui os empregados temporários de uma série de seus benefícios, o que contribui para a deterioração de suas condições de existência. A descontinuidade do trabalho realizado pelos empregados volantes, serve de respaldo à descaracterização da sua relação de emprego, permitindo ao empregador eximir-se das obrigações trabalhistas, previstas na legislação para os trabalhadores assalariados cujos contratos são formalizados. Dessa maneira, a utilização da mão-de-obra temporária vai permitir a constituição de um contingente de força de trabalho de mais baixo custo, não somente porque vai receber salários por tarefas ou períodos determinados de trabalhos realizados, mas também, devido ao fato de não implicar em encargos trabalhistas ao empregador.

<sup>9</sup> Silva, José Graziano da. Agricultura brasileira — agenda para o amanhã.

<sup>10</sup> Kageyama, Angela A. — O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. *Reforma Agrária*.

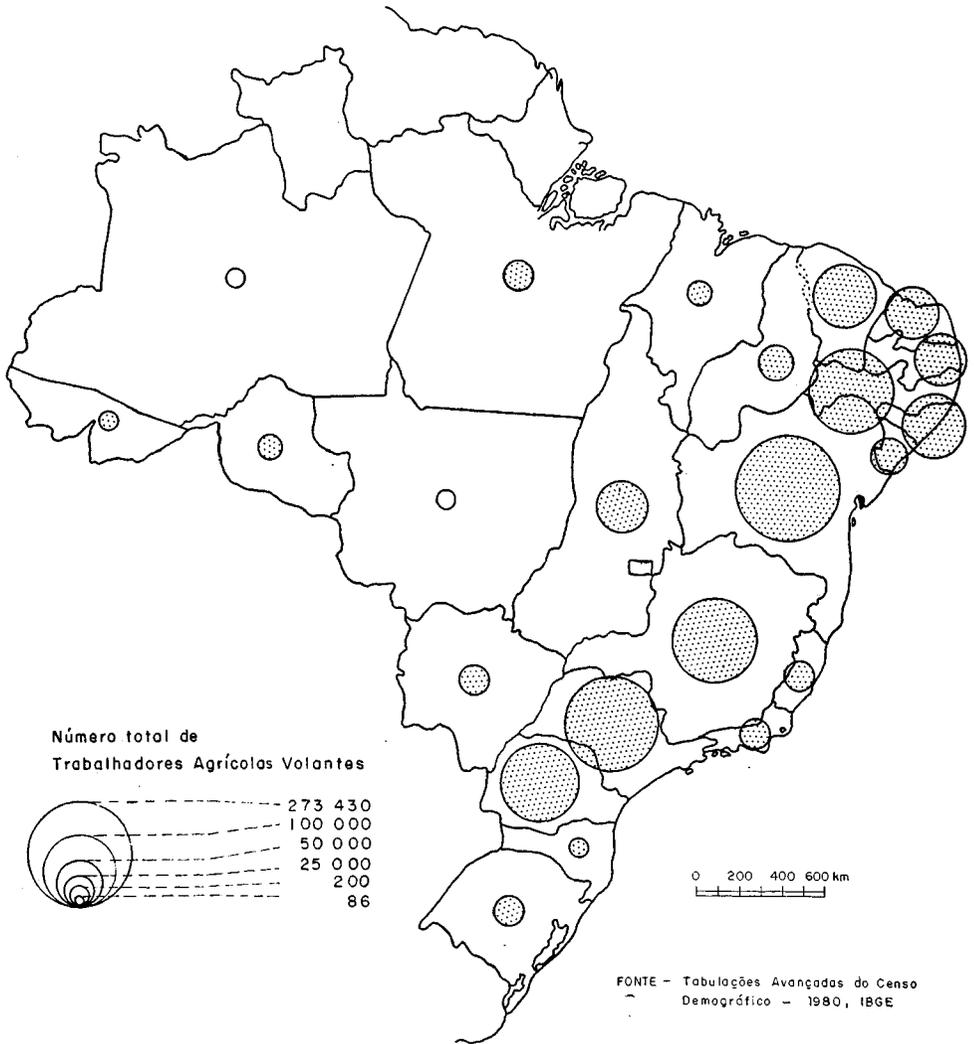
#### 4.1 — O trabalho volante: sua distribuição no espaço rural brasileiro

A importância da presença do trabalhador agrícola volante no conjunto da força de trabalho do setor rural brasileiro pode ser avaliada a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1980. Embora os dados aqui analisados, procedentes das tabulações avançadas do referido Censo, estejam sujeitos a algumas limitações, devidas ao levantamento amostral utilizado (ver Anexo), algumas evidências podem ser percebidas no que se refere a determinados aspectos da "questão volante". Assim, constatou-se que a participação desta categoria de trabalhador em relação ao total do pessoal ocupado na agricultura brasileira, já atingia 7,5%, o que significava, em termos absolutos, a um equivalente de mais de 1.600.000 pessoas. Verificou-se, também, que a população formada pelo contingente de volantes está distribuída de maneira desigual, tanto a nível macrorregional como em relação às diferentes UFs (Cartograma 2). Tais disparidades se justificam pelo próprio estágio de desenvolvimento das forças produtivas no conjunto da economia do País, visto que o capital, no seu processo de valorização, não tem necessitado homogeneizar as relações sociais de produção nas diferentes áreas do setor rural.

O quadro geral da distribuição espacial dos volantes, segundo as UFs vai, pois, mostrar que as áreas de maior expressão dessa categoria de mão-de-obra são, justamente, aquelas onde a expansão capitalista da agricultura é mais avançada. É, por isso mesmo, que o Estado de São Paulo acusa a mais alta proporção de volantes em relação ao total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias, onde 16,1% da mão-de-obra ali empregada são representados por esta fração da classe trabalhadora embora, em termos absolutos, seja a Bahia o Estado de maior contingente. Entre as demais UFs, que se distinguem pela reprodução da referida força de trabalho, destacam-se Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Alagoas, Goiás, Sergipe e Mato Grosso do Sul, além de outros Estados nordestinos — Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte — cujo contingente de volantes tem relevância no conjunto dos trabalhadores, inseridos nas atividades produtivas dessas áreas. A importância da população volante inserida na agricultura dos Estados referidos, inclusive São Paulo e Bahia, pode ser avaliada tanto pela sua participação absoluta como relativa, uma vez que ela representa quase 1.500.000 de pessoas sobre o total verificado para o País, equivalendo a 89,6% de trabalhadores volantes da agricultura nacional.

A maior difusão da relação de trabalho volante em parte da faixa leste do País, e nos Estados centrais a ela contíguos, sugere algumas inferências, visto o modo como vêm ocorrendo as transformações na agricultura brasileira. Como as modificações nas formas de organização da produção agrícola do País vêm se dando de maneira desigual, apesar das tendências à homogeneização crescente dos diferentes espaços do setor rural, pelo capital em expansão, a reprodução das relações de trabalho segue aquela mesma tendência. A estrutura ocupacional prevalente no setor é, pois, conformada pelo próprio modelo de crescimento econômico em vigor: enquanto reduz a capacidade de absorção de mão-de-obra nas áreas que vão se modernizando, acentua, concomitantemente, a instabilidade das relações de trabalho do contingente de trabalhadores diretos, aí inseridos, o que se concretiza na formação de um efetivo não desprezível de assalariados volantes.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES



CARTOGRAMA 2

A tendência à homogeneização dos espaços agrários no Sul, Sudeste e parte meridional do Centro-Oeste, com base na difusão de tecnologia moderna<sup>11</sup>, que atinge, sobretudo, a lavoura comercial e suas conseqüências, em termos da redução do período de trabalho, explicam, assim, entre outros fatores já considerados (os relativos à questão fundiária, políticas agrícolas, etc.), a persistência de forte contingente de volantes nestas áreas; a pouca importância da reprodução desta categoria nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas cuja agricultura se define, também, por níveis de expressiva modernização, pode ser explicada, em parte, pela persistência da produção familiar, que tem representado, ainda, importante parcela do pessoal ocupado nas atividades agrícolas daquelas áreas.

Em relação à Região Norte e Centro-Oeste, especialmente nas áreas abrangidas pela mata amazônica, sua ocupação, que precede mesmo na década de 70, tem ocorrido graças às medidas oficiais propiciadoras de condições favoráveis à expansão de empreendimentos empresariais. O ritmo acelerado desta expansão, além de acentuar os problemas referentes à posse e uso da terra, vem agravando, também, a questão do mercado de trabalho, uma vez que o tipo de ocupação praticada pelos empresários não visa, de preferência, à utilização produtiva, mas antes "... à apropriação de terras, numa expectativa de valorização das mesmas"<sup>12</sup>. Verifica-se, então, que nessas áreas, a ocupação para uso não produtivo das terras vai impossibilitar a criação de empregos estáveis além de, delas expulsar contingentes populacionais que detinham, anteriormente, sua posse; a questão das possibilidades de ampliação do emprego vê-se, também, deteriorada quando se considera que, mesmo no caso de utilização produtiva daqueles espaços agrários, privilegia-se, não raro, o desenvolvimento da atividade pecuária, que se distingue pela baixa demanda de mão-de-obra. Tais observações explicam, em parte, a pouca importância do trabalho volante na Região Amazônica, tendo-se, ainda, que revelar o caráter da sua baixa densidade demográfica e, portanto, da pouca expressividade da participação absoluta e relativa da força de trabalho, aí inserida, no total do pessoal ocupado no setor agrícola do País. No entanto, vale lembrar que a difusão desta forma de emprego já se faz presente na Região, sendo especialmente utilizada no desmatamento e no preparo de pastagens, sobretudo nos grandes estabelecimentos.

Quanto à Região Nordeste, sua participação no processo de modernização continuando voltada especialmente para as lavouras comerciais, acusou, conseqüentemente, um contingente de trabalhadores volantes distribuído de modo heterogêneo pelas diferentes UFs que a compõem; nesse sentido, os Estados que acusaram números expressivos desta categoria de mão-de-obra foram, principalmente, aqueles onde as lavouras comerciais adquirem maior importância — localizadas, sobretudo, na parte oriental nordestina — sem esquecer, também, que a expansão da área dos estabelecimentos na porção ocidental de parte da Região tem contribuído para modificar as relações de trabalho na área.

Em resumo, tais observações serviram para mostrar que, nas áreas do País onde o número de trabalhadores agrícolas volantes é mais

<sup>11</sup> Mesquita, Olíndina Vianna & Brito, Maristella de Azevedo. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. *Revista Brasileira de Geografia*, 44(1).

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 29.

significativo, vários fatores respondem, de certa forma, pela aceleração do processo de geração desta categoria de mão-de-obra. Além disso, verificou-se também, que apesar da tendência à homogeneização dos espaços agrários devido a expansão do capital no setor rural, em tais áreas, formadas pelo conjunto de Estados da Federação mais representativos da relação de trabalho volante, persistem, todavia, formas de organização da produção de traços diferenciados, cujas origens se situam no próprio processo histórico da evolução da economia, ao longo do tempo. Desse modo, as colocações efetuadas a propósito das modificações porque vem passando a organização agrária nesses espaços, e suas repercussões sobre a formação de mão-de-obra volante, permitem a identificação de três subgrupos de áreas com características mais ou menos distintas.

a — Considerando-se, em primeiro lugar, aquelas áreas cujo processo de modernização das atividades agrícolas encontra-se em estágio mais avançado — São Paulo, Paraná, parte de Mato Grosso do Sul, porção meridional de Goiás e de Minas Gerais, aqui incluindo-se, também, o Triângulo Mineiro — tem-se um espaço agrário de características mais ou menos comuns, em termos de práticas utilizadas na agropecuária. Como áreas de expansão do capital, onde parte delas até mesmo antes da década de 70, o crescimento da agricultura já ocorria através de aspectos combinados de modernização e incorporação de espaços, o emprego do trabalhador volante adquiria também, importância desde aquela época, especialmente no caso de São Paulo, cujas condições de produção anteciparam mudanças significativas nas relações de trabalho e, por isso mesmo, foi ali que a presença daquela categoria de mão-de-obra passou, pela primeira vez, a chamar a atenção de pesquisadores<sup>13</sup>. Se os dados censitários de 1980 não apontaram esta UF como a detentora do maior número de volantes, é preciso, no entanto, levar em consideração dois elementos importantes. Em primeiro lugar, a redução do pessoal ocupado na agricultura paulista, expressiva na década de 60, manteve o ritmo de decréscimo, no período 1970-80; em segundo, como o emprego temporário já era amplamente difundido antes mesmo da última década, dado o caráter precoce da expansão do capital no setor rural de São Paulo, pode se inferir uma tendência à estabilização da demanda de mão-de-obra volante em períodos mais recentes. No entanto, como foi observado, em termos comparativos, foi neste Estado que se registrou a mais alta participação relativa de volantes sobre o total de sua força de trabalho ocupada na agropecuária, em 1980. Em relação às demais áreas integrantes do subgrupo de Estados detentores de uma agricultura com características de modernização mais ou menos semelhantes a de São Paulo, o processo de intensificação das atividades produtivas ali se acelerando em períodos mais recentes, conseqüentemente, as modificações nas relações de trabalho, expressas pela maior difusão do emprego temporário, devem, também, ter acompanhado, no tempo, o mes-

---

<sup>13</sup> Já na década de 60 apareceram estudos concernentes à utilização do trabalho volante no Estado de São Paulo como, por exemplo, o que foi realizado por Bombo & Brunelli, em 1966, analisando a questão do volante safreiro na região canavieira de Piracicaba; nesse mesmo ano surge o estudo sobre a mão-de-obra volante no Estado de São Paulo, de autoria de Vassimon, S., mostrando a importante participação dessa força de trabalho no conjunto do pessoal ocupado na agricultura paulista.

mo ritmo<sup>14</sup>. Esta questão será analisada na segunda etapa do estudo, quando estarão disponíveis os dados do Censo Demográfico de 1980, segundo as microrregiões homogêneas; b — as áreas atingidas pelo processo de ocupação das fronteiras — centro-norte de Minas Gerais e de Goiás e Bahia — apresentam características semelhantes, uma vez que o crescimento da agricultura, na maior parte delas, vem se dando através da incorporação de novos espaços. Esta expansão vem sendo acompanhada pela adoção de novas formas de relação de trabalho, ou seja, pela difusão do emprego temporário, conforme atestam estudos empíricos realizados em algumas áreas específicas dos referidos Estados<sup>15</sup>; c — finalmente, as áreas compreendidas pelos demais Estados nordestinos, conforme foi ressaltado, mantendo suas diferenciações internas, visto que a modernização das atividades agropecuárias ficou, praticamente, restrita a parte oriental da região, apresentam características distintas em termos da utilização do trabalhador volante. Empregado principalmente nos estabelecimentos de lavoura comercial, esta categoria de mão-de-obra se concentra, sobretudo, nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, embora já adquira certa expressão nos demais Estados da Região.

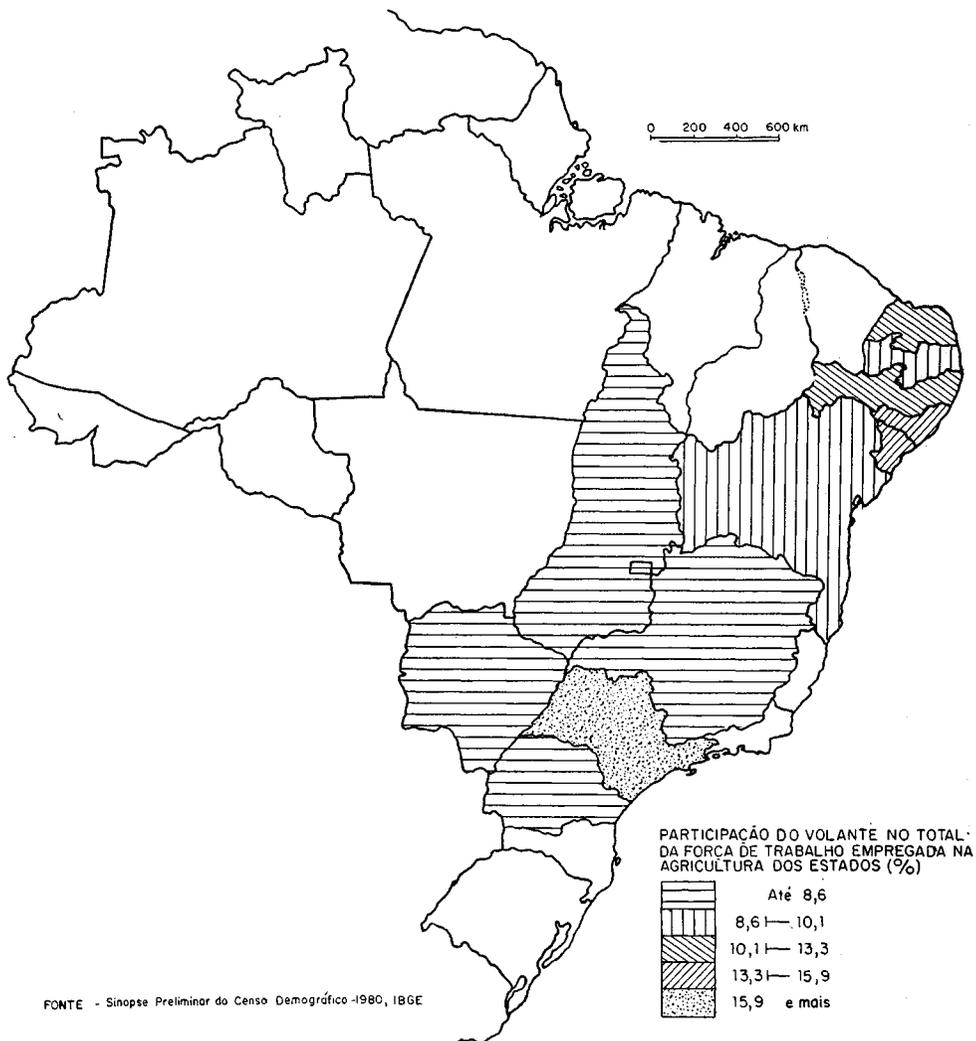
A leitura do cartograma 3, referente às áreas de maior concentração do trabalhador volante revela, portanto, que a participação relativa desta categoria no total da força de trabalho empregada na agricultura de cada Estado varia, segundo o nível de desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, das relações sociais de produção presentes naquelas UFs. Como já pôde ser observado, é no Estado de São Paulo que se encontra a mais alta participação relativa de trabalhadores volantes na agricultura, o que reflete, necessariamente, o estágio avançado do desenvolvimento capitalista deste setor. Verifica-se que, em termos das relações de trabalho persistentes na agropecuária paulista, a participação significativa dos volantes (aqui entendidos, na classificação do Censo, como integrantes da categoria empregados temporários) e dos assalariados permanentes se deu, já no primeiro quinquênio da última década, em detrimento do trabalho familiar e da parceria, que decresceram no período, conforme demonstram os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Já no Estado do Paraná, embora os níveis de modernização das atividades produtivas sejam também expressivos, a participação relativa dos volantes, no conjunto da sua força de trabalho rural, é muito baixa. Tal fenômeno pode ser compreendido uma vez que o processo de modernização da área, sendo de caráter mais recente, as outras formas de relações de trabalho ainda mantêm papel importante na agricultura como, por exemplo, a parceria, o emprego assalariado permanente e o trabalho familiar (apesar do decréscimo deste último entre 1970 e 1975, dado o processo de expropriação dos pequenos proprietários e posseiros, que vem ocorrendo, simultaneamente, à expansão da empresa moderna). Quadro mais ou menos semelhante foi constatado em Minas Gerais e Goiás, mas onde

<sup>14</sup> Alguns estudos empíricos já apontavam a relevância do emprego volante nos Estados do Paraná, sul de Goiás e Triângulo Mineiro. Ver, por exemplo: IPARDES. *O Trabalho Volante no Estado do Paraná*; Michelote, Antonio Ricardo — Trabalho volante e reprodução capitalista; IBGE. *Modernização da Agricultura no Sudeste de Goiás*.

<sup>15</sup> Pesquisas de campo realizadas em algumas de suas áreas revelaram a presença do trabalhador volante nas atividades agropecuárias como, por exemplo: IBGE. *Organização agrária e marginalidade rural no médio Tocantins-Araguaia*. Rio de Janeiro, 1983. No prelo; Brito, Sebastião Rodrigues. *"Briquitadores" de Jaíba — Étude Sur Deux Groupes de Colons au Nord-Ouest de Minas Gerais*; IBGE. *Transformações do espaço agrário no oeste da Bahia*.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES

## ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO



CARTOGRAMA 3

o trabalho baseado na parceria foi reduzido, enquanto aumentaram todas as outras categorias, o que levou, também, à baixa participação relativa dos volantes no total da força de trabalho dos dois Estados. Quanto ao Nordeste, os níveis diversos de participação relativa destes trabalhadores no total do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias de cada Estado podem ser explicados em razão das próprias desigualdades intrarregionais, ali verificadas, no que se refere à organização da produção, que rebatem, necessariamente, sobre as relações de trabalho. Assim, apesar do trabalho familiar continuar a ser, de longe, o mais expressivo em todos os Estados nordestinos, a participação relativa dos volantes no total da força de trabalho, da maioria deles, adquire maior expressão que a verificada no centro-sul (exceto no caso de São

Paulo); além disso, entre 1970 e 1975, apenas dois Estados — Alagoas e Bahia — tiveram crescimento de seu contingente de assalariados permanentes, enquanto na Bahia e Sergipe, aumentaram os temporários, o que vem mostrar que o mercado de trabalho na Região não está configurado de maneira uniforme.

Concluindo, a importância do emprego volante na área, objeto de análise, está diretamente relacionada às diferentes formas de combinação dos meios de produção, que criam e sustentam redutos de mão-de-obra, tendo em vista as necessidades sazonais do trabalho agrícola. As distintas configurações, em termos de distribuição no espaço, que tal contingente de trabalhadores assume nos diversos Estados da Região, vêm, também, mostrar que a ampliação do exército industrial de reserva não implica numa homogeneização do mercado de trabalho, na área em questão e, por isso mesmo, não impede a reprodução simultânea de outras formas de relações de trabalho, que detêm papéis importantes no processo geral de acumulação.

## 4.2 — A relação de trabalho volante

Das diferentes tentativas de caracterização do trabalhador volante, implícitas em diversos estudos sobre o tema, podem ser identificados alguns elementos comuns para a definição de sua condição enquanto parcela da força de trabalho do setor agropecuário, elementos estes originários, quase sempre, da realidade aparente, observada pelos pesquisadores. Em termos concretos, entre várias definições encontradas na literatura sobre a questão, o trabalhador volante é apontado como categoria de mão-de-obra rural detentora de características próprias, mas cujos componentes, extraídos a partir da observação empírica, para designar sua especificidade referem-se, primordialmente, a aspectos fragmentários da realidade, não possibilitando, portanto, a compreensão da estrutura interna da mesma. Sem pretender uma transcrição das definições até então elaboradas nos estudos produzidos sobre o volante, vale ressaltar aqui a que foi proposta por José Gomes da Silva & Vera Lúcia G. da Silva<sup>16</sup>, que contém uma síntese dos elementos supostamente caracterizadores daquela categoria de mão-de-obra, apontados por outros autores.

Para aqueles autores, o volante é: "... um trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, remunerado por empreitada, tarefa ou dia, aliciado ou não por turmeiro, e que geralmente se dirige todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões"<sup>17</sup>. Os principais elementos que caracterizariam os volantes, implícitos nesta definição, seriam, pois, a relação de trabalho baseada na venda da força de trabalho, a formalização ou não da relação de emprego, o local de residência e a interposição ou não do turmeiro entre patrões e trabalhadores<sup>18</sup>. A discussão em torno do problema da especi-

<sup>16</sup> Silva, José Gomes da & Silva, Vera Lúcia G. da. O bóia-fria: contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento. *Reforma Agrária*, 5(9/10).

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 9.

<sup>18</sup> Esta questão foi amplamente abordada no estudo realizado pela equipe de técnicos do IPARDES, denominado *O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná*.

ficidade atribuída à categoria volante, tomada a partir dos elementos ora expostos leva, necessariamente, à colocação de questões relevantes, sobretudo, quando se interpõem, no processo de análise, alguns resultados do Censo Demográfico de 1980, referentes a esta parcela da população.

Em primeiro lugar, dado que o trabalhador volante tem, como principal recurso de sobrevivência, um trabalho baseado no assalariamento, sua especificidade enquanto categoria de mão-de-obra desaparece, teoricamente, se comparado aos demais empregados assalariados; ou seja, ele "... é um assalariado como outro qualquer. Isto é, como assalariado, sujeita-se às mesmas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora"<sup>19</sup>. Vale lembrar então, que a forma de assalariamento funda-se numa relação social da qual a contrapartida da venda da força de trabalho é a garantia de um valor mínimo necessário à reprodução do trabalhador; e, como o assalariado, desprovido dos meios de produção, pode sobreviver somente quando da concretização de uma dada relação de emprego, a possibilidade do mesmo em contar com um trabalho que lhe garanta, ao longo do tempo, um salário, reveste-se da maior importância. Ou seja, "para garantir a sobrevivência do trabalhador, seria necessário que seu salário não sofresse perda nenhuma em decorrência da descontinuidade do trabalho".

Se a relação de trabalho volante se define pelos mesmos padrões que regem a da classe assalariada em geral, parece, no entanto, que as condições concretas de existência dos trabalhadores integrados naquela relação, apontando situações de extremo pauperismo por eles vivenciadas, expressam, em última instância, o caráter vulnerável da forma de inserção dos mesmos no processo de produção. A especificidade da relação volante, ao que tudo indica, não deveria ser buscada, por suposto, entre aqueles elementos extraídos da definição transcrita anteriormente, mas antes, na própria estrutura interna do processo social do qual os trabalhadores volantes fazem parte. Antes de aprofundar esta questão, convém analisar, a seguir alguns resultados da pesquisa censitária, que servirão para melhor compreensão dos pontos até aqui levantados.

Se o volante é um "trabalhador assalariado como outro qualquer", isto é, depende exclusivamente da venda da força de trabalho para reproduzi-la, a tentativa de buscar de outras especificidades a ele inerentes, através de aspectos aparentes da realidade concreta do mesmo como, por exemplo, a situação do domicílio fora do estabelecimento em que trabalha, constitui-se em argumento destituído de significado<sup>20</sup>. De modo geral, a situação de domicílio dentro do estabelecimento não é, em períodos mais recentes, característica dos assalariados rurais, uma vez que os empresários tendem a manter, no interior das unidades de produção, apenas a mão-de-obra necessária para os trabalhos de caráter duradouro; mesmo no caso da mão-de-obra qualificada, não raro, ela permanece nas fazendas durante o período de execução de certas tarefas, sendo dispensada a seguir ou, caso contrário, reside nas cidades ou vilas próximas, deslocando-se, diariamente, para o local de trabalho. A tendência mais comum na medida em que a agricultura se moderniza, é a busca de maior racionalidade em termos do funciona-

<sup>19</sup> IPARDES, op. cit., p. 164.

<sup>20</sup> IPARDES, op. cit., p. 165-7.

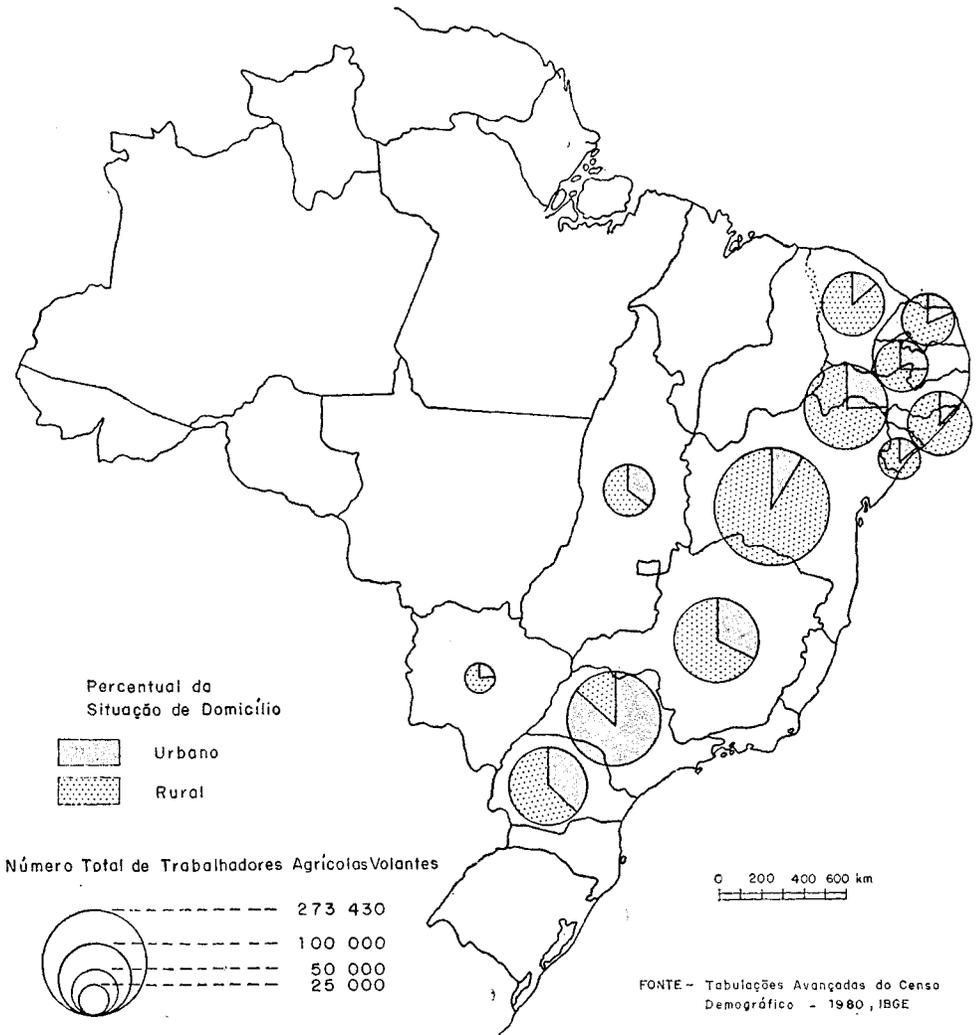
mento das empresas rurais, que vão manter como moradores apenas aqueles empregados que sejam estritamente necessários, recrutando os demais, mesmo no caso de assalariados permanentes, entre indivíduos residentes nas cidades e vilas próximas, ou entre os membros das unidades familiares de produção agrícola das redondezas.

Indo mais além na análise dos termos da definição proposta, que afirma ser o volante aquele trabalhador "... residente fora da propriedade agrícola, geralmente, na periferia das vilas ou cidades ..." (grifo nosso), a questão da sua especificidade enquanto mão-de-obra assalariada torna-se, ainda, mais ambígua. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 1980 (Cartograma 4), três fenômenos aparecem, de modo claro, na área objeto de estudo. O primeiro refere-se à maior frequência de trabalhadores volantes com situação de domicílio rural, na quase totalidade dos Estados; o segundo, é o da prevalência de característica oposta no Estado de São Paulo, ou seja, a grande maioria dos trabalhadores — 85% — tem domicílio urbano; além disso, observa-se, também, que os Estados onde a situação de domicílio urbano aparece, em ordem de importância, mais expressiva depois da de São Paulo, são justamente aqueles limítrofes a este último: Goiás, Paraná e Minas Gerais, cujos percentuais atingem, respectivamente, 36, 35 e 33%.

Esses resultados demonstram, de um lado, que a identificação dos volantes por situação de domicílio nas áreas urbanas teria validade apenas para o caso de São Paulo, sendo, portanto, impossível caracterizá-los, como um todo, a partir desta realidade. De outro, que uma tendência parece estar se esboçando em relação à expulsão dessa mão-de-obra do setor rural, visto que já se pode perceber certa correlação entre os diferentes níveis de modernização das atividades agropecuárias e a situação de domicílio daqueles trabalhadores. Assim, os percentuais de volantes com domicílios na zona rural revelam-se mais elevados nos Estados onde o processo de modernização da agricultura se encontra menos avançado, no caso os do Nordeste e, ao contrário, mostrando-se mais baixos em quase todos os Estados do centro-sul. No entanto, tais considerações devem ser complementadas com alguma ressalva a respeito do próprio conceito de rural e urbano utilizado nos recenseamentos. Sabe-se que, de modo geral, a mão-de-obra expulsa do campo para a cidade, dadas suas precárias condições econômicas, fixa-se nas periferias daquelas ou nas vilas, e que não fazem, muitas vezes, parte do perímetro urbano legal (os quadros urbano, suburbano e rural são definidos por lei municipal). Desta maneira, muitos trabalhadores incluídos no quadro de situação de domicílio rural poderiam estar, na realidade, habitando em área externa ao perímetro urbano legal, mas cujas características se assemelhariam às de cidades ou vilas. Tendo em vista tais limitações, poder-se-ia, então, supor que os percentuais relativos à situação de domicílio dos volantes deveriam ser interpretados com certa reserva.

Mas, em que pese esta observação, nada permite, até agora, negar a tendência da agricultura moderna à separação de parte dos trabalhadores diretos, não somente dos meios de produção, como também do próprio local de trabalho, sejam eles volantes ou não. Pouco importa, então, o local da situação de domicílio — se na área urbana ou rural — quando se pretende definir o que é o trabalhador volante enquanto fração da classe assalariada, isto é, separada dos meios de produção. E o que vai, portanto, distinguir a massa de empregados volantes das

# SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO



CARTOGRAMA 4

outras categorias de assalariados rurais não é o fato dela residir fora do estabelecimento agropecuário ou, especificamente, nas periferias das cidades ou nas vilas. Não resta dúvida que, em termos de condições concretas de existência, o fato do trabalhador assalariado rural passar a residir na cidade implica em novas despesas no seu orçamento, e o impossibilita, também, de cultivar produtos para a subsistência, uma vez desvinculado da terra; entretanto, isto não é um atributo peculiar apenas à categoria de assalariados volantes.

Tanto quanto a situação de domicílio, que se revela inconsistente para a determinação da especificidade dos trabalhadores volantes, a presença do intermediário (“gato”, empreiteiro ou turmeiro) entre empresários e aqueles não se constitui em elemento básico, inerente à relação de emprego que aí se estabelece<sup>21</sup>. Tal afirmação fica respaldada nos próprios resultados do Censo Demográfico de 1980, demonstrando que a grande maioria dos volantes não é contratada ou arrematada por um intermediário, exceto apenas no Estado de São Paulo (Cartograma 5). Não é, portanto, da existência do intermediário que decorre a relação de trabalho volante na agricultura brasileira, mas ao contrário, ao que tudo indica, é a própria presença desta última que possibilita o aparecimento da mediação entre trabalhadores e empresários rurais.

O quadro geral da distribuição dos volantes nos diferentes Estados da área em estudo, segundo as formas de contratação nos estabelecimentos mostra, de maneira clara, que a importância da interposição do empreiteiro varia nos distintos espaços considerados; e, como ocorria em relação à situação de domicílio, são, sobretudo em alguns Estados onde a agricultura comercial moderna tem grande expressão que o número total de intermediários adquire maior relevância. Tal fenômeno sugere, por sua vez, que a presença da intermediação, mesmo não sendo indispensável à concretização da relação de trabalho volante, parece revestir-se de significado, dependendo dos interesses dos grupos sociais nela envolvidos.

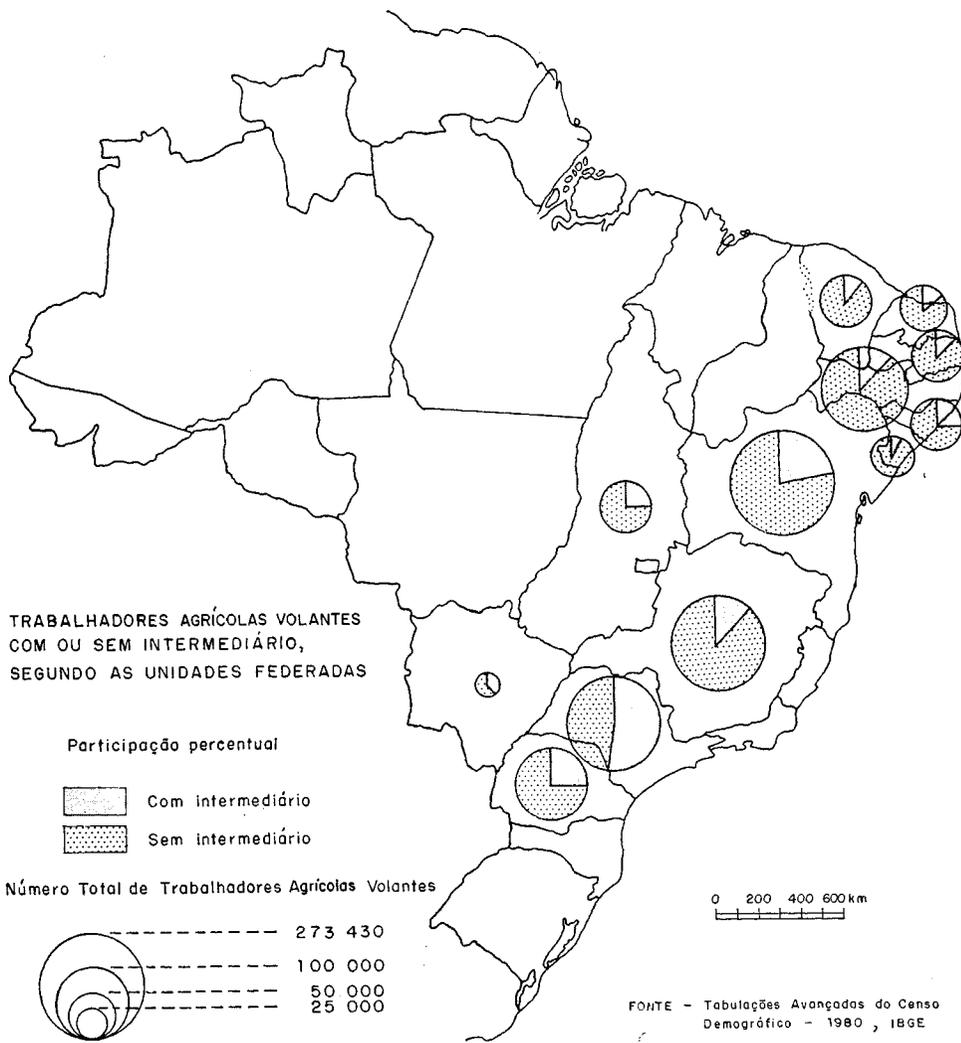
Do lado dos empresários, a possibilidade de recrutar mão-de-obra para a realização de certas tarefas ao longo do ciclo produtivo depende, na realidade, da existência de uma população excedente disposta a vender sua força de trabalho. Como o processo de modernização tem levado à expulsão dos trabalhadores diretos do local de trabalho e, paradoxalmente, são os mesmos necessários à realização de certas atividades agropecuárias no interior das empresas, a tarefa de arrematá-los, quando transferida aos intermediários, revela-se extremamente eficiente. O empresário pode, assim, contar com um contingente certo de mão-de-obra para os momentos de “picos”, sem depender, ele próprio, de seu tempo. Além disso, exime-se da responsabilidade do cumprimento das prescrições legais face aos trabalhadores, dadas certas lacunas na legislação, que permitem interpretações, por vezes, ambíguas, a propósito de alguns termos concernentes a esta questão.

Verifica-se, então, que em relação ao processo de acumulação, a presença do empreiteiro reveste-se de grande importância. Além de facilitar a redução dos custos de mão-de-obra, via burla das prescrições legais no que se refere aos encargos trabalhistas, atua, também, no próprio ritmo de produtividade do trabalho. Em outros termos, a me-

---

<sup>21</sup> Nesta perspectiva concordamos com os termos propostos na definição ora analisada: os volantes seriam ou não “... aliciados por turmeiro”.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO FORMAS DE CONTRATAÇÃO NOS ESTABELECIMENTOS



CARTOGRAMA 5

dição do empregador entre volantes e empresário leva a que os primeiros dispendam mais esforços na execução das tarefas, seja como meio de garantir seu emprego, seja porque recebem pagamento, quase sempre, por tarefa executada. Nesse sentido, entende-se porque, em determinadas áreas onde o capital domina, de forma mais intensa, o sistema de produção agropecuário, o papel do intermediário tem expressão mais significativa que nas áreas de agricultura tradicional.

Em conclusão, a tentativa de caracterização da relação de trabalho volante como forma de relação social específica, não ganha sentido quando se tomam como pontos de análise elementos aparentes da realidade empírica dos indivíduos nela envolvidos. Como já foi explicitado,

o trabalhador volante, como categoria de mão-de-obra assalariada está sujeito, como o está, também, o proletariado em geral, à venda de sua força de trabalho para garantir a própria sobrevivência. Nesse processo, estabelecem-se distintas formas de exploração da força de trabalho, que permeiam tanto as formas de trabalho assalariadas de caráter permanente como temporário; o valor que o assalariado recebe em troca do seu trabalho não é por ele determinado e, por isso mesmo, se concretiza num mínimo necessário à sua reprodução. É neste ponto que a especificidade do trabalhador volante parece ganhar significado, quer dizer, o caráter vulnerável da forma pela qual se insere no processo produtivo faz com que o valor total de seu trabalho seja mais reduzido visto que, não sendo nem mesmo amparado pela legislação trabalhista em vigor, não pode também contar com a garantia de obter trabalho durante todo o ano.

Por isso mesmo, entre os diferentes conceitos que possam dar conta do caráter específico do trabalhador volante enquanto categoria de mão-de-obra que depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver, o que foi proposto pelo IBGE, para o levantamento censitário, parece oferecer maior abrangência. Ou seja, estes trabalhadores foram assim conceituados: a — trabalhador agrícola volante — com intermediário — pessoa sem trabalho fixo, que presta serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora, contratada ou arremetada por um intermediário, de quem recebe pagamento; b — trabalhador agrícola volante — sem intermediário — pessoa sem trabalho fixo, que presta serviços em um ou mais estabelecimentos agropecuários ou de extração vegetal, remunerada por tarefa, dia ou hora que oferece seus serviços diretamente ao responsável pelo estabelecimento, dele recebendo pagamento <sup>22</sup>.

#### **4.3 — Características sócio-demográficas dos trabalhadores volantes**

As condições precárias de incorporação dos trabalhadores volantes no trabalho agrário respondem, em última análise, às necessidades de manutenção dos padrões de acumulação na agricultura, dados os baixos custos da reprodução desta mão-de-obra. Tais condições refletem-se, evidentemente, nos níveis concretos de sua existência, definidos por situações de pauperismo. Antes de prosseguir à avaliação desta questão, é importante considerar alguns aspectos mais gerais, relativos à composição da população volante, objeto de análise, que irão possibilitar uma melhor compreensão do problema das condições concretas de reprodução de sua força de trabalho e, para isso, foram privilegiadas três variáveis: distribuição segundo sexo, faixa etária e níveis de instrução.

Analisando-se o gráfico 1, é fácil de se verificar que em relação à composição da mão-de-obra volante, segundo sexo, os homens constituem, de longe, a parcela mais significativa em todas as UFs e que, além disso, a participação do número de mulheres neste contingente é bastante irregular nos distintos espaços considerados. O fato

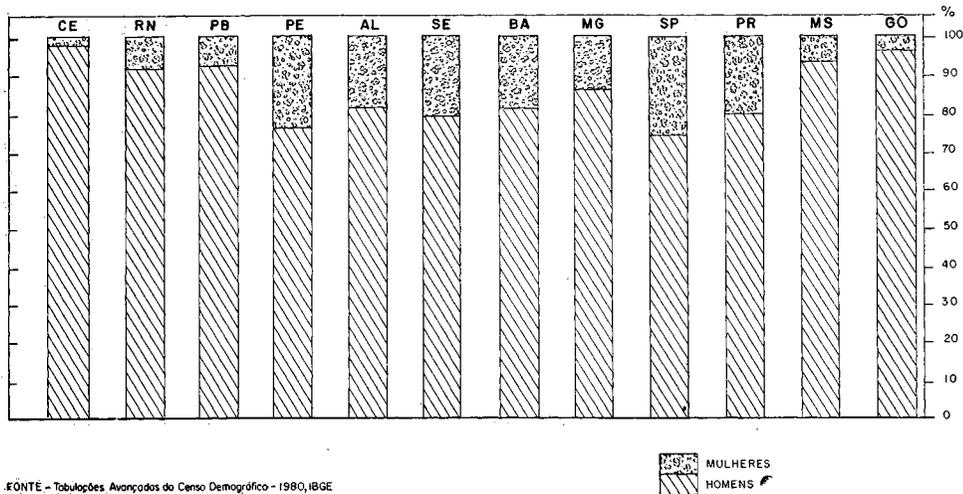
---

<sup>22</sup> *Manual do Recenseador — CD 1.09. IBGE.*

de que a maioria dos volantes seja, consistentemente, formada por homens, não aponta discrepância em relação à taxa de participação da força de trabalho masculina das outras categorias de pessoal ocupado na agricultura do País, uma vez que, segundo os censos agrícolas, a mão-de-obra feminina é sempre inferior à daqueles. É sabido, entretanto, que a participação da mulher no trabalho agrícola, ainda que em menor grau que a dos homens, revestiu-se sempre de grande importância, aparecendo, em geral, combinada com as tarefas domésticas.

Enquanto a família constitui uma unidade de produção, na qual todos os membros contribuem com seu trabalho, sob diversas formas, não há, para a mulher, a separação, no tempo e no espaço, de tarefas produtivas e domésticas. É, conforme já foi constatado em alguns estudos<sup>23</sup>, a participação feminina no trabalho agrícola, no Brasil, tem sempre maior expressão nas pequenas unidades de produção onde, geralmente, não se desenvolvem atividades baseadas em tecnologias avançadas; ali, é possível seu aproveitamento em certas atividades produtivas, sem acarretar prejuízo ao desempenho dos trabalhos domésticos. Entretanto, a expansão do capital no campo veio provocar mudanças significativas nesse contexto da divisão sexual do trabalho, ou seja, na medida em que a família das classes trabalhadoras perde sua função

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO SEXO (%)



FONTE - Tabelações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 1

de unidade produtiva e passa a se constituir uma unidade assalariada, a sua reprodução só será assegurada, não raro, quando seus membros conseguem vender sua força de trabalho. Desaparecendo a divisão espontânea do trabalho entre os membros da família — o que se dá desde o momento em que sua subsistência não pode mais ser assegurada com o trabalho na unidade de produção — a venda da força de tra-

<sup>23</sup> Madeira, R. Felícia & Singer, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970.

balho torna-se obrigatória e, neste momento, não há mais diferença de sexo e idade a impedir a busca de um emprego como assalariado. Nesse contexto, o trabalho produtivo da mulher ganha outro sentido, visto que sua incorporação nas atividades remuneradas vai depender das necessidades advindas dos salários insuficientes dos outros membros da família.

Sua participação no trabalho assalariado continua sendo, pois, subsidiária à dos homens, estes considerados os trabalhadores principais pois, trabalham para “manter” a família, enquanto a mulher ingressa no trabalho, como assalariada, para “ajudar”<sup>24</sup>.

A participação relativa das mulheres no trabalho assalariado volante na área, objeto de estudo, sugere, à luz destas questões teóricas, algumas considerações. Em primeiro lugar, os dados revelam que o número de trabalhadores volantes adquire maior expressão justamente em Estados da Federação onde o trabalho assalariado é significativo; quer dizer, onde a agricultura familiar tem perdido importância como, por exemplo, em São Paulo, no qual a categoria de pessoal ocupado: responsáveis e membros não remunerados da família acusou decréscimo (entre 1970 e 1975) nas classes de estabelecimentos de menos de 100 hectares; este mesmo fenômeno foi registrado no Estado do Paraná, mas onde a redução daquela categoria atingiu, de preferência, os estabelecimentos de menos de 10 hectares. Em segundo lugar, os Estados do Nordeste — Pernambuco, Sergipe, Bahia e Alagoas — e em Minas Gerais, embora não tivessem redução do trabalho familiar nos pequenos estabelecimentos, o trabalho volante exercido pelas mulheres é, também, expressivo. Ressalte-se que, neste caso, a expansão do emprego volante feminino poderia não estar, necessariamente, relacionado à retração do trabalho familiar, uma vez que o capital não tem conseguido a expropriação completa de grande parte dos trabalhadores diretos, não homogeneizando, portanto, o exército industrial de reserva. Entende-se, então, o porquê da pouca importância do trabalho feminino volante em Estados onde o trabalho familiar é também significativo — Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Tanto nas áreas onde se ampliam modalidades de emprego familiar como aquelas onde ele se retrai, a possibilidade de utilização ou não de mão-de-obra feminina volante está diretamente relacionada ao processo geral de ampliação do capital, que vai gerando o contingente de força de trabalho segundo suas necessidades.

A prática de trabalho assalariado pelas mulheres que se incorporam no processo produtivo como trabalhadoras volantes parece estar, pois, correlacionada a fatores de várias ordens que, em última instância, são os mesmos que determinam o ingresso dos homens nesta condição de emprego. Ou seja, as modificações pelas quais vem passando a agricultura brasileira aceleram o processo de expropriação dos trabalhadores diretos e a conseqüente formação de população excedente; uma vez desvinculada dos meios de produção, esta mão-de-obra reserva vê-se premida a buscar formas alternativas de sobrevivência. Por isso mesmo, são as áreas voltadas, preferencialmente, às atividades agrícolas modernas, destinadas à produção de mercado, que criam condições de absorção dessa população excedente, na condição de volante; a maior presença desses trabalhadores — tanto de homens como de mulheres

---

<sup>24</sup> Stolcke, Verena. Mulheres e trabalho. In: *Trabalho e Dominação*.

— em determinados Estados da Federação está, correlacionada ao nível de integração da economia dos mesmos no sistema de produção capitalista.

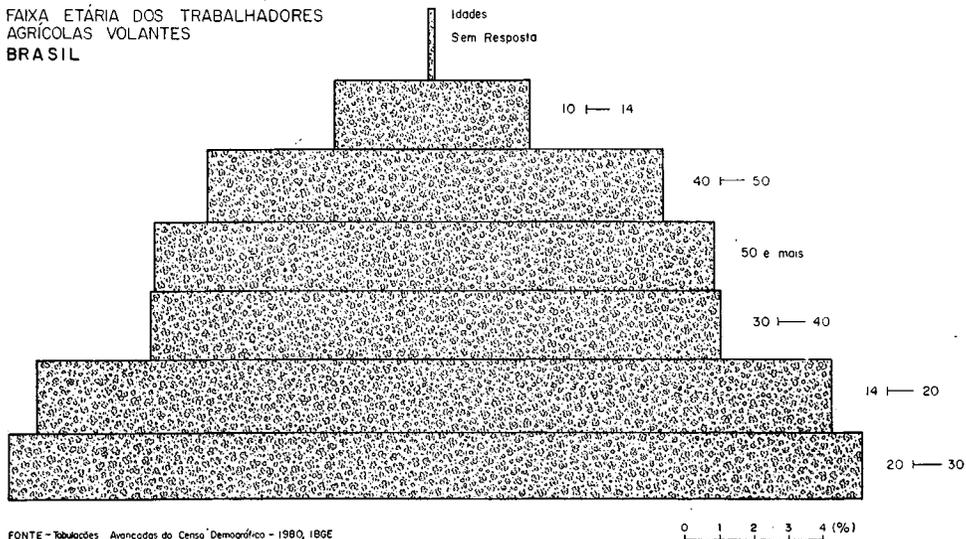
Como o emprego volante oferece mais vantagem ao capital, dado seu baixo custo, tudo leva a crer que, do lado do trabalhador nele inserido a garantia da reprodução de sua família passa a depender da contribuição do trabalho assalariado de todos os seus membros; conseqüentemente, as diferenças de sexo e idade não podem interferir neste processo, tal como ocorria na exploração familiar. Como o trabalho das mulheres interfere apenas como complemento da renda familiar, sua incorporação ao contingente de volantes pode estar, então, condicionada à maior ou menor demanda de empregos do contingente masculino. Verificou-se, por exemplo, que em certas áreas de expansão da fronteira agrícola — Mato Grosso e Goiás — que recebem fortes contingentes de migrantes, a participação das mulheres no trabalho volante não tem expressão, entendendo-se, neste caso, que a absorção dos homens no trabalho agrário se dá de preferência à daquelas. É de se supor, também, que a pressão exercida pelas mulheres, ao engrossar as fileiras da população que demanda tal forma de emprego, pode contribuir para o rebaixamento dos salários e que, dado o caráter subsidiário do seu trabalho, elas se dispõem, com freqüência, a engajar-se nas atividades produtivas, como volantes, a preços ainda mais baixos que os homens; nesses termos, o trabalho feminino oferece mais vantagens ao capital.

Outra característica que reflete a necessidade de ingresso de todos os membros da unidade assalariada volante no mercado de trabalho é a referente à estrutura etária da população, objeto de análise. A leitura da pirâmide das idades (Gráfico 2) indica uma freqüência, não negligenciável, de volantes nas faixas etárias relativamente baixas, isto é, a maior parte deles encontra-se nos grupos mais jovens, de até 30 anos, perfazendo um total de 57,7% em relação ao conjunto de trabalhadores volantes. Mesmo levando em consideração o fato de a população do País ser caracterizada por uma forte presença de contingentes jovens, o que rebate, conseqüentemente, sobre a composição etária dos grupos que trabalham, a predominância de trabalhadores volantes com menos de 30 anos evoca algumas questões relevantes.

A primeira delas diz respeito à própria estrutura do mercado de trabalho, que não tem oferecido formas de emprego estáveis, suficientes para absorver a população que ingressa nas faixas de idade produtiva. A falta de opção em termos de oportunidades de ganhar a vida vai, então, empurrando os elementos jovens para as atividades produtivas, mas sem as mínimas garantias de estabilidade, e mesmo de obtenção de trabalho durante todo o ano. As conseqüências sociais desencadeadas a partir deste fenômeno tendem a agravar-se, tendo em vista não apenas a estreiteza da oferta de empregos estáveis na agricultura, mas também, no setor urbano. A migração do campo para as cidades, como busca de outras alternativas de sobrevivência, nada mais significa, no caso, que transferir o problema do subemprego de um setor para o outro ou, em outros termos, o mercado de trabalho tende a se homogeneizar ao ponto de unificar o exército industrial de reserva urbano e rural.

Outra questão derivada da composição etária da população volante concerne à participação precoce das crianças no mercado de tra-

FAIXA ETÁRIA DOS TRABALHADORES  
AGRICOLAS VOLANTES  
BRASIL



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 2

balho. Considerando apenas os percentuais de menores, na faixa de idade de 10 a menos de 14 anos, verifica-se que, mesmo sendo menos expressiva sua participação, se comparada aos outros grupos de idade jovem — aqueles de 14 a menos de 20 anos e de 20 a menos de 30 anos — eles não são destituídos de significado. O fato do menor ser incorporado ao trabalho assalariado volante deriva, tal como acontece com as mulheres, da necessidade de complementar os salários insuficientes da família; nesta circunstância, seu trabalho é, também, subsidiário ao dos homens adultos e, como tal, oferece vantagens ao capital. Além de burlar a legislação trabalhista em vigor<sup>25</sup>, a utilização dessa mão-de-obra pelos empresários tem custo mais baixo que a dos adultos, embora o empregador dela obtenha o mesmo resultado que teria empregando apenas trabalhadores em idade madura.

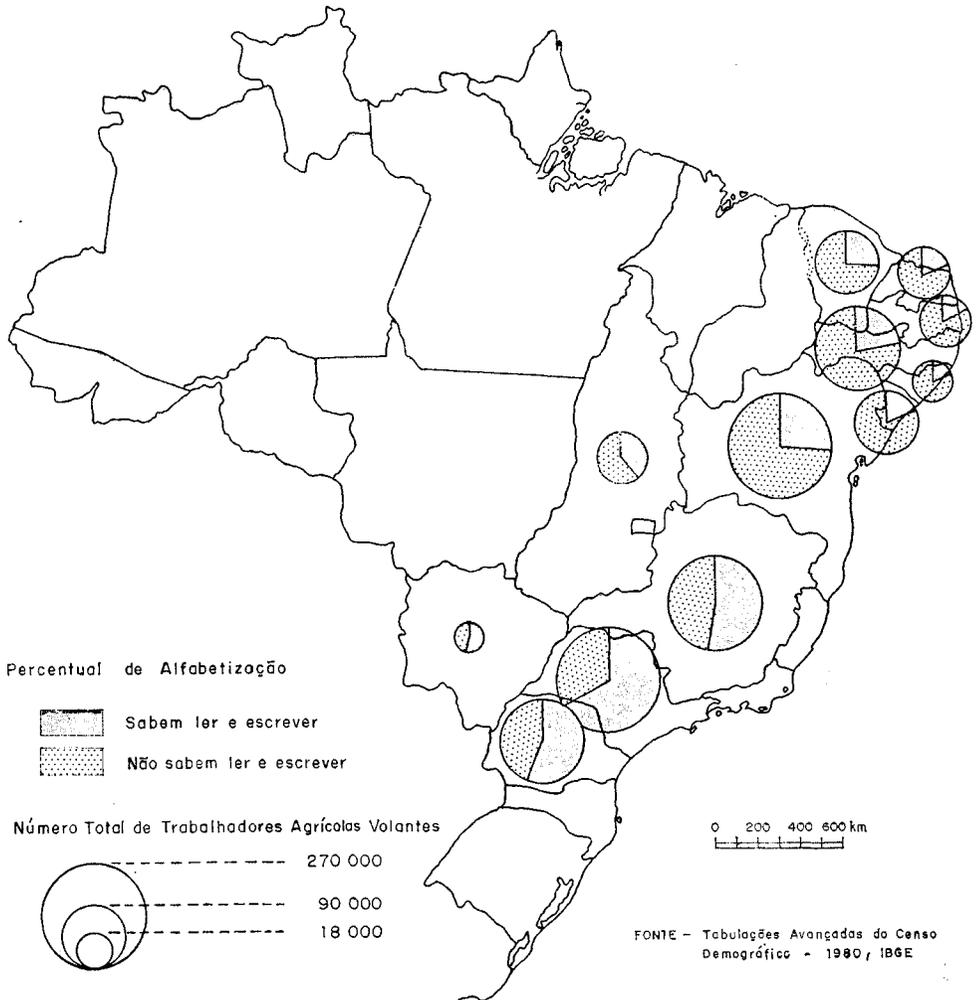
Submetidas às mesmas condições extenuantes de trabalho dos adultos, as crianças, liberadas prematuramente para executar uma atividade assalariada como volantes, além do desgaste físico sofrido são, também, excluídas do processo de escolarização, o que vai emperrar sua formação destinada a prepará-la para enfrentar, no futuro, um mercado de trabalho que demanda mão-de-obra qualificada.

Os baixos níveis de alfabetização constituem outra característica dos trabalhadores volantes, independente das faixas de idade. Como pode ser observado (Cartograma 6) a grande maioria deles é constituída de analfabetos, exceto nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná. Os percentuais de analfabetismo nos demais Estados chegam a atingir mais de 70% dos volantes, sobretudo na Região Nordeste.

<sup>25</sup> O Estatuto da Terra — cap. IV — Da Proteção do Trabalho do Menor — consubstanciada na lei n.º 5.889, de 8 de junho de 1973 estipula a jornada de trabalho para o menor, bem como o limite de idade, sendo cláusula importante a garantia de freqüência à escola, serviços de natureza leve, não nocivos à saúde mental e ao desenvolvimento.

# TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES

## ALFABETIZAÇÃO



CARTOGRAMA 6

A forte concentração de analfabetos no contingente de volantes explica-se, em parte, pelo caráter das atividades por eles desempenhadas, que não exigem mão-de-obra qualificada. Fica, então, evidente que, também, neste aspecto é vantajoso o uso desta força de trabalho, posto que as empresas usufruem de uma mão-de-obra para cuja formação não fizeram qualquer investimento. Além disso, o fato de empregar trabalhadores analfabetos pode significar, para o empregador, maiores possibilidades de manipulação dos mesmos, tendo em conta as limitações às quais estão sujeitos os que não sabem ler e escrever.

De qualquer forma, a condição de analfabeto vem reforçar os mecanismos de exclusão aos quais estão sujeitos os volantes; embora participando ativamente do processo produtivo, o que fica comprovado pelo fato de que mesmo as mulheres e menores são interpelados a

vender sua força de trabalho, esses trabalhadores estão sujeitos a várias sortes de exploração. A rigor, esta situação pode ser melhor percebida através da análise da renda por eles auferida, que reflete, de forma decisiva, sobre as condições concretas de sua existência.

#### 4.4 — Condições de reprodução da força de trabalho

Diversos estudos têm mostrado que os padrões de salários na agricultura brasileira são muito baixos, situando-se, geralmente, em níveis inferiores ao salário mínimo. A esse respeito, dados disponíveis<sup>26</sup> permitem verificar, ainda que, além das diferenças existentes entre os salários dos setores urbano e rural, sempre favoráveis ao primeiro, há também discrepâncias salariais no próprio setor agrícola. A observação dos dados referentes aos salários auferidos pelos trabalhadores volantes oferece um quadro geral que não foge ao constatado para a agricultura como um todo. Quer dizer, os salários desta categoria são extremamente baixos, e variam segundo as diversas áreas onde a relação de emprego volante tem sido praticada com maior ou menor intensidade.

Dados para o Brasil, levantados pelo IBGE — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostram que, em 1976, cerca de 70% dos trabalhadores agrícolas recebiam menos que um salário mínimo. Situação ainda mais grave foi apontada pelo Censo Demográfico de 1980 no que se refere aos trabalhadores volantes da área em estudo, visto que a proporção desta população com rendimentos inferiores ao salário mínimo atinge 82,1%. Ao discriminar as diferentes faixas salariais onde se distribuem estes trabalhadores, verifica-se, por exemplo, que 33,3% dos volantes encontram-se entre os que recebem até meio salário mínimo, 62,2% entre os que auferem até menos de três quartos do salário mínimo e somente 16,6% atingem as faixas de um a menos de dois salários mínimos. Note-se que estes percentuais referem-se aos rendimentos na ocupação principal — no caso, provenientes do trabalho assalariado como volantes — mas, ao considerar a renda obtida em todas as ocupações, assim como a renda total<sup>27</sup> não se registram quase diferenças, não alterando, portanto, o quadro anterior. Ou seja, esta população depende, estritamente, dos ganhos originários da venda da sua força de trabalho na condição de volantes, sendo que a renda obtida em outras ocupações interfere apenas em caráter eventual. A

<sup>26</sup> Por exemplo: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) — IBGE.

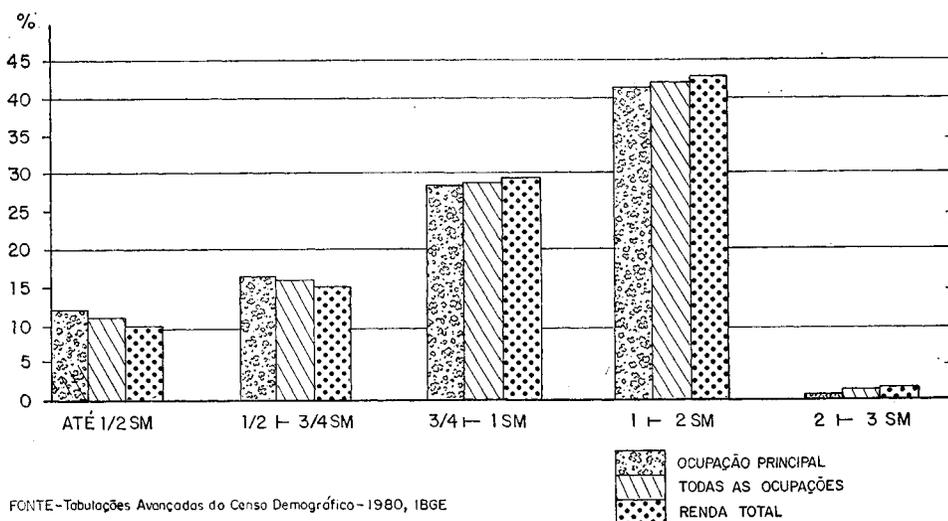
<sup>27</sup> Os conceitos estabelecidos para o Censo Demográfico — IBGE — são, assim, explicitados: renda total é a soma dos rendimentos obtidos na ocupação principal mais aqueles auferidos pelo recebimento de produtos ou mercadorias da ocupação principal, de outras ocupações e mais os provenientes de aposentadoria; rendimentos de todas as ocupações é a soma dos rendimentos em dinheiro, provenientes da ocupação principal, mais aqueles auferidos pelo recebimento de produtos ou mercadorias, da ocupação principal, e rendimentos de outras ocupações exercidas habitualmente (exclusive os rendimentos em dinheiro, produtos ou mercadorias auferidos na ocupação principal).

incorporação de rendimentos em espécie — no caso da renda total — quase não altera a distribuição dos referidos trabalhadores pelas faixas de rendimentos, o que vem confirmar a importância desempenhada pelos salários para a categoria.

Verifica-se, ainda, que entre os Estados, ora analisados, as diferenças entre os níveis de rendimentos são bem acentuadas, não somente comparando a Região Nordeste e o centro-sul, como também são observadas discrepâncias intrarregionais. Assim, confrontando-se os dados de rendimento para os Estados do Nordeste e São Paulo (Gráficos 3 a 6) averiguam-se fortes contrastes, com situação mais favorável para os trabalhadores volantes paulistas, cuja curva de sua distribuição nas faixas salariais é ascendente, atingindo o ponto mais alto justamente no grupo que recebe de um a menos de dois salários mínimos. Situação contrária pode ser percebida na grande maioria dos Estados nordestinos, cuja curva segue sentido inverso, isto é, ela atinge o nível mais

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTOS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

### SÃO PAULO



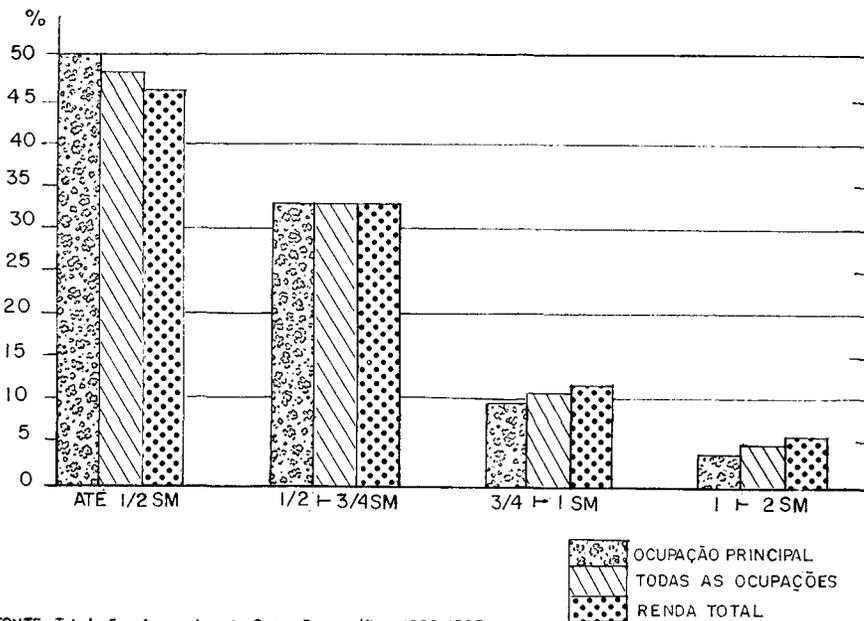
FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 3

alto para a classe de salários de até meio salário mínimo. Em termos percentuais, enquanto em São Paulo a faixa mais alta — de um a menos de dois salários mínimos — tem frequência de 42%, no Nordeste, a maior frequência — de até meio salário — atinge 50% do Nordeste 1 (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e 52,8% no Nordeste 2 (Pernambuco, Alagoas e Sergipe), enquanto a Bahia, diferentemente dos outros Estados da Região, tem a classe de salário de maior frequência deslocada para a faixa de meio a menos de três quartos de salário mínimo, equivalente a 40%. Note-se que a divisão dos Estados

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

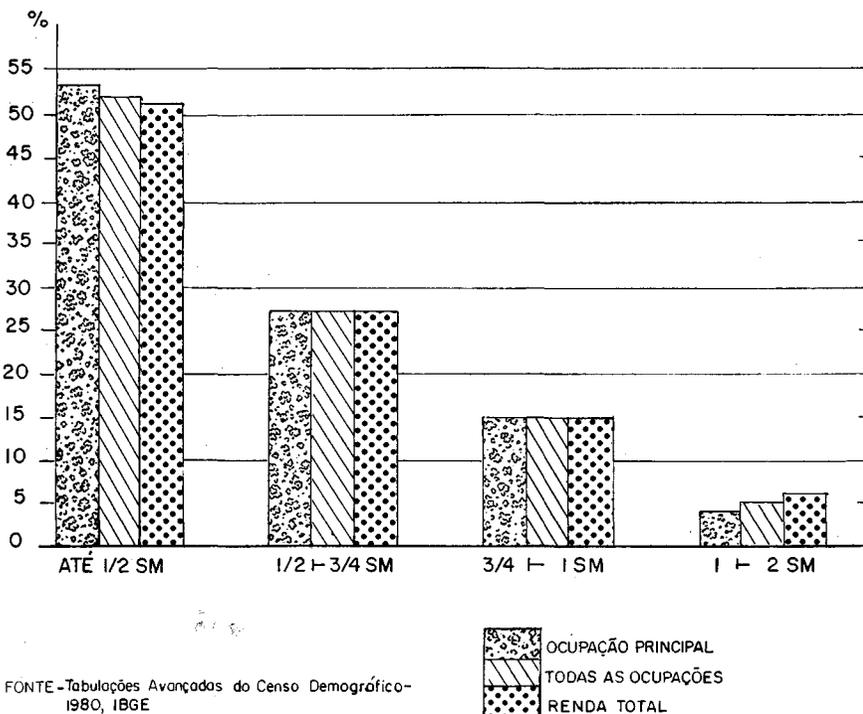
NORDESTE 1 (CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA)



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 4

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL  
NORDESTE 2 (PERNAMBUCO, ALAGOAS E SERGIPE)



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 5

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

NORDESTE 3. (BAHIA)

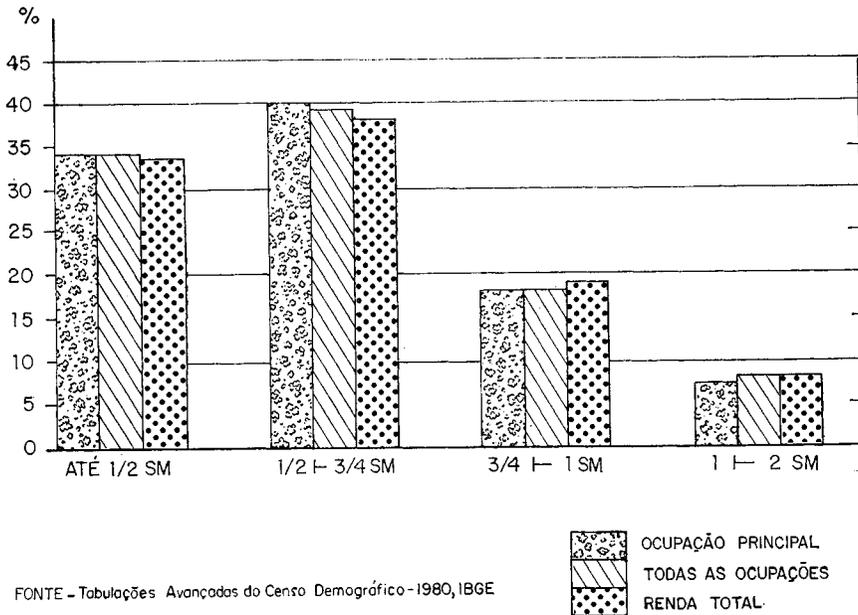


GRÁFICO 6

do Nordeste em três grupos foi utilizada como recurso que pudesse, eventualmente, apontar discrepâncias intrarregionais; as diferenças mais significativas são observadas, no entanto, apenas entre o Estado da Bahia e os demais, sendo que, entre estes últimos, somente tem certa expressão as diferenças de frequências nas faixas salariais seguintes, isto é, no Nordeste 1, os percentuais de trabalhadores que recebem de meio a menos de três quartos de salário são um pouco mais altos que no Nordeste 2; mas, neste último, ganham maior expressão que no primeiro as faixas salariais situadas entre três quartos a menos de um salário.

Enquanto no Nordeste, em geral, exceto o Estado da Bahia — as frequências mais altas, por faixas de renda, situam-se na classe de até meio salário mínimo, em Mins Gerais há um relativo equilíbrio entre as três primeiras faixas (Gráfico 7). O Estado do Paraná apresenta um quadro semelhante ao da Bahia, visto que a frequência mais alta de salários se encontra na classe de meio a menos de três quartos de salário mínimo, mas, para o primeiro, são mais expressivas as frequências relativas às classes de renda situadas entre três quartos a menos de dois salários mínimos (Gráfico 8). Embora no Estado de São Paulo os níveis de rendimento sejam mais altos que os verificados para Goiás e Mato Grosso do Sul, verifica-se, contudo, certa tendência à equiparação de frequências de classes salariais entre aquela UF e os Estados do Centro-Oeste (Gráfico 9).

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

MINAS GERAIS

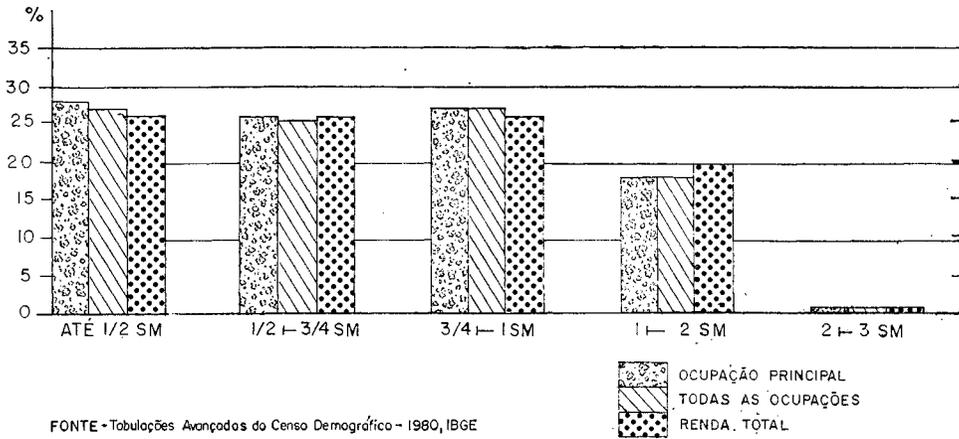


GRÁFICO 7

TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

PARANÁ

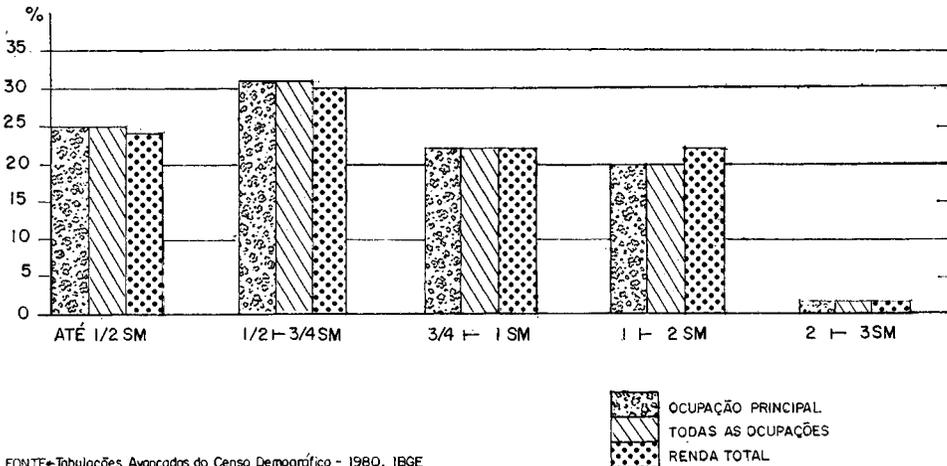
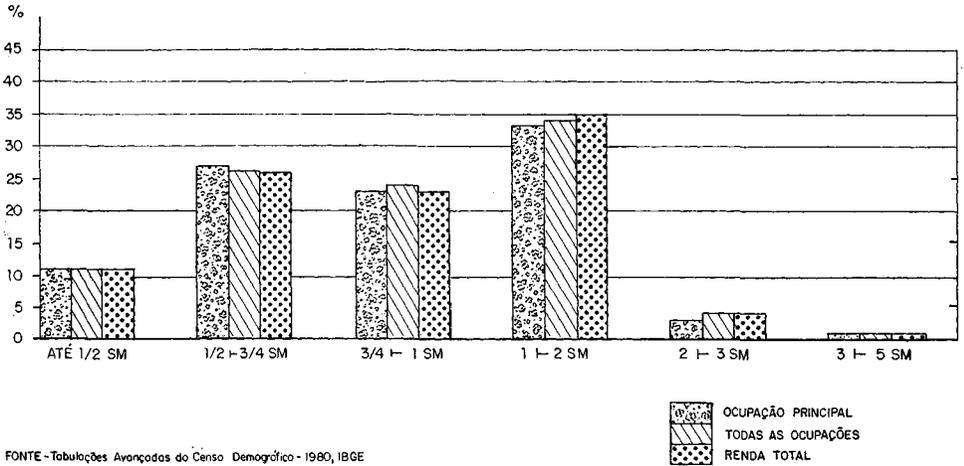


GRÁFICO 8

Analisando-se os dados relativos à renda total e em todas as ocupações, verifica-se que em nenhum Estado ocorre modificação significativa em termos de acréscimo de rendimentos para os trabalhadores; apenas para as frequências de rendimentos situados entre um a menos de dois salários há ligeiros acréscimos nas faixas da renda total e em todas

TRABALHADORES, AGRÍCOLAS VOLANTES, SEGUNDO RENDIMENTO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, EM TODAS AS OCUPAÇÕES E RENDA TOTAL

GOIÁS E MATO GROSSO DO SUL



FONTE - Tabulações Avançadas do Censo Demográfico - 1980, IBGE

GRÁFICO 9

as ocupações, especialmente nas áreas de agricultura mais moderna (São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Estados do Centro-Oeste), mas, pouco expressivos. Do que foi exposto até aqui, conclui-se que os níveis de rendimentos da população volante são muito reduzidos, sobretudo quando se considera que os mesmos estão situados abaixo do mínimo vital. Assim, situações de extremo pauperismo são detectadas sobretudo no Nordeste como um todo, onde os percentuais de trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo giram entre 92 a 94%; mesmo nos casos de situação mais favorável, como em São Paulo, a proporção dos volantes com renda abaixo do salário mínimo atinge em torno de 56%; situações intermediárias são registradas para os Estados do Paraná, Minas Gerais e os do Centro-Oeste, cujos percentuais de população com rendimentos abaixo do salário mínimo são também altos — acima de 77% para o Paraná e Minas Gerais e em torno de 61% para o Centro-Oeste.

Para a explicação das diferenças salariais verificadas entre os Estados podem-se utilizar argumentos como os referentes aos tipos de exploração, de produtividade e mesmo às distintas condições de custo de vida entre Regiões e Estados<sup>28</sup>. Em que pesem tais fatores causais parece, contudo, que há necessidade de se levar em conta, também, o tempo dispendido pelos trabalhadores no exercício das atividades produtivas para a consecução dos salários. A esse respeito, considerando-se o número de horas semanais trabalhadas pelos volantes, na ocupação principal, foram registradas variações regionais importantes, que poderão esclarecer em parte, os diferenciais de salários (Tabela 24).

<sup>28</sup> Queda, Oriovaldo et alii. Contribuição ao estudo do trabalho volante no Estado de São Paulo.

TABELA 24

**TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES, POR HORAS SEMANAIS  
TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO AS  
UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADORES AGRICOLAS VOLANTES	HORAS SEMANAIS TRABALHADAS									
		Menos de 30 horas		30 a 39 horas		40 a 48 horas		49 horas e mais		Sem declaração	
		Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 452 201</b>	<b>38 507</b>	<b>2,65</b>	<b>163 147</b>	<b>11,23</b>	<b>855 579</b>	<b>58,92</b>	<b>386 517</b>	<b>26,62</b>	<b>8 451</b>	<b>0,58</b>
Ceará.....	87 405	2 932	3,35	12 140	13,89	64 933	74,29	6 964	7,97	436	0,50
Rio Grande do Norte.....	53 471	939	1,76	3 939	7,37	38 712	72,40	9 326	17,44	555	1,04
Paraíba.....	66 975	2 333	3,48	8 380	12,51	43 608	65,11	12 248	18,29	406	0,61
Pernambuco.....	163 799	7 673	4,68	27 083	16,53	107 343	65,53	21 334	13,02	366	0,22
Alagoas.....	42 518	2 392	5,63	9 303	21,88	26 189	61,80	4 281	10,07	353	0,83
Sergipe.....	90 942	3 300	3,63	12 809	14,08	55 528	61,06	17 980	19,78	1 315	1,45
Bahia.....	273 430	8 267	3,00	40 572	14,84	201 715	73,77	19 789	7,24	3 147	1,15
Minas Gerais.....	188 872	1 347	0,71	14 110	7,47	125 561	71,77	37 163	19,68	691	0,37
São Paulo.....	244 257	2 718	1,11	11 813	4,84	93 669	38,36	135 754	55,58	273	0,11
Paraná.....	152 757	3 848	2,52	15 123	9,90	55 061	36,04	77 947	51,03	778	0,51
Mato Grosso do Sul.....	18 017	129	0,72	1 679	9,32	3 337	18,52	12 872	71,44	—	—
Goiás.....	69 758	2 689	3,85	6 196	8,88	29 893	42,85	30 849	44,22	131	0,19

FONTE — Tabulações Avançadas do Censo Demográfico — 1960, IBGE.

Em primeiro lugar, verifica-se que o número de horas semanais trabalhadas pelos volantes tem expressão a partir da classe de 40 horas, isto é, cerca de 85% dos trabalhadores, considerando-se, em conjunto, os que dispõem de 40 a 48 horas e de 49 horas ou mais. Esses percentuais variam, quando são considerados os Estados, isoladamente, assim, por exemplo, tomando-se os casos extremos, registra-se para São Paulo, um total de 93 (o mais alto) e de 71,6% para Alagoas (o mais baixo). O fato mais relevante, derivado das variações ocorridas no número de horas semanais trabalhadas diz respeito à maior frequência, em Estados de agricultura mais moderna, de volantes que trabalham 49 horas ou mais por semana, tal como ocorre em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Goiás, cujos percentuais perfazem, respectivamente, 71,4, 55,5, 51 e 44,2%; nos demais Estados a concentração dá-se na faixa de 40 a 48 horas.

Constata-se, então, que, a despeito do dispêndio de tempo na realização de atividades produtivas não ocorre, para a população, em geral, a contrapartida de um salário que corresponda à duração da sua jornada de trabalho, uma vez que a grande maioria dela ganha menos que um salário mínimo. Por outro lado, considerando-se os Estados onde os níveis salariais são, comparativamente, mais altos, verifica-se que é, também, nessas áreas que incidem as maiores proporções de volantes trabalhando 49 horas ou mais por semana. Assim, a possibilidade de atingir níveis de rendimentos que correspondam às necessidades mínimas vitais depende, diretamente, da prática e um sobre-esforço físico, alongando o período de duração da jornada de trabalho. Esta questão parece, ao que tudo indica, estar vinculada à própria forma de engajamento dos volantes no trabalho produtivo. Ou seja, a forma comumente praticada nas empresas é a contratação de trabalhadores para a realização de tarefas ou empreitadas, e, em consequência, os salários que lhes são pagos não se referem às horas trabalhadas, mas à produção concretizada em cada dia.

Se o valor do salário correspondente ao trabalho por tarefa não é determinado pelo tempo, mas pela capacidade de rendimento diário do trabalhador, isto constitui-se num apelo constante à intensificação da jornada de trabalho com vistas à obtenção de uma renda maior. Do lado das empresas, os salários pagos por tarefas resultam em quantidades maiores de produtos materializados pelos volantes em uma jornada de trabalho; para estes últimos, tal forma de remuneração representa a necessidade de prolongar, até seu limite físico possível, o tempo diário de atividade produtiva, para que possam reproduzir-se enquanto há forças de trabalho.

Dependendo exclusivamente da venda da força de trabalho, os volantes se vêem, pois, na contingência de mobilizar maior quantidade de energia física, com vistas à maior produção e, além disso, muitas vezes, têm que fazer apelo à mão-de-obra de outros elementos da família, mesmo dos menores e da mulher. Em última análise, a situação dos volantes, tal qual revelada neste estudo através dos dados censitários, deriva-se do próprio caráter da relação de emprego que o define como tal. A ausência de qualquer garantia, visto que o empresário utiliza o trabalho volante sem comprometer-se com a reposição de sua força de trabalho ao nível dos padrões legais, resulta num total desamparo do trabalhador. Além disso, a falta de emprego constante, leva a que a efetivação da sua relação de emprego se renove cada dia, pois ele não está submetido a um patrão em particular, o que pode agravar a condição de instabilidade à qual está submetido.

A precariedade do vínculo empregatício resultando, concretamente, em situação de desamparo do trabalhador volante, pode ser exemplificada pelos níveis de sua participação nos benefícios da Previdência Social (Tabela 25). Verifica-se que a quase totalidade desta população — 94,3% — não realizando qualquer forma de contribuição à Previdência Social, encontra-se sem garantias, não somente no que se refere à assistência médico-hospitalar como também, em termos de aposentadoria por velhice ou invalidez. Note-se que o problema tem dimensão generalizada em toda a área, objeto de estudo, não constituindo exceção nem mesmo os Estados de economia mais avançada.

Em conclusão, a proposta inicial deste estudo, visando à busca de elementos caracterizadores da mão-de-obra volante, através da análise dos dados censitários, mostrou aspectos relevantes do tema abordado. Em primeiro lugar, as considerações gerais a respeito das condições sob as quais se desenvolvem as forças produtivas no setor rural permitiram averiguar estreitas vinculações entre avanço da agricultura moderna e mudança nas relações sociais de produção, sendo que a relação de trabalho volante aparece como produto social típico da expansão do capital no campo. Em segundo, a investigação a respeito de elementos que pudessem definir os trabalhadores volantes como categoria específica no conjunto da classe trabalhadora do campo forneceu um quadro geral de referência significativo para estudos posteriores sobre a questão. Assim, os dados analisados apontaram a falta de consistência de uma caracterização dos volantes que parte de aspectos externos à relação de trabalho na qual estão inseridos como, por exemplo, os aspectos concernentes à situação de domicílio e à intermediação do turmeiro. Como parte da classe assalariada, os trabalhadores agrícolas volantes só se distinguem dos demais trabalhadores expropriados na escala de exploração que os atinge enquanto mão-de-obra temporária, visto que a informalidade da sua relação de emprego

TABELA 25

**TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR CONTRIBUIÇÃO A  
PREVIDÊNCIA SOCIAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA  
FEDERAÇÃO — 1980**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADOR VOLANTE TOTAL	CONTRIBUI PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
		Sim	%	Não	%	Sem decla- ração	%
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 452 201</b>	<b>55 111</b>	<b>3,79</b>	<b>1 369 505</b>	<b>94,31</b>	<b>27 585</b>	<b>1,90</b>
Ceará.....	87 405	2 573	2,94	82 177	94,02	2 655	3,04
Rio Grande do Norte.....	53 471	2 386	4,47	49 736	93,01	1 349	2,52
Paraíba.....	66 975	3 976	5,94	60 925	90,97	2 074	3,10
Pernambuco.....	163 799	1 991	1,22	158 644	96,85	3 164	1,93
Alagoas.....	42 518	807	1,90	41 006	96,44	705	1,66
Sergipe.....	90 942	3 544	3,90	85 464	93,97	1 934	2,13
Bahia.....	273 430	10 298	3,76	251 107	91,84	12 025	4,40
Minas Gerais.....	188 872	3 859	2,04	183 080	96,94	1 933	1,02
São Paulo.....	244 257	10 122	4,15	233 862	95,74	273	0,11
Paraná.....	152 757	10 958	7,18	140 939	92,26	860	0,56
Mato Grosso do Sul.....	18 017	908	5,04	17 025	94,49	84	0,47
Goiás.....	69 758	3 689	5,29	65 540	93,95	529	0,76

FONTE — Tabulações Avançadas do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

possibilita ao capital usufruir-se de uma força de trabalho de custo muito baixo. Ao que tudo indica, certas características sócio-demográficas verificadas para o conjunto da população trabalhadora volante, tais como situação de domicílio, analfabetismo e composição da força de trabalho, segundo idade e sexo, refletem, em última análise, sua condição de população excedente e, portanto, em busca de alternativas de sobrevivência, dado o nível de pauperismo revelado pelos padrões salariais auferidos.

## 5 — ANEXO

Pretende-se através destas notas esclarecer, brevemente, aos leitores, como as variáveis utilizadas neste estudo foram selecionadas e de onde se originaram.

Os únicos dados disponíveis para a execução do trabalho constam das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980<sup>29</sup>. Faz-se necessário esclarecer que as variáveis dessas tabulações visaram a estimar uma submostra da amostra selecionada para o Censo Demográfico abrangendo, apenas, 0,75% dos domicílios e das pessoas recenseadas na amostra, que, por sua vez, corresponde a 25% da população. Como essas estimativas foram obtidas por amostragem, é bom alertar aos leitores que elas estão sujeitas a um erro amostral, inerente a qualquer amostra.

<sup>29</sup> IX Recenseamento Geral do Brasil — 1980, IBGE.

Os erros amostrais das Tabulações Avançadas foram avaliados através do cálculo dos coeficientes de variação amostral. Uma aproximação deste coeficiente foi fornecido pela expressão  $C\hat{V} = \frac{b}{\sqrt{x}}$ , onde, b é o parâmetro da função  $y = bx^{-1/2}$  e, x o valor da estimativa. Como o relato integral da metodologia empregada na obtenção dos resultados das Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1980 tornaria essas notas por demais extensas, sugere-se aos leitores interessados que consultem esta publicação.

Assim sendo, utilizou-se para a seleção das UF's a serem enfocadas, as variáveis "número total de trabalhadores agrícolas volantes" e "pessoal ocupado". Estas variáveis, por demais importantes para o estudo, apresentaram bons coeficientes de variação (até 0,05) para os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

TABELA 5.1

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO									PESSOAL OCUPADO
	Totais			Com intermediário			Sem intermediário			
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	
Ceará.....	0,04	0,09	0,04	0,11	0,26	0,12	0,04	0,10	0,04	0,01
Rio Grande do Norte.....	0,03	0,07	0,04	0,07	0,19	0,08	0,04	0,08	0,04	0,01
Paraíba.....	0,03	0,07	0,04	0,09	0,27	0,10	0,04	0,07	0,04	0,01
Alagoas.....	0,02	0,07	0,03	0,05	0,10	0,05	0,03	0,09	0,03	0,01
Sergipe.....	0,03	0,07	0,03	0,13	0,22	0,15	0,03	0,08	0,03	0,01
Bahia.....	0,03	0,09	0,03	0,06	0,22	0,06	0,03	0,10	0,03	0,01
Minas Gerais.....	0,04	0,06	0,05	0,10	0,11	0,28	0,04	0,08	0,05	0,01
São Paulo.....	0,04	0,04	0,10	0,06	0,06	0,28	0,06	0,07	0,11	0,02
Paraná.....	0,04	0,06	0,05	0,07	0,08	0,14	0,04	0,09	0,05	0,01
Mato Grosso do Sul.....	0,05	0,10	0,06	0,08	0,21	0,09	0,07	0,12	0,07	0,02
Goiás.....	0,04	0,06	0,05	0,07	0,13	0,09	0,04	0,07	0,06	0,01

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

**NOTA** —  $C\hat{V}$  não está multiplicado por 100.

TABELA 5.2

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR SEXO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CÓ- DI- GO (1)	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE — SEXO			
		Homem	Mulher	Sem resposta	Total
Ceará.....	1	0,11	0,28	—	0,11
	2	0,04	0,28	—	0,04
	3	0,04	0,20	—	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,08	0,40	—	0,07
	2	0,04	0,12	—	0,04
	3	0,03	0,11	—	0,03
Paraíba.....	1	0,10	0,53	—	0,09
	2	0,04	0,14	—	0,04
	3	0,04	0,14	—	0,03
Pernambuco.....	1	0,08	0,08	—	0,08
	2	0,03	0,06	—	0,03
	3	0,03	0,03	—	0,03
Alagoas.....	1	0,17	0,38	—	0,15
	2	0,04	0,09	—	0,04
	3	0,04	0,08	—	0,04
Sergipe.....	1	0,04	0,08	—	0,04
	2	0,03	0,05	—	0,02
	3	0,02	0,04	—	0,02
Bahia.....	1	0,06	0,15	—	0,06
	2	0,03	0,07	—	0,03
	3	0,03	0,06	—	0,03
Minas Gerais.....	1	0,12	0,21	—	0,10
	2	0,04	0,12	—	0,04
	3	0,04	0,10	—	0,04
São Paulo.....	1	0,06	0,10	—	0,06
	2	0,06	0,13	—	0,06
	3	0,05	0,08	—	0,04
Paraná.....	1	0,08	0,17	—	0,07
	2	0,05	0,10	—	0,04
	3	0,04	0,08	—	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,08	0,28	—	0,08
	2	0,06	0,32	—	0,06
	3	0,05	0,21	—	0,05
Goiás.....	1	0,08	0,39	—	0,07
	2	0,04	0,28	—	0,04
	3	0,04	0,23	—	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.3

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR FAIXAS DE IDADE, SEGUNDO AS UNIDADES  
DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	FAIXA DE IDADE DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS VOLANTES (anos)											Sem res-posta	Total
		Menos de 7	7  — 10	10  — 14	14  — 20	20  — 30	30  — 40	40  — 50	50  — 60	60  — 70	70 e mais			
Ceará.....	1	—	—	0,28	0,27	0,20	0,26	0,30	0,37	0,46	1,02	—	0,11	
	2	—	—	0,19	0,09	0,08	0,09	0,10	0,12	0,16	0,29	0,95	0,04	
	3	—	—	0,16	0,08	0,07	0,09	0,10	0,11	0,16	0,28	0,95	0,04	
Rio Grande do Norte.	1	—	—	0,44	0,17	0,15	0,15	0,20	0,21	0,40	—	—	0,07	
	2	—	—	0,16	0,08	0,08	0,09	0,10	0,11	0,13	0,38	0,64	0,04	
	3	—	—	0,15	0,08	0,07	0,08	0,09	0,10	0,12	0,38	0,64	0,03	
Paraíba.....	1	—	—	0,30	0,19	0,19	0,29	0,29	0,29	0,49	1,04	1,04	0,09	
	2	—	—	0,14	0,08	0,07	0,09	0,11	0,12	0,15	0,31	0,72	0,04	
	3	—	—	0,13	0,07	0,07	0,09	0,10	0,11	0,15	0,30	0,59	0,03	
Pernambuco.....	1	—	—	0,26	0,14	0,18	0,20	0,18	0,41	0,31	0,50	—	0,08	
	2	—	—	0,12	0,06	0,07	0,07	0,09	0,09	0,11	0,27	0,74	0,03	
	3	—	—	0,11	0,06	0,06	0,07	0,08	0,09	0,10	0,24	0,74	0,03	
Alagoas.....	1	—	—	0,46	0,28	0,37	0,40	0,50	0,39	0,85	—	—	0,15	
	2	—	—	0,14	0,08	0,07	0,09	0,11	0,12	0,17	0,33	0,77	0,04	
	3	—	—	0,13	0,08	0,07	0,08	0,11	0,12	0,16	0,33	0,77	0,04	
Sergipe.....	1	—	—	0,11	0,08	0,08	0,09	0,11	0,14	0,19	0,55	0,54	0,04	
	2	—	—	0,09	0,05	0,04	0,06	0,07	0,09	0,11	0,49	0,84	0,02	
	3	—	—	0,07	0,04	0,04	0,05	0,06	0,07	0,09	0,36	0,46	0,02	
Bahia.....	1	—	—	0,26	0,14	0,11	0,13	0,15	0,20	0,25	0,51	0,70	0,06	
	2	—	—	0,12	0,07	0,06	0,07	0,09	0,11	0,13	0,52	0,86	0,03	
	3	—	—	0,11	0,06	0,05	0,06	0,10	0,10	0,12	0,36	0,54	0,03	
Minas Gerais.....	1	—	—	0,82	0,19	0,24	0,21	0,40	0,31	0,41	—	—	0,10	
	2	—	—	0,23	0,08	0,08	0,10	0,11	0,12	0,19	0,41	—	0,04	
	3	—	—	0,22	0,08	0,07	0,09	0,10	0,11	0,17	0,41	—	0,04	
São Paulo.....	1	—	—	0,24	0,11	0,11	0,15	0,15	0,17	0,26	0,48	—	0,06	
	2	—	—	0,29	0,12	0,12	0,15	0,15	0,17	0,22	0,57	—	0,06	
	3	—	—	0,19	0,08	0,08	0,11	0,11	0,12	0,17	0,37	—	0,04	
Paraná.....	1	—	—	0,26	0,14	0,18	0,16	0,21	0,23	0,30	0,97	—	0,07	
	2	—	—	0,15	0,08	0,09	0,12	0,11	0,15	0,19	0,32	0,62	0,04	
	3	—	—	0,13	0,07	0,08	0,10	0,10	0,12	0,16	0,30	0,62	0,04	
Mato Grosso do Sul.	1	—	—	0,37	0,16	0,16	0,22	0,24	0,27	0,26	0,58	—	0,08	
	2	—	—	0,28	0,15	0,13	0,15	0,16	0,18	0,24	0,74	—	0,06	
	3	—	—	0,22	0,11	0,10	0,12	0,13	0,15	0,18	0,46	—	0,05	
Goiás.....	1	—	—	0,34	0,15	0,15	0,19	0,21	0,25	0,40	0,57	—	0,07	
	2	—	—	0,20	0,08	0,07	0,09	0,10	0,14	0,18	0,40	—	0,04	
	3	—	—	0,20	0,08	0,07	0,09	0,10	0,14	0,18	0,40	—	0,04	

FORTE — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.4

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR ALFABETIZAÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES  
DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	SABE LER E ESCREVER				Total
		Sim	Esqueceu	Não sabe	Sem declaração	
Ceará.....	1	0,17	0,50	0,14	—	0,11
	2	0,08	0,20	0,50	—	0,04
	3	0,07	0,19	0,04	—	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,14	—	0,09	—	0,07
	2	0,08	0,46	0,04	—	0,04
	3	0,07	0,46	0,04	—	0,03
Paraíba.....	1	0,23	0,93	0,10	—	0,09
	2	0,08	0,32	0,04	—	0,04
	3	0,08	0,31	0,04	—	0,03
Pernambuco.....	1	0,15	—	0,08	—	0,08
	2	0,06	0,77	0,03	0,96	0,03
	3	0,06	0,77	0,03	0,96	0,03
Alagoas.....	1	0,27	—	0,18	—	0,15
	2	0,09	0,57	0,04	0,72	0,04
	3	0,09	0,57	0,04	0,72	0,04
Sergipe.....	1	0,10	0,45	0,04	0,86	0,04
	2	0,06	0,28	0,03	—	0,02
	3	0,05	0,24	0,02	0,86	0,02
Bahia.....	1	0,10	1,03	0,07	0,70	0,06
	2	0,06	0,62	0,04	0,67	1,03
	3	0,05	0,53	0,03	0,49	0,03
Minas Gerais.....	1	0,14	—	0,15	—	0,10
	2	0,06	0,62	0,06	—	0,04
	3	0,05	0,62	0,05	—	0,04
São Paulo.....	1	0,07	1,12	0,11	—	0,06
	2	0,07	0,48	0,10	—	0,06
	3	0,05	0,44	0,07	—	0,04
Paraná.....	1	0,09	0,71	0,11	—	0,07
	2	0,06	0,76	0,07	—	0,04
	3	0,05	0,52	0,06	—	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,12	—	0,11	—	0,08
	2	0,08	1,06	0,10	—	0,06
	3	0,07	1,06	0,70	—	0,05
Coiás.....	1	0,12	1,06	0,09	—	0,07
	2	0,07	0,67	0,06	—	0,04
	3	0,06	0,57	0,05	—	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.5

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR PARTICIPAÇÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL,  
SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABA- LHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL					
		Federal	Estadual	Municipal	Não contribui	Sem declaração	Total
Ceará.....	1	1,06	—	—	0,11	0,52	0,11
	2	0,26	0,95	0,42	0,04	0,23	0,04
	3	0,26	0,95	0,42	0,04	0,21	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,27	—	—	0,08	0,42	0,07
	2	0,20	—	—	0,04	0,24	0,04
	3	0,16	—	—	0,03	0,21	0,03
Paraíba.....	1	0,35	1,04	0,66	0,10	0,40	0,09
	2	0,18	0,61	0,50	0,04	0,22	0,04
	3	0,11	0,53	0,40	0,04	0,20	0,03
Pernambuco.....	1	0,61	0,75	—	0,08	0,34	0,08
	2	0,30	—	—	0,03	0,25	0,30
	3	0,27	0,75	—	0,03	0,20	0,03
Alagoas.....	1	0,61	—	0,89	0,16	0,70	0,15
	2	0,33	1,20	1,28	0,04	0,31	0,04
	3	0,29	1,20	0,73	0,04	0,28	0,04
Sergipe.....	1	0,30	0,55	0,22	0,04	0,30	0,04
	2	0,12	0,80	0,18	0,02	0,16	0,02
	3	0,16	0,45	0,14	0,02	0,14	0,02
Bahia.....	1	0,19	—	0,99	0,06	0,27	0,06
	2	0,23	—	0,49	0,03	0,15	0,03
	3	0,15	—	0,44	0,03	0,13	0,03
Minas Gerais.....	1	1,20	—	—	0,10	0,81	0,10
	2	0,27	—	—	0,04	0,41	0,04
	3	0,26	—	—	0,04	0,37	0,04
São Paulo.....	1	0,25	—	—	0,06	1,21	0,06
	2	0,32	—	—	0,06	—	0,06
	3	0,20	—	—	0,04	1,12	0,04
Paraná.....	1	0,24	1,08	1,03	0,08	0,81	0,07
	2	0,18	1,05	—	0,04	0,62	0,04
	3	0,14	0,75	1,03	0,04	0,49	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,52	—	—	0,08	—	0,08
	2	0,25	—	1,06	0,07	0,72	0,06
	3	0,23	—	1,06	0,05	0,72	0,05
Goiás.....	1	0,26	0,96	—	0,08	1,03	0,07
	2	0,24	0,70	0,74	0,05	0,48	0,04
	3	0,18	0,57	0,74	0,04	0,44	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário  
2 — Sem intermediário  
3 — Total

TABELA 5.6

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR HORAS SEMANAIS TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E EM TODAS AS OCUPAÇÕES, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	HORAS TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E EM TODAS AS OCUPAÇÕES													
		15 horas		de 15 a 29 horas		de 30 a 39 horas		de 40 a 48 horas		de 49 horas e mais		Sem declaração		Total	
		1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Ceará.....	1	—	—	0,95	0,95	0,24	0,24	0,13	0,13	0,40	0,36	0,89	0,68	0,11	0,11
	2	—	—	0,20	0,22	0,11	0,12	0,05	0,05	0,14	0,11	0,83	0,46	0,04	0,04
	3	—	—	0,20	0,22	0,10	0,11	0,04	0,04	0,13	0,11	0,52	0,38	0,04	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	—	—	—	—	0,33	0,38	0,08	0,08	0,19	0,19	0,43	0,43	0,07	0,07
	2	0,94	0,94	0,26	0,26	0,13	0,13	0,04	0,04	0,09	0,09	0,51	0,53	0,04	0,04
	3	0,94	0,94	0,26	0,26	0,13	0,13	0,04	0,04	0,08	0,33	0,33	0,33	0,03	0,03
Paraíba.....	1	—	—	0,36	0,36	0,25	0,25	0,12	0,12	0,25	0,25	1,06	1,06	0,09	0,09
	2	0,61	0,72	0,23	0,23	0,11	0,11	0,05	0,05	0,08	0,08	0,49	0,49	0,04	0,04
	3	0,61	0,72	0,19	0,19	0,19	0,10	0,10	0,04	0,04	0,08	0,08	0,44	0,03	0,03
Pernambuco.....	1	0,99	0,99	0,41	0,44	0,17	0,17	0,10	0,10	0,20	0,20	—	—	0,08	0,08
	2	0,53	0,53	0,14	0,14	0,08	0,08	0,40	0,08	0,08	0,08	0,59	0,59	0,03	0,03
	3	0,47	0,47	0,14	0,14	0,07	0,07	0,03	0,03	0,08	0,08	0,59	0,59	0,03	0,03
Alagoas.....	1	0,98	0,98	0,51	0,51	0,29	0,29	0,22	0,22	0,46	0,46	1,76	1,26	0,15	0,15
	2	1,06	1,06	1,06	1,06	0,08	0,08	0,05	0,05	0,12	0,11	0,42	0,42	0,04	0,04
	3	0,72	0,72	0,16	0,06	0,08	0,08	0,05	0,05	0,11	0,11	0,40	0,40	0,04	0,04
Sergipe.....	1	0,48	0,46	0,46	0,46	0,14	0,14	0,05	0,05	0,06	0,06	0,29	0,29	0,04	0,04
	2	0,26	0,26	0,13	0,13	0,06	0,06	0,03	0,03	0,07	0,07	0,21	0,21	0,02	0,02
	3	0,22	0,22	0,12	0,12	0,05	0,05	0,03	0,03	0,05	0,05	0,17	0,17	0,02	0,02
Bahia.....	1	1,08	1,08	0,44	0,49	0,16	0,16	0,07	0,07	0,14	0,23	0,40	0,36	0,06	0,06
	2	0,53	0,89	0,18	0,18	0,08	0,08	0,04	0,04	0,11	0,11	0,33	0,31	0,03	0,03
	3	0,47	0,69	0,17	0,17	0,07	0,07	0,03	0,03	0,10	0,10	0,26	0,24	0,03	0,03
Minas Gerais.....	1	—	—	—	—	0,37	0,37	0,12	0,12	0,23	0,23	0,62	0,62	0,10	0,10
	2	—	—	0,44	0,44	0,15	0,15	0,05	0,05	0,09	0,09	—	—	0,04	0,04
	3	—	—	0,44	0,44	0,14	0,14	0,04	0,04	0,08	0,08	0,62	0,62	0,04	0,04
São Paulo.....	1	—	—	0,70	0,70	0,29	0,29	0,09	0,09	0,07	0,07	1,21	1,21	0,06	0,06
	2	—	—	0,45	0,45	0,24	0,24	0,09	0,09	0,08	0,08	—	—	0,06	0,06
	3	—	—	0,38	0,38	0,18	0,18	0,07	0,07	0,05	0,05	1,21	1,21	0,04	0,04
Paraná.....	1	—	—	0,53	0,53	0,25	0,25	0,11	0,11	0,10	0,10	1,05	1,05	0,07	0,07
	2	—	—	0,26	0,26	0,13	0,13	0,07	0,07	0,06	0,06	0,06	0,06	0,04	0,04
	3	—	—	0,23	0,23	0,12	0,12	0,06	0,06	0,05	0,05	0,52	0,52	0,03	0,03
Mato Grosso do Sul.....	1	—	—	1,03	1,03	0,17	0,17	0,17	0,17	0,11	0,11	—	—	0,08	0,08
	2	0,99	0,99	1,03	1,03	0,59	0,59	0,16	0,16	0,07	0,07	—	—	0,06	0,06
	3	0,99	0,99	0,72	0,72	0,16	0,16	0,12	0,12	0,06	0,06	—	—	0,05	0,05
Goiás.....	1	—	—	0,77	0,77	0,23	0,23	0,10	0,10	0,13	0,13	—	—	0,07	0,07
	2	0,25	0,25	0,34	0,34	0,15	0,15	0,07	0,07	0,06	0,06	0,88	0,88	0,04	0,04
	3	0,25	0,25	0,31	0,31	0,13	0,13	0,06	0,06	0,06	0,06	0,88	0,88	0,04	0,04

**FONTE** — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário  
2 — Sem intermediário  
3 — Total

TABELA 5.7

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE, POR CLASSES DE RENDIMENTOS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	CLASSES DE RENDIMENTOS BRUTOS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL (Salário mínimo)									Total
		Até 1/2 salário mínimo	De 1/2 a menos de 3/4 salário mínimo	De 3/4 a menos de 1 salário mínimo	De 1 a menos de 2 salários mínimos	De 2 a menos de 3 salários mínimos	De 3 a menos de 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimentos	Sem declaração	
Ceará.....	1	0,15	0,16	0,59	0,71	0,90	—	—	—	0,89	0,11
	2	0,06	0,06	0,15	0,24	0,90	—	—	—	0,37	0,04
	3	0,05	0,05	0,14	0,23	0,64	—	—	—	0,34	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,14	0,12	0,18	0,27	—	—	—	—	0,29	0,07
	2	0,05	0,07	0,11	0,15	0,69	—	0,96	0,29	0,29	0,04
	3	0,05	0,06	0,09	0,13	0,69	—	0,96	—	0,20	0,05
Paraíba.....	1	0,12	0,18	0,20	0,58	—	—	—	—	1,04	0,09
	2	0,05	0,09	0,10	0,18	0,72	—	—	—	0,17	0,04
	3	0,04	0,08	0,10	0,17	0,72	—	—	—	0,17	0,03
Pernambuco.....	1	0,12	0,14	0,16	0,33	—	1,05	—	—	—	0,08
	2	0,04	0,06	0,08	0,16	0,46	—	1,09	—	0,63	0,03
	3	0,04	0,05	0,07	0,14	0,46	1,05	1,05	—	0,63	0,03
Alagoas.....	1	0,24	0,28	0,35	0,69	0,98	—	—	—	1,23	0,15
	2	0,06	0,06	0,10	0,21	0,65	0,89	—	—	0,54	0,04
	3	0,06	0,06	0,10	0,21	0,54	0,89	—	—	0,49	0,04
Sergipe.....	1	0,05	0,08	0,09	0,15	0,40	0,55	0,78	—	—	0,04
	2	0,03	0,05	0,06	0,10	0,80	—	—	—	0,60	0,02
	3	0,03	0,04	0,05	0,08	0,36	0,55	0,78	—	0,60	0,02
Bahia.....	1	0,10	0,09	0,14	0,22	0,95	—	—	—	0,97	0,06
	2	0,05	0,05	0,07	0,12	0,92	—	—	—	0,41	0,03
	3	0,05	0,04	0,06	0,10	0,66	—	—	—	0,38	0,03
Minas Gerais.....	1	0,24	0,17	0,22	0,23	—	0,81	—	—	—	0,10
	2	0,07	0,08	0,08	0,10	0,39	0,78	—	—	0,62	0,04
	3	0,07	0,07	0,07	0,09	0,39	0,56	—	—	0,62	0,04
São Paulo.....	1	0,19	0,14	0,11	0,08	0,34	1,21	—	—	—	0,06
	2	0,15	0,14	0,11	0,09	—	0,76	—	—	0,99	0,06
	3	0,12	0,10	0,08	0,06	0,34	0,64	—	—	0,99	0,04
Paraná.....	1	0,15	0,14	0,14	0,15	0,77	—	—	—	0,69	0,07
	2	0,08	0,08	0,09	0,10	0,32	—	—	—	1,14	0,04
	3	0,07	0,07	0,08	0,08	0,30	—	—	—	0,59	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,21	0,13	0,18	0,18	0,45	0,58	—	—	0,57	0,08
	2	0,22	0,16	0,10	0,11	0,37	0,39	—	—	0,99	0,02
	3	0,15	0,10	0,09	0,09	0,29	0,32	—	—	0,50	0,05
Goiás.....	1	0,17	0,13	0,15	0,17	0,47	—	0,98	—	0,71	0,07
	2	0,15	0,09	0,10	0,07	0,23	0,52	1,05	—	0,78	0,04
	3	0,11	0,07	0,08	0,06	0,21	0,52	0,72	—	0,53	0,04

FORNTE — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

(1) 1 — Com intermediário

2 — Sem intermediário

3 — Total

TABELA 5.8

**COEFICIENTES DE VARIAÇÃO: TRABALHADOR AGRÍCOLA  
VOLANTE, POR CLASSES DE RENDIMENTOS EM TODAS AS  
CLASSES DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TRABALHADOR AGRÍCOLA VOLANTE (1)	CLASSES DE RENDIMENTOS BRUTOS EM TODAS AS OCUPAÇÕES (Salário mínimo)									Total
		Até 1/2 salário mínimo	Mais de 1/2 a menos de 3/4 salário mínimo	Mais de 3/4 a menos de 1 salário mínimo	Mais de 1 a menos de 2 salários mínimos	Mais de 2 a menos de 3 salários mínimos	Mais de 3 a menos de 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimentos	Sem declaração	
Ceará.....	1	0,16	0,16	0,49	0,55	0,90	—	—	—	0,89	0,11
	2	0,06	0,06	0,14	0,23	0,90	—	—	—	0,37	0,04
	3	0,04	0,05	0,14	0,21	0,64	—	—	—	0,34	0,04
Rio Grande do Norte.....	1	0,14	0,12	0,18	0,27	—	—	—	—	0,29	0,07
	2	0,05	0,07	0,10	0,14	0,69	—	0,96	—	0,29	0,04
	3	0,05	0,06	0,09	0,13	0,69	—	0,96	—	0,20	0,03
Paraíba.....	1	0,12	0,18	0,31	0,49	—	—	—	—	1,04	0,09
	2	0,05	0,08	0,10	0,17	0,59	—	—	—	0,17	0,04
	3	0,05	0,08	0,09	0,16	0,59	—	—	—	0,17	0,03
Pernambuco.....	1	0,12	0,14	0,16	0,30	—	1,05	—	—	—	0,08
	2	0,04	0,06	0,08	0,14	0,46	—	1,09	—	0,63	0,03
	3	0,04	0,05	0,07	0,13	0,46	1,05	1,09	—	0,63	0,03
Alagoas.....	1	0,24	0,27	0,35	0,69	0,98	—	—	—	1,26	0,15
	2	0,06	0,06	0,10	0,20	0,44	0,89	—	—	0,54	0,04
	3	0,06	0,06	0,10	0,19	0,40	0,89	—	—	0,49	0,04
Sergipe.....	1	0,05	0,08	0,09	0,15	0,36	0,55	0,56	—	—	0,04
	2	0,03	0,05	0,06	0,10	0,80	—	—	—	0,60	0,02
	3	0,03	0,04	0,05	0,08	0,33	0,55	0,56	—	0,60	0,02
Bahia.....	1	0,10	0,09	0,13	0,21	0,70	—	—	—	0,97	0,06
	2	0,05	0,05	0,07	0,11	0,92	0,99	—	—	0,41	0,03
	3	0,05	0,04	0,06	0,10	0,56	0,99	—	—	0,38	0,03
Minas Gerais.....	1	0,24	0,17	0,22	0,23	—	0,81	—	—	—	0,10
	2	0,08	0,08	0,08	0,10	0,37	0,60	—	—	0,62	0,40
	3	0,07	0,07	0,07	0,09	0,37	0,48	—	—	0,62	0,40
São Paulo.....	1	0,19	0,15	0,11	0,08	0,34	1,21	—	—	—	0,06
	2	0,16	0,14	0,11	0,09	0,87	0,76	—	—	0,99	0,06
	3	0,12	0,10	0,08	0,06	0,32	0,64	—	—	0,99	0,04
Paraná.....	1	0,15	0,14	0,14	0,15	0,77	—	—	—	0,69	0,07
	2	0,08	0,08	0,09	0,10	0,32	—	—	—	1,14	0,04
	3	0,07	0,07	0,08	0,08	0,30	—	—	—	0,59	0,04
Mato Grosso do Sul.....	1	0,22	0,13	0,18	0,18	0,41	0,58	—	—	0,57	0,08
	2	0,22	0,17	0,10	0,11	0,37	0,36	—	—	0,99	0,06
	3	0,16	0,10	0,09	0,09	0,28	0,31	—	—	0,50	0,05
Goiás.....	1	0,18	0,13	0,15	0,16	0,43	—	0,98	—	0,71	0,07
	2	0,15	0,09	0,10	0,07	0,22	0,52	1,05	—	0,08	0,04
	3	0,11	0,07	0,08	0,06	0,19	0,52	0,72	—	0,53	0,04

FONTE — Tabulações Avançadas (especiais) do Censo Demográfico — 1980, IBGE.

- (1) 1 — Com intermediário  
2 — Sem intermediário  
3 — Total

## 6 — BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, Maria Inez et alii. — *O Trabalhador Rural Volante no Estado do Paraná*. Curitiba IPARDES, : 225, 1978.
- BRANT, Vinicius Caldeira. — *Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis*. (Estudos CEBRAP, 19), São Paulo, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique & MÜLLER, Geraldo. — *Amazônia, Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- 3.º CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES RURAIS. — Brasília, 1979.
- FERNANDES, Florestan. — Anotações sobre capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: *Vida Rural e Mudança Social*, São Paulo, Editora Nacional, : 131-50, 1973.
- FERRANTE, Vera Lucia Botta. — Aspectos do sindicalismo rural em São Paulo. (*Perspectivas*, 3), Araraquara, 1980.
- . Ideologia dominante e legislação trabalhista: um estudo das reações operárias. (*Perspectiva*, 1), Araraquara, 1976.
- . *Movimentos sociais no campo*. Araraquara, 1979, (mimeo).
- GONZALES, Elbio N. — O desenvolvimento agrícola e trabalho volante no Brasil. Rio de Janeiro, EIAP, Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, 1977, trabalho apresentado no Seminário de Desenvolvimento Agrícola.
- & BASTOS, M. I. — Migração rural e trabalho volante na agricultura brasileira. (*Série Sociológica*, 5), Brasília, Universidade de Brasília, 1974.
- . O trabalho volante na agricultura brasileira. In: SINGER, Paul. — *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, 1977.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. — *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, : 308, 1979.
- IANNI, Octávio. — *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- . O Estado e o trabalhador rural. In: *CONTEXTO*, São Paulo, 4, Hucitec, 1977.
- . *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, : 47-8, 1979.
- KAGEYAMA, Angela A. — O emprego temporário na agricultura brasileira: seus determinantes e sua evolução recente. *Reforma Agrária*, Campinas, 12(5):12, set./out. 1982.
- MADEIRA, R. Felícia & SINGER, Paul. — Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. (*Caderno CEBRAP*, 13), São Paulo, 1975.
- MANUAL DO RECENSEADOR — CD 1.09. — Rio de Janeiro, IBGE, 1980. ..
- MELLO, D'Incao Maria da Conceição. — *Bóia-Fria: Acumulação e Miséria*. Petrópolis, Vozes, 1975.
- MESQUITA, Olindina Vianna & BRITO, Maristella de Azevedo. — Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970-75. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 44(1):33, jan./mar. 1982.
- MICHELOTE, Antonio Ricardo. — *Trabalho volante e reprodução capitalista — estudo sobre os bóias-frias de Tupaciguara, Minas Gerais*. Piracicaba, ESALQ, 1980, Dissertação de mestrado apresentada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP.
- MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDESTE DE GOIÁS. — Rio de Janeiro, IBGE, 1982.
- MONBEIG, Pierre. — As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. *Boletim Geográfico — IBGE*, Rio de Janeiro, 2(116):455-65, set./out. 1956.
- MOREIRA, Roberto M. — Espaço agrário e classes sociais rurais. *Revista de Cultura*, Rio de Janeiro, 74(2):35-48, 1980.
- & CASTRO, Paulo R. — A agricultura de exportação. In: CARNEIRO, Dionísio Dias, coord. *Brasil: Dilemas da Política Econômica*. Rio de Janeiro, Editora Campus, : 177, 1977.

- NEVES, Mozart Borba. Uma experiência com o bóia-fria. In: *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO. — Rio de Janeiro, *Conjuntura Econômica*, v. 28, n. 6, junho 1974.
- QUEDA, Orivaldo et alii. — *Contribuição ao Estudo do Trabalho Volante no Estado de São Paulo*. Piracicaba, ESALQ, : 130, 1977.
- REFORMA AGRÁRIA. — Associação brasileira de reforma agrária. Campinas, v. 6, n. 11-12, nov./dez. 1976.
- REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA. — Trabalhos apresentados. Botucatu, Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, Departamento de Economia Rural, 1975-1980.
- RUSSOMANO, Victor. — *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro, José Koufino Editora, 1980.
- SABÓIA, Lucia Helena. — *O mundo dos volantes*. Campinas, Dissertação de mestrado apresentada ao conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP, 1974.
- SAFFIOTI, Heleleth Iara Bongiovani. — *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SAINT, Williams. — Mão-de-obra volante na agricultura brasileira: uma revisão da bibliografia. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1980.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. — Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. *Trabalho Volante na Agricultura Paulista*, São Paulo, 1978.
- SIGAUD, Lígia. — *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- SILVA, José Gomes da & SILVA, Vera Lucia G. da. — O bóia-fria: contradição de uma agricultura em tentativa de desenvolvimento. *Reforma Agrária*, Campinas, 5(9-10), :2-44, set./out. 1975.
- SILVA, José Graziano da. — A porteira está fechando? In: *Ensaio de Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- . *A Agricultura Brasileira — Agenda para o Amanhã*. Seminário realizado em Brasília, s. n. t., 15 a 18 de janeiro de 1979.
- . *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, (*Coleção Economia e Planejamento*), Hucitec, 1981.
- et alii. — *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. São Paulo, Hucitec, : 40-1, 1980.
- STOLCKE, Verena. — Mulheres e trabalho. In: *Trabalho e Dominação*, Petrópolis, Vozes, : 106 em diante, (Estudos CEBRAP), 1982.

## RESUMO

Este trabalho resulta de uma primeira interpretação dos dados censitários demográficos de 1980 sobre os trabalhadores agrícolas volantes, pela primeira vez investigados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seu objetivo central é a busca de uma compreensão mais ampla do significado da utilização dessa mão-de-obra nas atividades produtivas do setor rural, assim como a descrição de alguns aspectos sócio-econômicos a ela concernentes. Para atingir esses objetivos retomam-se, inicialmente, algumas características que vêm definindo, ao longo do tempo, a evolução da agricultura brasileira, dadas as estreitas vinculações entre modernização das atividades agropecuárias e mudança nas relações sociais de produção; o trabalhador volante aparece neste contexto, como o resultado concreto de contradições implícitas no processo de expansão do capital no campo. As características sócio-econômicas verificadas para esse conjunto da população: situação de domicílio, analfabetismo, composição segundo idade e sexo e níveis de rendimentos refletem sua condição de grupo marginal, que se insere no processo de trabalho na condição de mão-de-obra-volante como alternativa de sobrevivência. O estudo revela, ainda, diferenças regionais quanto a elementos externos caracterizadores da população objeto de análise, e vem mostrar, também, que a tentativa de defini-la enquanto categoria específica da força de trabalho só tem sentido se se considera a maneira como se concretiza a sua relação de emprego, isto é, sem nenhum vínculo formal e, portanto, de caráter vulnerável. Esta condição vai facilitar ao capital usufruir-se de uma força de trabalho de custo ainda mais baixo do que no caso da utilização da mão-de-obra permanente.

---

Este artigo foi recebido pela Superintendência do Centro Editorial — CEDIT, no dia 30 de outubro de 1984.